

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA POLITICA

## O INTERNACIONALISMO E AS FÁBRICAS RECUPERADAS

María Alejandra Paulucci

Florianópolis, Março de 2007

MARÍA ALEJANDRA PAULUCCI

O INTERNACIONALISMO E AS FÁBRICAS RECUPERADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação da Professora Doutora Bernardete Wublewski Aued.

Florianópolis, Março de 2007

## A poesia lírica de um mecânico em versos livres ou o Poema de metal

Em torno de mim, vão se acumulando os resíduos do meu ofício. E suas substâncias vão sedimentando a epiderme do meu ser, formando em mim a própria profissão que exerço, soterrando o que sou e intoxicando os meus sonhos.

Do meu ofício, carrego a composição de elementos que identificam o que faço e vão decompondo o que sou.

Estou impregnado do cheiro do aço inoxidável. A minha pele possui o sabor de metal.

O meu paladar tem gosto de ferrugem e a minha língua produz saliva de carbono.

Trago retido em minhas narinas o pó de ferro e seu odor me acompanha durante todo o dia. Também nos domingos e feriados. Está fixado em minha cama, no meio da noite, acordo para cuspir um pouco da minha constituição acífera.

Os meus ossos estão cravados de farpas e nas minhas veias circulam óleo de máquinas.

Respiro as baforadas do vapor de óleo solúvel que pulveriza o meu ar e dissolve os meus pulmões.

À noite, enquanto durmo, nos meus sonhos ouço os sussurros das engrenagens, o ronco agonizante dos motores das máquinas, os gemidos ensurdecidores dos metais.

O som apavora a minha alma. E grito. Mas meu grito sufocado nem alcança meus ouvidos. O som abafado de minhas palavras recocheteiam dentro de mim e não chegam do lado de fora. Ninguém me ouve.

Debato-me inutilmente num pesadelo sem fim. Acho que sou somente angústias. A memória de que sou está sendo corroída pela ferrugem. Abafada pelo estrondo dos blocos de matas, asfixiada pelo retumbar das chapas e oprimida pelo tilintar das correntes. Sufocada pelos rumores dos homens forjando o ferro. Os metais brutos produzem uma música perturbadora.

Ouçó vejo - faço.

Muitas coisas que não desejo

Acaricio as faces frígidas do metal rívido

O seu sorriso estridente

A sua face gélida e me assombro

O frio que me invade é uma lâmina cortante

O inverno é permanente dentro de mim

Tudo parece frio e seco

Sinto-me preso entre as máquinas.

Sou um mecânico. Estou salpicando em limalhas das peças que fabriquei. Tenho e, minha carne a propriedade dos aços. Sou composto de metal. E para não oxidar me embebedo de anti-corrosivos e lubrificantes. Estou me transformando em metal.

Sinto-me uma máquina, ligado no automático.  
Tenho medo de não ser reconhecido entre as máquinas, de ser confundido com elas.  
Medo de me tornar como elas: uma estrutura metálica e apenas funcional.  
Tenho medo de me tornar peça de reposição, uma ferramenta ou um instrumento qualquer sem vida. Rígido e apático, simplesmente parta o manuseio do trabalho.  
Estou me transformando em metal.  
Está próximo o fim do meu tormento.  
Quando a metamorfoses se completar não sentirei mais dor. Não sentirei mais a angústia. Não sentirei mais o medo. Tudo ficará calado dentro de mim. Sentirei o nada.  
Estarei transformando inteiramente num metal.  
Por certo jogado num ferro velho para o consumo do tempo. Sem lembranças, nem histórias. Ou talvez, numa hipótese de pura quimera, transformando em estátua de um "operário de ferro", que serve de enfeite para realçar a beleza do jardim de uma fábrica. Totalmente desprovido de minha memória. Sem sonhos. Sem voz. Apenas uma imagem estática, parada no tempo e no espaço.  
Sem recordação nenhuma do que fui.  
Desmemoriado completamente de minha humanidade.

Norberto X. Deschamps. (29/07/2005)

Torneiro Mecânico da fábrica Cipla

*À minha mãe por ser o  
meu maior e principal  
exemplo de luta.*

## AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento da pesquisa obtive ajuda e apoio de muitas pessoas e por isso eu gostaria de agradecer a cada uma delas individualmente.

Em primeiro lugar, a agradeço a minha professora e orientadora Bernardete, por sua paciência, seu incentivo, por esclarecer meus pensamentos muitas vezes “bagunçados”, por suas correções, por disponibilizar toda a bibliografia necessária e por sua confiança. Mesmo diante de todas as dificuldades ela apostou que eu iria conseguir terminar a dissertação.

A Maurício e a Luis por facilitarem o primeiro contato com a coordenação da fábrica Cipla. Além disso, eles me ajudaram a obter o material bibliográfico sobre as cooperativas e fábricas recuperadas no Brasil.

A Gustavo e a Guilherme pela paciência, carinho e companhia, junto a Maluco, sempre presente; por me ensinarem o significado da paixão pelo samba.

A minha mãe, Marcela, sempre preocupada com o andamento da pesquisa, dando-me recomendações, conselhos, idéias, criticando e corrigindo.

A minha amiga e irmã Mariana, não só por me emprestar seu computador, ferramenta de trabalho indispensável, mas por me acompanhar no momento da realização da matrícula no mestrado. Através de seu amor incondicional sempre me dando força durante todos os anos de amizade à distância.

A meu pai, José Daniel, a minha duas irmãs, María Guadalupe e María José, e meu irmão Ezequiel Gonzalo, por me entender, respeitar e apoiar na decisão de sair de Buenos Aires para estudar em outro país.

A minha amiga Alma, por toda sua paciência e companhia durante esses anos, por sua amizade incondicional, sua ternura e dureza.

A Ana, Sebastián, Antú e Luna, por seus carinhos e cuidados.

A Jonathan, a Edson e a Carolina por me acompanharem nos últimos meses na Praia de Matadeiro dando força e carinho para continuar. A Jonathan, especialmente, pela indispensável ajuda de seu computador que me salvou na etapa final da dissertação.

A Mauro, por sua amizade ao longo de todo este tempo. Desde o primeiro dia em que a gente se conheceu, falamos sobre minha proposta do projeto de pesquisa e ele questionou até o último minuto da noite, inúmeras vezes, para que eu pudesse repensar meus objetivos. Agradeço

profundamente por disponibilizar sua casa (numa cidade incrível!!) para que eu pudesse finalizar minha dissertação.

A Letícia, a Lia, a Camila, Fany e Gabriel por me acompanharem em diferentes momentos.

A meus amigos da faculdade de Buenos Aires, Carolina, Dolores, Yamila, Sebastián, Plinio, Ignacio, Martin, Marina, Julia, que, apesar da distância sempre estiveram presentes, respeitaram e apoiaram minha decisão de estudar fora da Argentina.

A Daina, Glória e Elisa por compartilharem comigo o espaço de trabalho no Núcleo de Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho.

A Lalo, Javier e o Gaucho por acompanharem nos dias do Encontro Pan-americano de Fábricas Recuperadas em Joinville, ajudando-me a aprofundar meus questionamentos e críticas, e a re-valorizar a luta dos trabalhadores das fábricas recuperadas e cooperativas, enfatizando sua importância a nível político e social.

Aos trabalhadores da fábrica Cipla que responderam aos meus questionamentos e me ajudaram a sentir-me um pouco parte de suas vidas e de suas lutas.

A Clodoaldo, por me hospedar em sua casa e me ajudar na pesquisa de campo.

A Roberto por me abrir as portas de sua casa no dia em que cheguei a Joinville.

A Sílvia e Hélio, por me facilitarem todo o material interno da fábrica e jornais. Por cederem o dormitório de seu filho, sem se importar que eu chegasse às 4 horas da madrugada (não por haver saído de balada).

A Shirley e a Ianni por me ajudarem em tudo o que eu precisava dentro da empresa.

A Paulista, por terem me acompanhado e me apresentado a cada um dos trabalhadores para que eu pudesse realizar as entrevistas; e por sua agradável companhia e paciência para me explicar todo o procedimento da produção da fábrica.

A Fátima e Albertina por sempre responderem as minhas dúvidas e inquietudes sobre os procedimentos necessários durante o mestrado.

A Celso, Jorge, Vera, Melissa, Isabel, Marlene, Maria del Carmem, Otino, Pedro, Maciel, por me ensinarem e acompanharem em meu processo de trabalho.

Ao CNPQ por ter me concedido a bolsa de estudos.

## RESUMO

A década de 1990 foi marcada por importantes mudanças na vida social, política e econômica na maioria dos países de América Latina. A adoção de medidas de inspiração neoliberal, dentre as quais podemos destacar a abertura do mercado interno ao capital internacional, resultou em graves transformações na indústria, levando a um retrocesso das conquistas trabalhistas. Essas mudanças impulsionaram o surgimento de diversos movimentos sociais em luta que, para combater o desemprego, propõem formas de produção alternativas ao modo de produção capitalista.

Inserida nesse contexto, a presente pesquisa centra-se na experiência da fábrica Cipla, situada na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, a qual diante de um processo de pré-falência foi recuperada pelos seus trabalhadores. Este caso se apresenta como uma experiência particular diferenciada de outras fábricas recuperadas no Brasil, pois os coordenadores da nova administração não optaram pela formação de uma cooperativa. Nesse sentido, a Cipla se insere numa outra vertente de fábricas recuperadas, uma vez que reivindica ao governo a sua estatização, ao mesmo tempo em que estabelece parcerias com outros movimentos sociais nacionais e internacionais, resignificando o projeto político internacionalista.

Palavras-Chave: Fábricas Recuperadas- Cooperativismo- Estatização - Internacionalismo



## **ABSTRACT**

The 90's were marked by important changes in the social, politic and economic life of most of the countries of Latin America. The adoption of measures of neoliberal inspiration, within witch we might call attention to the opening of the internal market to international capital, resulted in serious transformations in the industries, leading to a fall back in the workers conquests. These changes gave impulse to the emergence of many social movements that, to fight against unemployment, propose production forms that are alternative to the capitalist production mode.

In this context, the present research is centered in the experience of the Cipla factory, situated in the city of Joinville, Santa Catarina state (Brazil), that, in front of a pre-bankrupt process, was recovered by it's workers. This case presents itself as a particular experience differentiated from other recovered factories in Brazil, because the coordinators of the new administration did not opt by the formation of a cooperative. In this sense, the Cipla inserts itself in another line of recovered factories, since it claims to the government to be nationalized, at the same time that it establishes partnerships with other national and international social movements giving new meanings to the internationalist political project.

**Key words:** Recovered factories, Cooperativism, Nationalization, Internationalism

## **Lista de Siglas**

ANTEAG: Associação de Trabalhadores em Autogestão.

BADESC: Banco do Estado de Santa Catarina.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul.

CAF: Comissão Administrativa Financeira.

CAU: Conselho Administrativo Unificado.

CTA: Central dos Trabajadores Argentinos.

CUT: Central Única de Trabalhadores.

SEDAI: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais.

FGTS: Fundo de Garantia por tempo de Serviço.

ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

MNS: Movimento Negro Socialista.

MPF: Ministério Público Federal.

MST: Movimento Sem Terra.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

PLR: Participação nos Lucros e Resultados.

SDTS: Secretaria de desemprego, trabalho e solidariedade.

SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego.

UNISOL: União e solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo.

## Sumário

Dedicatória.....	6
Agradecimentos .....	7
Resumo .....	9
Abstract.....	10
Lista de Siglas.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
<b>CAPÍTULO I - AS FÁBRICAS RECUPERADAS</b>	
1.1 Fábrica quebrada é fábrica recuperada.....	18
1.2 As bases do cooperativismo no Brasil .....	26
1.2.1 As críticas históricas ao cooperativismo.....	31
1.3. Ressurgimento das reivindicações da classe trabalhadora.....	34
<b>CAPÍTULO II - A NOVA VERTENTE DE FÁBRICAS RECUPERADAS</b>	
2.1 A proposta de estatização.....	39
2.2 As experiências de fábricas recuperadas no pólo fabril Catarinense.....	44
2.2.1A fábrica Cipla.....	45
2.2.2 Antecedentes a tomada da fábricas .....	48
2.2.3 A adesão da Interfibra.....	54
2.3 As fábricas recuperadas e a estatização num contexto adverso.....	56
2.3.1 Ampliação do movimento em prol da estatização.....	57
2.3.2. Conflitos políticos com o Sindicato de Materiais de Plástico de Joinville ...	61
<b>CAPÍTULO III – REMANDO CONTRA MARÉ</b>	
3.1 A nova administração da fábrica.....	63
3.1.2 Convivendo com outra cultura de trabalho.....	70
3.1.3 O processo de produção .....	78
3.2 Apoios e parcerias das fábricas recuperadas.....	83
Considerações Finais .....	95
Bibliografia.....	99

## Introdução

Da minha vivência dentro dos protestos sociais e políticos desenvolvidos nos últimos anos em Buenos Aires (assembléias nos bairros, mobilizações, e a recuperação de fábricas pelos trabalhadores) surge a inquietude sobre os movimentos sociais que representam novas experiências de luta da classe trabalhadora. Entre elas, um dos movimentos sociais que mais chamou minha atenção foi o das fábricas recuperadas pelos trabalhadores.

Em 2001, presenciei e participei em meu país, Argentina, dos acontecimentos desencadeados pela crise econômica, social e política, que levou muitos trabalhadores a defender seu emprego mediante a tomada e a recuperação das fábricas falidas ou em processo pré-falimentar. Um exemplo, foi a fábrica têxtil Brukman, situada no bairro de Once na cidade de Buenos Aires. Ditos acontecimentos coincidiam com minha utopia de uma fábrica controlada pelos trabalhadores como um espaço construtor de novas relações sociais de produção, onde os trabalhadores podiam decidir, participar, e trabalhar de forma solidária e coletiva, construindo um espaço próprio onde não existiriam explorados nem exploradores; onde as dificuldades e os benefícios seriam compartilhados de maneira horizontal por todos os participantes do processo produtivo.

Com o surgimento dos novos movimentos sociais da classe trabalhadora, na década de 1990, em Buenos Aires, abrem-se espaços para novas demandas políticas, que resultam na constituição de alternativas sociais num contexto econômico, político e social de intensa transformação. Os atores destes movimentos sociais lutam para sobreviver em meio às suas próprias contradições internas, assim como também no contexto adverso em que habitam, com o propósito de construir relações sociais democráticas e participativas. A existência de movimentos sociais em luta se configura, em alguns casos, como tentativas de transição para um outro modo de produção, ou, em outras ocasiões, como transformações dentro do próprio sistema capitalista, buscando soluções mais mediatas para problemas específicos.

Deste modo, o processo de recuperação das fábricas se apresenta como uma alternativa, convertendo-se em uma conquista dos trabalhadores que descobrem e colocam em ação o seu poder de decidir, defendendo seus direitos sociais e políticos. Os trabalhadores tomam decisões, dividem, reinventam, se organizam, debatem sobre o controle operário e compartilham experiências, vinculando-se coletivamente com outras organizações e associações de outros

setores em luta nacional e internacionalmente. Em virtude disso, as fábricas recuperadas se configuram como práticas coletivas, expressando respostas frente às crises. Durante o processo de recuperação das fábricas é sustentado o projeto político que visa promover a transformação do modo de produção capitalista, transcendendo, portanto, o cotidiano imediato da reprodução do emprego. No entanto, inseridas no contexto econômico capitalista e submetidas ao jogo político do estado burguês, as fábricas recuperadas são levadas, de alguma maneira, a cumprir com as normas e as leis estabelecidas, o que traz dificuldades para a concretização de suas propostas.

O movimento de fábricas recuperadas insere-se, assim, num processo global de luta, em que as pessoas se associam para agir coletivamente em busca de alternativas ao desemprego e, além disso, elaboram propostas para construir novas organizações político-social e econômica em contraposição aos valores hegemônicos individualistas do capitalismo. Essas fábricas recuperadas têm importância no espaço internacional, sendo possível encontrá-las tanto na realidade brasileira quanto argentina, venezuelana, e uruguaia. Nesse sentido, em face de uma situação de crise a classe trabalhadora começa um processo de luta por seus direitos não reconhecidos pelos capitalistas, fazendo frente ao poderio da burguesia.

Ao começar o mestrado, tive a possibilidade de conhecer a existência da Cipla, uma fábrica recuperada na cidade de Joinville, Santa Catarina. Dita experiência se apresenta no Brasil como um forte modelo de luta pela defesa do emprego e reivindicação dos direitos trabalhistas. Ela se diferencia da maioria das experiências no Brasil, uma vez que nega-se à formação de uma cooperativa, colocando como proposta a estatização sob controle obreiro.

Nesta dissertação realizamos a análise da fábrica recuperada CIPLA, privilegiando a compreensão da proposta de estatização que se configura como uma luta política e social que abrange tanto o espaço nacional quanto internacional, firmando alianças e parcerias com diferentes entidades e organizações. Nesse sentido, podemos dizer que estas experiências estão inseridas no contexto mais amplo dos movimentos sociais em luta, ao mesmo tempo em que possuem uma problemática interna própria, que resulta de uma preocupação sobre a forma que deve assumir as empresas recuperadas: ou tomam forma de cooperativa, ou de empresas estatais sob o controle obreiro.

No âmbito desta dissertação propomos ainda analisar as possibilidades e os limites que estas experiências apresentam no sentido de se converterem em modelos alternativos de

superação do modo de produção capitalista. O objetivo, portanto é compreendermos o sentido histórico do fenômeno das fábricas recuperadas: como se originam e qual é seu significado.

No CAPITULO I realizamos uma caracterização geral destas fábricas e analisamos como e por quê elas surgem, destacando particularidades do contexto internacional. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico teórico sobre o cooperativismo, no Brasil, e suas críticas segundo a perspectiva de Karl Marx e Rosa Luxemburgo.

No CAPITULO II centramos a análise no processo prévio à recuperação da fábrica Cipla, enquanto uma experiência particular no seio do pólo fabril catarinense, a cidade de Joinville. A sistematização, ainda que breve, de certos elementos da história permite perceber continuidades e rupturas acerca da organização do trabalho e as possíveis configurações de relações sociais no interior da empresa. Com a intenção de mostrar as novas possibilidades e responsabilidades da classe trabalhadora, buscamos perceber as mudanças e continuidades no trabalho, as normas e valores que eles produzem e reproduzem, e as mudanças sócio-administrativas dentro de um contexto global de interesses políticos. Deste modo, realizamos, também, uma abordagem histórica de outras empresas recuperadas que fazem parte da nova vertente.

No CAPITULO III, enfatizamos, por um lado, as dimensões internas à fábrica, procurando verificar se existem alterações no processo de trabalho, quais as instâncias de decisão e controle, quais as crises que se apresentam e quais alternativas e soluções estão sendo propostas. Por outro lado, destacamos as parcerias externas à fábrica, os apoios e os laços de solidariedade entre atores sociais. Procuramos pontuar também a divisão do trabalho, as hierarquias internas, a classificação remunerativa, a atribuição de funções, tarefas e responsabilidades dentro da fábrica sob a nova gestão. Nesse sentido, podemos dizer que está sendo criada uma nova racionalidade social a partir do movimento social, político e econômico que resulta uma fábrica recuperada? Dentro das novas experiências das fábricas recuperadas está se abrindo a possibilidade para constituir uma nova concepção do trabalho como construtor de uma outra subjetividade?

Em relação à metodologia de pesquisa, em primeiro lugar realizamos um levantamento bibliográfico sobre as fábricas recuperadas, na Argentina e no Brasil, a história do cooperativismo e do internacionalismo. Recorremos a fontes secundárias e primárias, tais como jornais e documentos de registro de conferências.

Na pesquisa de campo tivemos a oportunidade de participar de uma assembléia geral dos trabalhadores, onde se discute a questão dos horários das assembléias, os problemas relacionados

às negociações da matéria-prima, e também da 3º Caravana para Brasília, realizada no dia 18 de Junho de 2006. Assim, tivemos a possibilidade de viajar para Brasília com os trabalhadores da fábrica Cipla e das outras fábricas que fazem parte do movimento que reclama ao governo a estatização, assim como com dirigentes políticos, funcionários sindicais e militantes políticos do MST e da Juventude revolucionária. A viagem permitiu acompanhar uma etapa importante do processo de luta dos trabalhadores, conhecer e descobrir a existência de relações de apoio e parceria com outros movimentos sociais em luta, tanto no nível nacional quanto internacional.

Uma das etapas mais enriquecedoras da pesquisa foi a realização de visitas à fábrica Cipla, que tiveram o intuito de conhecer todo o processo de produção e de trabalho, assim como entrevistar os trabalhadores. Realizamos 16 entrevistas semi-estruturadas, das quais participaram homens e mulheres de todos os setores de produção, turnos e níveis hierárquicos. É importante ressaltar que os nomes dos entrevistados são fictícios, pois optamos por reservar a sua identidade. Em alguns casos, realizamos as entrevistas numa sala da fábrica, em outros, no mesmo ponto de trabalho. Algumas delas foram indicadas e outras foram escolhidas sem qualquer restrição e supervisão. Durante a permanência de uma semana pudemos conviver com todos dentro da empresa e andar livremente pelos corredores, almoçar e jantar no refeitório da empresa. Essa experiência que nos possibilitou ter conversas informais de muita utilidade e compartilhar com os trabalhadores seu cotidiano dentro da fábrica: o tempo de trabalho, suas comidas e seu tempo livre nos corredores da fábrica. Além disso, dormir na casa de pessoas-chave no desenvolvimento da recuperação e na luta da fábrica foi de grande valor para a pesquisa.

Além de conhecer a história da Cipla por meio da palavra dos trabalhadores, recorremos à informação de jornais nacionais e estaduais, jornal dos trabalhadores da Cipla/Interfibra, declarações de conferências, entre outras fontes. Participamos do encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, em Joinville, Santa Catarina, entre os dias 8, 9, 10 de dezembro de 2006, organizado pelas seguintes instituições: a coordenação dos conselhos das fábricas Ocupadas, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores, o Centro de Direitos Humanos – Joinville (CDH), do Brasil, o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), da Argentina, A Frente Revolucionaria de Empresas em Co-gestão e Ocupadas (FRETECO), da Venezuela, a PIT-CNT- que coordena as fábricas recuperadas do Uruguai

Assim, na medida em que fomos participando dos eventos e conhecendo o desenvolvimento da recuperação da fábrica, percebemos a importância outorgada à luta política, à reivindicação da estatização ao governo, além da importância de consolidar um movimento da classe trabalhadora em luta com apoios e parcerias nacionais e internacionais.



## CAPITULO I - AS FÁBRICAS RECUPERADAS

*A ascensão histórica da classe operária, a sua luta heróica contra o capitalismo, para estabelecer o poder proletário e construir o socialismo, é internacionalismo pela sua essência. O internacionalismo do movimento operário determina a natureza da missão histórica universal do proletariado, as condições do seu cumprimento e os traços peculiares da substituição da formação social capitalista pela socialista.<sup>1</sup>*

### 1.1. Fábrica quebrada é fábrica recuperada

No surgimento das fábricas recuperadas dois elementos interagem conjunta e dialeticamente: os atores sociais, divididos em classes, e as circunstâncias econômicas, políticas e sociais. Por um lado, os atores sociais, que são trabalhadores das fábricas que frente à possibilidade de perder seu emprego e à falência da empresa, decidem recuperar a fábrica com a ajuda, na maioria dos casos, de dirigentes políticos e sindicais e da sociedade civil. Por outro, as circunstâncias econômicas, políticas e sociais, que ao longo da década de 90 são marcadas por um mercado laboral afetado pelas medidas econômicas neoliberais. Esse contexto foi tornando as condições de vida cada vez mais críticas para um número crescente de trabalhadores, por meio da diluição dos direitos trabalhistas, especialmente nos aspectos de contratação, demissão, contribuições patronais para a aposentadoria, o aumento do desemprego e ausência de uma política governamental de geração de emprego e renda.

Na história da classe operária destacamos a sua participação majoritária em duas grandes alianças.<sup>2</sup> Por um lado, uma constituída com o intuito de superar o sistema capitalista. Segundo Trosky,

O desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a evolução do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operaria não dependem diretamente do nível das forças produtivas, e sim das relações da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição, a iniciativa, a preparação da batalha.<sup>3</sup>

Por outro lado, a aliança como uma forma de outorgar aos trabalhadores uma organização política e econômica cada vez mais institucionalizada dentro do sistema capitalista.

<sup>1</sup> A internacional Comunista, I Volume 1973. Lisboa: Avante, 1976. p.10.

<sup>2</sup> IÑIGO CARRERA, Nicolás. *La estrategia de la clase obrera*. Buenos Aires: Ediciones PIMSA-La Rosa Blindada, 2000. 14 p.

<sup>3</sup> TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Editora Ciencia Humanas Ltda, 1979. p.53.

Em virtude disso, é importante pesquisar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem com fins concretos imediatos e mediatos, numa linha de ação coletiva. Daí a importância de analisar as diferentes estratégias e ações de enfrentamento adotadas pela classe trabalhadora, não como fatos isolados e únicos, mas como um todo global, considerando que as classes sociais se constituem num processo histórico de enfrentamentos sociais.<sup>4</sup> Conhecer e estabelecer nexos entre as distintas lutas da classe operária e das classes subalternas em seu conjunto, nos permite encontrar fatos permanentes, orgânicos no desenvolvimento desta história que é presente. Em outras palavras, poder estabelecer nexos é o que faz com que cada experiência de fábricas recuperadas não apareça como um acontecimento episódico, mas sim, como uma tendência de nossa época em vários países de América Latina.

A década de 1990 se caracteriza por uma linha de política neoliberal que se traduz em políticas de privatizações sistemáticas, impostas pelos países hegemônicos em toda a América Latina, ocasionando conseqüências sociais de amplas dimensões em termos de desemprego e pobreza. Nesse sentido, ocorre o fechamento de várias unidades produtivas em diferentes setores da produção na Argentina e no Brasil. Tal fenômeno produz uma situação de desamparo nas classes subalternas, levando os trabalhadores a optarem por permanecer no lugar de trabalho e continuar com a produção sobre seu próprio controle, ao invés de converterem-se em desempregados diante da situação de falência das empresas.

Assim, as fábricas recuperadas, ou seja, empresas falidas ou em processo falimentar que foram disputadas e assumidas pelos trabalhadores, surgem no interior das classes subalternas e movimentos de resistência e luta. No entanto, o processo de recuperação das fábricas não se desenvolve linearmente nem de forma generalizada, ou, em outras palavras, nem todas as unidades produtivas falidas são recuperadas pelos trabalhadores. Na Argentina as fábricas recuperadas, em sua maioria de porte mediano e pequeno, surgem por meio de um processo de concentração e centralização de capital.<sup>5</sup> O processo das fábricas recuperadas se acentuou em todo o país depois de dois dias intensos de lutas social, 19 e 20 de dezembro de 2001, quando mulheres, homens e crianças de distintas classes sociais decidiram ocupar as ruas no momento em que foi instalado o Estado de sítio, a fim de protestar pela situação econômica, social e política crítica que afetava ao país. Esta situação culminou com a repressão às manifestações

---

<sup>4</sup> IÑIGO CARRERA, Nicolás. *La estrategia de la clase obrera*. Buenos Aires: Ediciones PIMSA-La Rosa Blindada, 2000. p.21.

<sup>5</sup> FAJN, G. *Fábricas y empresas recuperadas -protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003. p..65.

populares e à expansão dos protestos, seguida da renúncia do presidente. “Fábrica quebrada, fábrica tomada” foi a proposta de muitos operários que, ante o desespero de ficar sem emprego, decidiram se apropriar de seu lugar de trabalho e controlar a organização da produção. A partir deste momento vários trabalhadores destas fábricas quebradas ou a caminho de falência começaram a se organizar para preservar a fonte de trabalho, de modo que sua luta visava assumir o controle e a administração da produção. Os salários atrasados são outro componente do conflito laboral neste período, sendo um dos desencadeantes do reclamo das empresas em crise. A perda do posto de trabalho, a desapareção de seus direitos trabalhista e a impossibilidade de conseguir outro emprego são elementos de uma realidade injusta vivenciada pelos trabalhadores. Por isso, na percepção coletiva torna-se fundamental a possibilidade de construir uma alternativa viável a esta situação de injustiça.

Nesta época existem em toda a Argentina mais de 200 fábricas, com aproximadamente 10.000 trabalhadores das mais variadas atividades: metalúrgicas, turismo, saúde, têxtil, clínicas de exame, hospitais, supermercados e escolas.<sup>6</sup> A maioria dos trabalhadores (93%) opta por converter as empresas em cooperativas, de modo que esta representa mais do que uma opção ideológica: é uma saída prática que lhes permite respaldo judicial (reconhecida pela lei 20.337 de 1973), assim como também uma maior facilidade em receber créditos de organizações criadas especificamente para esta finalidade. Entretanto, 4,7% das fábricas continuaram como Sociedades Anônimas e 2,3% conseguiram a estatização sob o controle dos trabalhadores.<sup>7</sup>

Apesar dos trabalhadores terem como objetivo primordial, em princípio, a defesa de seus empregos, o surgimento das fábricas recuperadas não é uma resposta automática às condições macroeconômicas dos anos 1990, senão resultado de um contexto, no qual emergem novos atores sociais. Nesse sentido, na Argentina o movimento de fábricas recuperadas foi acompanhado pela formação de assembléias nos bairros, de sociedades de troca, amplas mobilizações em todo o país e o surgimento de um novo grupo de resistência social: os piqueteiros.<sup>8</sup> Houve também a conformação de diferentes associações econômicas, que se configuravam como uma tentativa de gerar iniciativas e experiências adaptadas às novas condições econômicas e políticas, através de múltiplas estratégias de sobrevivência, inovando velhas práticas, como o cooperativismo e a

---

<sup>6</sup> Ibidem. p.67.

<sup>7</sup> Ibidem. p.80p.

<sup>8</sup> O piqueteiro constitui-se na personificação social de homens e mulheres desempregados que resolveram se manifestar nas estradas como forma de protesto ante a falta de emprego. Após os anos 1990, a medida de corte das estradas e caminhos converteu-se na forma dominante que os desempregados utilizaram para manifestar-se e assegurar a sua sobrevivência.

autogestão, associadas à bandeira da solidariedade e de trabalho coletivo. Segundo Martinez, as fábricas recuperadas se apresentam como uma situação defensiva,

Es oportuno inscribir la experiencia de las fábricas recuperadas, como un cambio en la respuesta de la clase trabajadora a la posibilidad de un desempleo seguro en una economía que lleva más de cuatro años de recesión. Los trabajadores han comenzado a creer en sus propias fuerzas y en la posibilidad de dar la lucha para mantener la fuente de trabajo, sin tener otra posibilidad que la ocupación de los espacios productivos.<sup>9</sup>

Em 2004, a Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA) organizou um Congresso de fábricas recuperadas em Buenos Aires, onde trabalhadores de diferentes iniciativas se reuniram para intercambiar suas experiências e informações. Um grupo de trabalhadores da fábrica recuperada Zanón, situada na província de Neuquén da Argentina, comentando a decisão de iniciar o processo de recuperação, afirma,

Ellos y nosotros sabemos que lo único que genera riqueza y bienestar es el trabajo. Esto justifica que nos apropiemos de las máquinas y los espacios económicos que las patronales abandonan. Es nuestro derecho al trabajo para satisfacer nuestras necesidades el que fundamenta ese primer acto clasista de autogestión que es la decisión asamblearia de tomar la planta (...) Nosotros recuperamos nuestras fábricas mientras otros compañeros en los movimientos de desocupados reúnen sus fuerzas en los barrios, generan comedores, compras comunitarias, emprendimientos de producción de alimentos y vestido, cooperativas de vivienda, mutuales de transporte y compra de medicamentos. Los sindicatos combativos aportan su movilización y su estructura solidaria. Las asambleas de vecinos y barriadas se suman al apoyo.<sup>10</sup>

Cabe destacar que 70% das fábricas recuperadas, na Argentina, repartem os lucros igualitariamente e, portanto, os salários são quase os mesmos entre todos os trabalhadores, não existindo grandes diferenças salariais.<sup>11</sup>

Contudo, podemos perceber algumas dificuldades encontradas nestas experiências: em 46% dos casos, a colocação da produção no mercado; em 27%, a falta de matéria prima; em 14%, a falta de capital; em 5%, a não disponibilidade de máquinas adequadas e a falta de trabalhadores especializados; em 8%, a falta de licença legal, e em 3%, a falta de crédito. Com relação à localização das fábricas recuperadas da Argentina, verificamos que de 87 casos analisados,

---

<sup>9</sup> MARTINEZ, Oscar e VOCOS, Federico. Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero. Disponível em: <<http://rwww.iisg/labouragain/publications.htm>>. Acesso em: 15 Maio de 2006.

<sup>10</sup> FAJN, G e REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, v.1, n. 28, p. 10. 2005

<sup>11</sup> *Ibidem* p. 12.

19,5% estão situados na cidade de Buenos Aires; 54,0 % na província de Buenos Aires, e 26,5 %, no interior do país.<sup>12</sup>

Nesse sentido, na Venezuela o governo de Chávez anunciou a intenção de expropriar mais 1000 fábricas que estão improdutivas ou trabalhando abaixo de sua capacidade. De fato, o governo começou a implantar as chamadas “empresas sociais” nas antigas indústrias abandonadas pelo capital, criando uma propriedade mista entre Estado e trabalhadores que administrarão as ações. Um exemplo disto aconteceu em janeiro de 2005, com a expropriação da antiga fábrica de papel e celulose Venepal. Esta empresa surgiu diante da falência da empresa, por meio da pressão dos trabalhadores e a decisão do Estado de recuperá-la, sob co-gestão, por motivos de interesse público. Deste modo, a empresa se tornou estatal, de modo que o Ministério do Trabalho, Economia Popular e Finanças possuem um 51% do capital e o outro restante é dos trabalhadores.

No Brasil, o surgimento das fábricas recuperadas está intimamente ligado às medidas econômicas de abertura financeira e comercial iniciadas no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), aprofundadas durante os governos de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). As medidas de ajuste econômico adotadas por diferentes governos foram acompanhadas da incorporação tecnológica e implementação de formas de gestão - flexibilização, terceirização, subcontratações -, modificando tanto o sistema econômico-financeiro quanto a organização político-social do país. Nesse sentido, um dos resultados se traduz no aumento do número de empresas industriais que entraram em crise, a maioria fechando ou sendo absorvida por multinacionais, facilitando, assim, o aumento do índice de desemprego no país.<sup>13</sup> Segundo Francisco de Oliveira,

A saída de um modelo industrial, que gerava mais empregos entrou em crise, e entramos num modelo de acumulação em que o capital financeiro e estrangeiro tem a hegemonia. Esta forma de reorganização do processo de acumulação no Brasil acarreta conseqüências imediatas nas relações sociais, no trabalho, no emprego e nas classes sociais dele resultantes.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Ibidem p.14.

<sup>13</sup> Entre os anos de 1990- 2000 houve uma redução de 3400 firmas industriais: 1500 entre as micro, 688 entre as pequenas, 1132 entre as medias e 148 entre as grandes empresas. Diagnostico realizado pela SDTS/PMSP. Em 1989 a taxa de desemprego total, segundo o DIEESE, era de 8,7%. o ano de 99 com um valor em torno de 19,3% (as taxas de desemprego aberto são, respectivamente, 6,5% e 12%).

<sup>14</sup> DE OLIVEIRA, Francisco. Classes Sociais em mudança e a luta pelo Socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p.7.

Assim, no Brasil as primeiras iniciativas de fábricas recuperadas surgem na década 1990 em diferentes estados e setores da economia (mineração, metalurgia, confecção, indústria plástica, química). Vale ressaltar que estas iniciativas ocorrem, em sua maioria, pelo incentivo de entidades de fomento ou de partidários e militantes políticos.

Conforme o relatório final do projeto “Uma tipologia da Economia Solidária e Autogestão”, realizado em 2005,

A adoção de políticas de liberalização da vida econômica no Brasil, a partir do início dos anos noventa, trouxe muitas baixas nos agentes econômicos privados, em particular nas empresas familiares, de propriedade de capital de origem nacional. Como consequência, contingentes de trabalhadores perderam seus postos de trabalho, seu emprego, sua renda. Em reação a este fato, diversos movimentos ordenados se configuraram para lutar pela manutenção dos postos de trabalho através da recuperação de empresas e incubação de empreendimentos autogeridos - a maioria na forma de cooperativas - pelos próprios trabalhadores, fossem eles empregados da antiga empresa em estado falimentar ou pré-falimentar, ou fizessem parte de massas de desempregados em determinadas regiões.<sup>15</sup>

Entre as primeiras experiências no gênero de fábrica recuperada podemos mencionar a empresa de Calçados Makerly, situada na cidade de Franca em São Paulo. Em 1991, quando os donos da empresa fecham suas portas, provocam o desemprego de 482 pessoas. Os trabalhadores, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores de Calçados, do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas e do movimento popular, começam um processo de produção autogestionada.<sup>16</sup>

Em ambos os países, Argentina e Brasil, o processo de iniciação da recuperação das fábricas tem apresentado algumas características comuns, destacando-se as seguintes: a falência ou processo pré-falimentar da empresa, a falta de pagamento salarial aos trabalhadores por longos períodos e o não recolhimento, pelas empresas, dos direitos trabalhistas e sociais durante meses e, até mesmo, anos. Como solução, os trabalhadores, em muitos casos liderados por dirigentes sindicais ou políticos, mobilizam-se para reivindicar seus direitos trabalhistas. Desta maneira, uma vez tomada a fábrica os trabalhadores acampam na frente da mesma ou dormem no recinto fabril, tornando-se guardiões dos meios de produção, buscando impedir que esta seja saqueada

---

<sup>15</sup> Referências conceituais para ações integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003) Huberlan Rodrigues...[et al]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. p.25.

<sup>16</sup> Para maior informação consultar: FARIA, Maurício Sarda de Faria. “...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração - Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

pelos patrões.<sup>17</sup> Essa resistência organizada frente à fábrica passa a ser fundamental na manutenção dos postos de trabalho. O apoio de sociedade civil, de militantes políticos e de organizações sociais também é imprescindível.<sup>18</sup> Nesse sentido, apresenta-se uma mudança na forma de protesto, deixando de lado as formas de luta sindical por melhorias de condições de vida e salários, que obteve ganhos trabalhistas tanto na Argentina quanto Brasil e foram tão importantes a partir dos anos de 1940 com o advento dos regimes populistas.

Contudo, a novidade nas experiências das fábricas recuperadas reside não somente na busca pela preservação da fonte de trabalho e na luta contra as demissões, mas também na organização dos trabalhadores no sentido de assumir a direção da produção e ao mesmo tempo defender o emprego, o pagamento dos salários, as melhorias nas condições de trabalho, e sobretudo, a redução da jornada de trabalho. Porém, a passagem da administração realizada pelos proprietários capitalistas para “as mãos” dos trabalhadores não ocorre de um dia para outro. Em geral, ocorre um longo processo de intensas negociações, no qual fazem parte capitalistas, representantes do governo e os próprios trabalhadores. Além disso, segundo Julián Rebon,

El proceso de recuperación de empresas se conforma como fuerza social. Se constituye una fuerza material que tiene un origen y un efecto social, y que como tal produce el desplazamiento de un conjunto de relaciones sociales por otras, posibilitando el avance y afianzamiento sobre los espacios semi-abandonados por la dirección capitalista de la producción, comenzando su reemplazo parcial. La defensa del trabajo nutre su fuerza moral, su capacidad de convertirse en argamasa de relaciones sociales en una confrontación. Su desarrollo es producto de la articulación de una embrionaria alianza que trasciende a las identidades presentes en las empresas.<sup>19</sup>

Em alguns casos, esta força social que se constitui não se desenvolve por meio do sindicato, mas em outros, os dirigentes sindicais são atores relevantes no processo de recuperação do empreendimento. As parcerias desempenhadas entre os sindicatos e os empreendimentos, em geral, reúnem atividades de formação, empréstimo de maquinário, intermediação de processos judiciais para a compra de máquinas, apoio de recursos financeiros, orientações, assessoria técnica e acesso à cooperativa de crédito do sindicato. Ocorre, também a existência de parcerias com outras entidades autogestionárias que facilitam acordos de cooperação para a troca de

---

<sup>17</sup> FAJN, G. e REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, v. 1, n. 28, 15 p. 2005.

<sup>18</sup> Referências conceituais para ações integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003) /Huberlan Rodrigues...[et al]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. p.26 .

<sup>19</sup> FAJN, G. e REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, v.1, n. 28, p.6. 2005.

experiências, intercâmbio de conhecimento, captação de recursos, fortalecimento das iniciativas e estabelecimento de parcerias institucionais. Além disso, há também as parcerias internacionais, facilitadas pela organização de encontros e congressos, nos quais participam comissões representativas das fábricas dos diferentes países da América do Sul, Argentina, Uruguai, Brasil e Venezuela.

No entanto, cada processo de recuperação possui particularidades. Nem todos partem da mesma situação, nem requerem implementação das mesmas soluções no enfrentamento das dificuldades que surgem no decorrer da luta. Por exemplo, no momento de iniciar a produção, cada unidade produtiva apresenta diferentes circunstâncias que podem ocasionar um processo de negociação de vários meses até que as atividades sejam retomadas. Em algumas ocasiões, a demora ocorre devido a uma situação jurídica indefinida com respeito à titularidade do local da empresa e à propriedade das maquinarias. Em outras ocasiões, já com a fábrica recuperada, os antigos donos continuam reclamando o direito de posse da empresa e isso resulta em mais um problema a ser enfrentado. Não é raro, portanto, no cotidiano da fábrica recuperada, a convivência com a presença de forças policiais na porta da fábrica: ora é um antigo dono que se reforça com a polícia para entrar na fábrica, ora é um credor que também se apóia nas forças policiais e jurídicas para retirar as máquinas. Em todas estas situações o confronto é inevitável e nem sempre a negociação é suficiente. A organização das forças de pressão também compõe o cenário inicial das fábricas recuperadas. No entanto, os trabalhadores optam por continuar na luta e não ceder ante a pressão das forças policiais que aparecem em várias ocasiões.

As empresas iniciam suas atividades com escasso capital para comprar matéria-prima e sustentar o desenvolvimento da atividade produtiva, além da falta de crédito para adquirir equipamentos e maquinários. A essa falta de crédito geral, soma-se o descrédito de fornecedores e clientes e, sobretudo, a desconfiança em relação à nova administração. Isto produz grande dificuldade para a comercialização dos produtos da empresa recuperada. Além disso, somam-se dificuldades para o pagamento de impostos ao governo e às empresas prestadoras de água e luz. A maioria dos empreendimentos opera com os equipamentos da empresa falida, que são antigos e deteriorados, e em alguns casos estão penhorados pelas dívidas acumuladas pela antiga gestão.

Portanto, além de fazê-la produzir, o comando da empresa recuperada enfrenta diversas dificuldades, condicionadas pela situação econômica da empresa (dívidas, maquinarias, capital inicial, matéria prima), pelos conflitos com os antigos donos e também, pelas questões



ideológicas de organização dos trabalhadores e militantes. Existem poucas experiências em que os trabalhadores conseguiram realizar um acordo com os antigos donos, como por exemplo, o pagamento de uma quota mensal aos proprietários pelos imóveis e máquinas, ou uma participação conjunta entre ex-donos e gestão fabril.

Não obstante, a maioria das iniciativas opta pela formação de uma cooperativa, a saída judicial de maior facilidade para dar continuidade à empresa anterior. Entretanto, algumas empresas encontram-se num longo e contínuo processo de recuperação devido à espera de um decreto de quebra ou de reconhecimento da cooperativa.

Além das dificuldades econômicas, um dos grandes desafios da empresa recuperada é reorganizar o trabalho dentro dela, desenvolvendo condições de trabalho, com o intuito de reverter as estratégias empresariais que fomentam a exploração dos trabalhadores. É iniciado assim, um processo de ensino-aprendizagem no interior da empresa e fora dela, com vistas a alcançar metas coletivas, construir espaços de representação e participação democráticos.

Desde os primeiros momentos das fábricas recuperadas há a organização de assembleias gerais a fim de garantir um espaço para a participação ativa de todos os trabalhadores, onde são tomadas decisões de como se organizar e são definidos os passos a seguir na busca de uma forma melhor para continuar com a produção. Nas assembleias gerais são escolhidas, pela votação dos trabalhadores, as pessoas que serão responsáveis pela administração da empresa, ao mesmo tempo em que se define um tempo determinado para o mandato. Dessa forma, a direção passa dos representantes do capital aos trabalhadores escolhidos em assembleias. Nessas assembleias se determina também, a forma de distribuição dos salários, realizando-se modificações no salário mínimo e máximo. Mas é relevante ressaltar que apesar das deliberações as diferenças continuam existindo, assim como também as hierarquias. Além disso, visando garantir a representação de todos, desenvolve-se mecanismos de participação por meio de comissões por setores de produção e turnos compostos por representantes eleitos pelos trabalhadores. Outra característica destes processos é a instituição da transparência das contas desde o início, o que em geral é bem aceito pelos trabalhadores.

## **1.2 As bases do cooperativismo no Brasil**

No momento em que os trabalhadores assumem o controle da empresa são vislumbradas pelo menos duas opções para assegurar a continuidade do processo: formar uma cooperativa de

produção ou estatizar a fábrica. Esta primeira opção se desenvolve como estratégia incentivada pelo bloco de poder hegemônico governamental vigente no país. A segunda desenvolve-se num contexto adverso à estatização.

Durante o primeiro mandato do governo, o presidente Luiz Inácio da Silva implementa a política de incentivo à formação de cooperativas de produção e de consumo, criando uma política específica denominada “Economia Solidária”. Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, é uma das principais figuras representativas relacionadas ao ressurgimento da Economia Solidária. Deste modo, o número de iniciativas cooperativistas foi aumentando desde os anos 1990, e nos últimos anos foram criadas pelo menos 147 cooperativas de produção em distintas regiões do país.<sup>20</sup>

Segundo Singer, a Economia Solidária ressurgiu no Brasil na década de 1980 e toma impulso crescente na segunda metade de 1990. Para ele, a Economia Solidária é o resultado de movimentos sociais que reagem à crise do desemprego em massa e à precarização do trabalho. Singer considera a possibilidade da coexistência dos empreendimentos autogestionários com o modo de produção capitalista, sendo que,

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias simples de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.<sup>21</sup>

Segundo este autor, a Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão

---

<sup>20</sup> Ver maior informação sobre as cooperativas: WRUBLEVSKI AUED, Bernardete e CHAVES, Luis Carlos. O desemprego não é inexorável. **Plural** (Publicação da Associação dos Professores da UFSC- SSIND) Florianópolis, n. 13, Ano 9, Dezembro. 2003.

<sup>21</sup> SINGER, Paul e DE SOUZA, André Ricardo (org.). A economia solidária no Brasil, a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Economia Contexto, 2003. p.13.

“desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX.<sup>22</sup> Nesse sentido, as primeiras experiências cooperativistas surgiram sob a influência das teorias do associativismo no começo da era industrial, como uma alternativa às condições de exploração do trabalho e às condições subumanas de vida que experimentava a classe operária.<sup>23</sup>

Em 1844, em Rochdale, na Inglaterra, surge a primeira cooperativa de consumo<sup>24</sup> pela iniciativa de um grupo de trabalhadores sob a inspiração das idéias de Robert Owen (1771 - 1858). Na França, as teorias associativistas de Charles Fourier (1772-1837) e de Pierre Proudhon (1809-1865) inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores. Eles, junto com Saint-Simon (1760-1825) foram denominados como “socialistas utópicos”.<sup>25</sup> Estes autores não somente fizeram uma crítica ao sistema vigente, como também apresentaram um novo modelo de sociedade fundamentada em valores diferentes da sua época. Eles aspiravam uma reforma política e social da sociedade em direção à implementação do socialismo. Deste modo, os socialistas utópicos viam no desenvolvimento da cooperativa uma via alternativa ao capitalismo ascendente. Segundo Teixeira, os socialistas utópicos foram “*reformadores sociais que conceberam fantásticos sistemas de organização da sociedade; sua pretensão era defender os interesses da humanidade como um todo, impondo o império da razão e da justiça eterna*”.<sup>26</sup>

Entre os princípios adotados pelas primeiras cooperativas estão os seguintes: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso com educação, capacitação e informação aos cooperados; cooperação entre as cooperativas por meio de organizações locais, nacionais e mundiais; contribuição ao desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa.

Em função disso, em 1995, no Congresso Aliança Cooperativa Internacional, os participantes definem a cooperativa como: “*uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais, culturais*

---

<sup>22</sup> SANTOS, B.S. (org) Produzir para viver. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p.87.

<sup>23</sup> Extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas; condições insalubres de trabalho; arregimentação de crianças e mulheres como força de trabalho mais barata; trabalho mal remunerado.

<sup>24</sup> A cooperativa se chamou “A Sociedade dos Pioneiros Equitativos”. Cf. HOLYOAKE, George Jacob. Os 28 tecelões de Rochdale. Porto Alegre: Unimed, 2000.

<sup>25</sup> Marx e Engels em “Do socialismo utópico ao socialismo científico” designaram estes autores dessa maneira para mostrar a ambigüidade de suas idéias e propostas. A palavra socialismo surgiu quase simultaneamente na França e na Inglaterra, na década de 1830, com um significado pouco preciso, mas em geral usada em oposição ao individualismo. Posteriormente passou a ser associada ao movimento de formação de cooperativas, só mais tarde adquirindo seu conteúdo atual, para designar um sistema social contraposto ao capitalismo. Já utopia tem como referencia o livro de Thomas Morus, publicado em 1516. Nesse sentido, “Os utópicos tinham não só uma consciência crítica dos males do presente, como apresentavam um projeto de futuro que implicava a superação da sociedade de seu tempo”. Ver: TEIXEIRA, A. Utópicos, heréticos e malditos. São Paulo: Record, 2002. p.29.

<sup>26</sup> TEIXEIRA, A. Utópicos, heréticos e malditos. São Paulo: Record, 2002. p.28.

*comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada*”.<sup>27</sup> A cooperativa se constitui como uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por uma dupla natureza. Ela é, simultaneamente, uma entidade social e uma unidade econômica. É também uma sociedade de pessoas com o objetivo de se desenvolver livremente e se dedicar a atividades produtivas. Segundo Gutiérrez Gustavo Luis,

As formas autogestionárias de organização da produção são uma constante no interior da produção capitalista, caracterizadas especificamente pela oposição aos seus valores e às suas práticas. As experiências de autogestão, em toda sua diversidade, se apresentam como um elemento constitutivo fundamental das lutas dos trabalhadores na história.<sup>28</sup>

Mesmo havendo grandes diferenças entre a época em que surgiram as primeiras cooperativas e a época de hoje, a formação de cooperativas e empreendimentos autogestionários se coloca na realidade brasileira como uma alternativa de geração de emprego e renda para os trabalhadores. De fato, esta opção ganhou muitos adeptos, suscitando a necessidade de constituir organizações sociais e entidades governamentais para apoiar e fortalecer o desenvolvimento dessas iniciativas. Durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias de diversos ramos da indústria<sup>29</sup>, realizado em maio de 1994, na cidade de São Paulo, foi constituída oficialmente a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão). Neste encontro é elaborada uma proposta para construir uma associação civil, sem fins lucrativos, que congregue associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão, tendo como objetivo coordenar os diversos empreendimentos ascendentes.

A ANTEAG surge não somente para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho, mas também com a intenção de reforçar o processo de insubordinação dos trabalhadores ao capital e de assessorar jurídica e tecnicamente as novas empresas solidárias.

Atualmente, a ANTEAG tem representações em seis estados brasileiros, que se encarregam de acompanhar os projetos de autogestão, buscando a integração desses projetos com iniciativas das ONGs, dos governos estaduais e municipais. Além disso, registra mais de 200

---

<sup>27</sup> REICH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.22.

<sup>28</sup> GUTIERREZ, Gustavo Luis. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas, In: VIEITEZ, Cândido Giraldez. A empresa sem patrão. Marília: UNESP, 1997. p15.

<sup>29</sup> Estavam presentes no encontro representantes de 11 empresas em autogestão. Dentre estas empresas, destacam-se: Makerli Calçados (Franca/SP); Remington (Rio de Janeiro/RJ); Cobertores Parahyba (São José dos Campos/SP); Cerâmica Matarazzo (São Caetano/SP); CBCA (Criciúma/SC); Skillcoplast (Diadema/SP); Hidrophoenix (Sorocaba/SP). SARDA DE FARIA, Maurício....se a cosia é por ai, que autogestão é essa? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Markerli Calçados. Florianópolis: UFSC, 1997.

fábricas recuperadas e administradas por operários, sendo que destas acompanha 160 projetos de autogestão.<sup>30</sup>

No que diz respeito ao surgimento das fábricas recuperadas, os assessores da ANTEAG consideram este movimento como o resultado da “*crise conjuntural/estrutural do sistema capitalista aliada à incapacidade administrativa empresarial*”<sup>31</sup>. Nesse sentido,

Diante deste quadro ‘revolucionário’ que está mudando, por um lado, o comportamento das empresas, e por outro lado, eliminando as menos competitivas e atrasadas tecnologicamente, causando um volume de desemprego que podemos já chamar de estrutural, há a exigência de uma atitude reativa positiva por parte dos trabalhadores. (...) Para se enfrentar essa ‘revolução’ silenciosa, picante e racional, não se pode mais pautar pelo caminho clássico de enfrentamento, da emoção.<sup>32</sup>

Para os representantes da ANTEAG o conceito de autogestão ou empresas autogestionárias ou de co-gestão é o modelo de gestão sob controle dos trabalhadores, com democratização da gestão, viabilidade e rentabilidade do projeto, modernização tecnológica, integração empresarial em rede de negócios e parceria com sindicatos, quando estes apóiam o projeto. Além disso, a autogestão se refere, especificamente, embora não exclusivamente, à recuperação de empresas em situação falimentar que são reorganizadas pelos trabalhadores em regime de autogestão, nos casos em que assumem o controle total, ou em co-gestão, quando entram em acordos com proprietários para gerirem a empresa.

Nesse sentido, durante o governo do presidente Luis Inácio da Silva são criadas instituições e organizações para a constituição e a aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil. Algumas delas são: SEDAI (Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Institucionais), SENAES (Secretaria nacional de Economia Solidária), ambas vinculadas ao Ministério de Trabalho e Emprego do Governo-, ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), e a Secretaria de desemprego, trabalho e solidariedade (SDTS). Contudo, anteriormente a essas iniciativas, no ano de 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) cria, em âmbito nacional, a Agência de

---

<sup>30</sup> As últimas pesquisas de abril de 2006 afirmam que a ANTEAG e União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social de Brasil (Unisol/Brasil) reúnem em 409 empreendimentos, que faturam cerca de US\$ 310 milhões ao ano. ANTEAG. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

<sup>31</sup> ANTEAG. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995.

<sup>32</sup> ANTEAG. Reestruturação industrial e autogestão. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio/1995. p.4.

Desenvolvimento Solidário, que está em permanente diálogo com outras entidades da própria CUT, como a União e Solidariedade das Cooperativas do ABC.<sup>33</sup>

Além das novas instituições criadas para dar apoio e assessoria técnica, assim como para enfrentar as dificuldades financeiras destas novas iniciativas, foram abertas também linhas de crédito pelo Banco Estadual do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a fim de permitir a viabilidade e a sustentabilidade desses empreendimentos no longo prazo.

### **1.2.1 As críticas históricas ao cooperativismo**

Segundo Teixeira, as idéias cooperativas são recorrentes, mas as novas idéias se afirmam negando as anteriores, que acabam condenadas ao esquecimento. Tempos depois em que as idéias se tornaram velhas, as anteriores são reinventadas,<sup>34</sup> sobretudo, nas épocas de crises, quando se retomam velhas práticas de luta da classe trabalhadora, como solução para os problemas de desemprego e ausência de alternativas governamentais de geração de renda. Assim, podemos dizer que tanto o surgimento das idéias cooperativistas quanto suas críticas, não são novidades da atualidade. Na história dos movimentos operários, alguns autores como Karl Marx (1818-1883) e Rosa Luxemburgo (1871-1919) teorizaram sobre o cooperativismo. Para estes autores, as organizações cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores representam uma brecha no modo de produção capitalista, sem representar uma forma de ruptura, pois os trabalhadores, ao invés de estarem submetidos ao domínio do capitalista, assumem o lugar dos próprios capitalistas. Mas para terem durabilidade e êxito na transformação do sistema capitalista, devem estar inseridas na luta pelo poder estatal da classe trabalhadora, ou seja, na revolução proletária.<sup>35</sup> Além das similitudes em alguns aspectos entre autores que teorizam o cooperativismo, existem divergências. Karl Marx caracteriza o cooperativismo como uma etapa de transição entre a economia política da burguesia e a economia política do proletariado.<sup>36</sup> Marx não examina as cooperativas em si mesmas, mas dentro da perspectiva geral da emancipação da classe trabalhadora. Para Marx, as fábricas recuperadas pelos trabalhadores convertidas em cooperativa,

---

<sup>33</sup> Uma das regiões industriais mais importante do Brasil, no estado de São Paulo.

<sup>34</sup> TEIXEIRA, A. Utópicos, heréticos e malditos. São Paulo: Record, 2002. p.10

<sup>35</sup> GIRALDEZ VIEITEZ, Candido e DAL RI, Neusa Maria. Trabalho Associado, Cooperativas e Empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.36.

<sup>36</sup> KARL, Marx. O capital. Rio de Janeiro: Civilização, 1968. Vol.III, cap. XXVII. p.8.

São, dentro da forma tradicional, as primeiras brechas abertas nela, apesar de que, onde quer que existam, suas organizações efetivas apresentam, naturalmente, todas as deficiências do sistema dominante. Mas dentro dessas fábricas aparece abolido o antagonismo entre o capital e o trabalho, embora a princípio somente sob uma forma na qual os trabalhadores associados são seus próprios capitalistas, isto é, empregam os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Essas fábricas mostram como ao chegar a uma determinada fase do desenvolvimento das forças materiais produzidas e das formas sociais de produção adequadas a elas, do seio de um regime de produção nasce e se desenvolve naturalmente outro novo. Sem o sistema fabril derivado do modo de produção capitalista não haveria fábricas cooperativas, e muito menos sem o sistema de crédito que surgiu do mesmo modo de produção. O sistema de crédito é base fundamental para a transformação gradual das empresas cooperativas em uma escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas como formas de transição entre o regime capitalista de produção e o modo de produção dos produtores associados; a única diferença é que em um caso o antagonismo é resolvido negativamente, enquanto que no outro caso é resolvido em sentido positivo.<sup>37</sup>

Em seus escritos acerca das cooperativas, Karl Marx assinala seu aspectos ambíguos. Por um lado, sustenta que as cooperativas deixam os trabalhadores longe da luta de classe ao fazê-les considerar que a emancipação é possível desde a perspectiva de uma empresa ou de um conjunto delas, sem compreender que no capitalismo, a lógica do capital subsume o conjunto das formas empresariais existentes. Por outro lado, o autor toma o exemplo prático das cooperativas para evidenciar que o capitalista é um agente desnecessário à organização da produção e processo de trabalho. Deste modo, os trabalhadores mostram, com fatos, que os patrões não são imprescindíveis para a organização da produção. Assim, ele afirma “*Es imposible exagerar la importancia de estos grandes movimientos sociales que han mostrado en los hechos que la producción a gran escala e al nivel de las exigencias de la ciencia moderna, puede prescindir de la clase de los patrones*”.<sup>38</sup>

Marx ressalta o fato inegável de que o cooperativismo jamais poder derrotar os monopólios de mercado, a menos que se desenvolva em dimensões nacionais. Só a tomada do poder político pela classe trabalhadora poderia fazer com que o cooperativismo escape dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados. Segundo este autor, as cooperativas acabam, no médio ou longo prazo, funcionando dentro da lógica mercantil, com todos os

---

<sup>37</sup> Ibidem. p.10.

<sup>38</sup> Ibidem. p.11.

excessos que isso traz aos trabalhadores, e por isto, produzindo a concentração da economia sob o capitalismo, ou seja, a formação de monopólios.

Além disso, há outra razão apresentada por Marx para não considerar as cooperativas como instrumento de realização de uma transformação social. Na época em que vive, as cooperativas de consumo e de produção ficam excluídas dos ramos mais importantes da produção de capital: as indústrias têxteis, mineiras, metalúrgicas e petroleiras, e de construção de maquinarias e locomotivas.

Cabe ressaltar que segundo Marx, o principal mérito alcançado pelas fábricas recuperadas, tanto por aquelas que demandam a estatização quanto pelas que assumem a forma de cooperativa, é a ruptura cultural, pois destitui o capitalista de seu papel de organizador da produção e distribuição de bens e serviços, seja este um capitalista privado ou estatal<sup>39</sup>. Rosa Luxemburgo, em seu livro “Reforma ou Revolução”, considera o cooperativismo como uma forma híbrida, com seus próprios limites no capitalismo, incapaz de atacar as bases do capital. Ela afirma que *“as cooperativas, sobretudo as de produção, são uma forma híbrida no seio do capitalismo. Podem ser descritas como pequenas unidades de produção socializada dentro do intercâmbio capitalista”*.<sup>40</sup> Por isso, considera que no desenvolvimento dos empreendimentos econômicos a formação de cooperativas não chega a se configurar uma via para o socialismo. Segundo Rosa Luxemburgo,

Na economia capitalista o intercâmbio domina a produção (ou seja, a produção depende em grande parte das possibilidades do mercado). Como fruto da concorrência, a dominação total do processo de produção pelos interesses do capitalismo – ou seja, a exploração impiedosa - se converte em fator de sobrevivência para cada empresa. A dominação do processo de produção pelo capital se expressa de várias maneiras. O trabalho se intensifica. A jornada de trabalho se reduz ou amplia dependendo da situação do mercado. E, segundo as imposições do mercado, a mão de obra é empregada ou lançada de novo à rua. Em outras palavras, são utilizados todos os métodos que permitem à empresa fazer frente a seus concorrentes no mercado. Os operários que formam uma cooperativa de produção se vêem, assim, na necessidade de governar-se com máximo absolutismo. Se vêem obrigados a assumir, eles mesmos, o papel do empresário capitalista, contradição responsável pelo fracasso das cooperativas de produção que se convertem em empresas puramente capitalistas, e se continuam predominando os interesses operários, acabam por dissolver-se.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> KARL, Marx. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização, 1968. Vol.III, cap. XXVII. p.10.

<sup>40</sup> LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. São Paulo: Expressão popular Ltda. 1999. p.83.

<sup>41</sup> Idem.



Conforme esta autora, as cooperativas num contexto capitalista se encontram em permanente contradição com o sistema dominante. Assim, sendo as possibilidades de sobrevivência do cooperativismo muito limitadas, estas experiências não se traduzem em uma forma de transformação do sistema capitalista.

As cooperativas de produção podem sobreviver no marco da economia capitalista só se conseguem suprimir, mediante algum ardid, a contradição capitalista entre o modo de produção e o modo de intercâmbio. E o podem fazer somente se evitam artificialmente a influência das leis da livre concorrência. E só podem chegar a isso quando asseguram, de antemão, um círculo fixo de consumidores, ou seja, um mercado constante.<sup>42</sup>

Para Rosa Luxemburgo, as cooperativas de produção no seio do capitalismo têm duas alternativas: a falência ou, para sobreviver, a associação com as cooperativas de consumidores para garantir compradores de sua produção, e assim não concorrem com as empresas capitalistas. Além da necessidade de sobrevivência das empresas, existe o risco das cooperativas serem subsumidas pela lógica do mercado e da concorrência e, conseqüentemente, gerarem condições de auto-exploração, oprimindo o trabalhador com baixos salários e com condições insalubres. Deste modo, as cooperativas se apresentam como alternativas limitadas de luta da classe trabalhadora, com épocas de auge e de declínio, e tendo que lidar com todos os desafios e contradições que resultam da situação de sobreviver no seio do sistema capitalista de produção.

### **1.3 Ressurgimento das reivindicações de luta da classe trabalhadora**

Desde o início do desenvolvimento da industrialização, a classe trabalhadora sempre esteve em luta reivindicando seus direitos contra a exploração da classe capitalista. Segundo Gramsci,

La historia de los grupos sociales subalternos es necesariamente disgregada y episódica. No hay duda de que en la actividad histórica de estos grupos hay una tendencia a la unificación, aunque sea a niveles provisionales; pero esa tendencia se rompe constantemente por la iniciativa de los grupos dirigentes y, por tanto, sólo es posible mostrar su existencia cuando se ha consumado ya el ciclo histórico, y siempre que esa conclusión haya sido un éxito. Los grupos subalternos sufren siempre la iniciativa de los grupos dominantes, incluso cuando se rebelan y se levantan. En realidad incluso, cuando parecen victoriosos, los grupos subalternos se encuentran en una situación de alarma defensiva. Por eso todo indicio de iniciativa autónoma de los grupos subalternos tiene que ser de inestimable valor para el historiador integral; de ello se

---

<sup>42</sup> Ibidem. p.85.

desprende que una historia así sólo puede encararse monográficamente, y que cada monografía exige un cúmulo enorme de materiales a menudo difíciles de encontrar.<sup>43</sup>

Nesse sentido, segundo Octávio Ianni, desde o final do século XX e princípio do XXI, está em curso o desenvolvimento de um novo ciclo de profundas transformações sociais compreendendo as forças produtivas, isto é, o capital, a tecnologia, a força do trabalho, entre outros; assim como as relações de produção, que abrangem: as instituições jurídicas políticas, econômicas, financeiras, os poderes do Estado e das organizações multilaterais.

Se expandem pelo mundo as instituições e idéias, os valores e as práticas da sociedade capitalista ou burguesa, como as mais diversas formas de alienação com as quais se alimentam as lutas pela emancipação, por outras formas de organização social e técnica do trabalho e da produção; bem como da distribuição, troca e consumo. Multiplicam-se as reivindicações e lutas, os movimentos sociais e as idéias, os protestos e as utopias com os quais se formam o socialismo, o neo-socialismo, anunciando outro modo de produção e processo civilizatório.<sup>44</sup>

Dessa forma, podemos observar que as lutas sociais das fábricas recuperadas resultam da retomada de categorias e princípios desenvolvidos no início da era industrial. Nesse sentido, é possível verificar no artigo “Organização do Trabalho” escrito em 1839 por Louis Jean Joseph Charles Blanc (1811-1882), considerado um socialista utópico, a proposta de formação de fábricas sociais controladas pelos trabalhadores, com apoio governamental. Segundo ele “*sem reforma política, não há reforma social possível; porque, se a segunda é o objetivo, a primeira é o meio*”.<sup>45</sup> Deste modo, segundo o mencionado autor, o governo seria o regulador da produção e o investidor, com o intuito de fazer desaparecer a concorrência e dar lugar à possibilidade do desenvolvimento das fábricas sociais. Assim, o governo levantaria um empréstimo, cujo montante seria destinado à criação de fábricas sociais nos ramos mais importantes de indústria nacional. *O que falta aos proletários para se libertarem são os instrumentos de trabalho: é o governo que deve fornecê-los*”.<sup>46</sup> O autor afirma “*o governo é o único fundador de fábricas sociais, seria ele quem redigiria seus estatutos*”.<sup>47</sup> Louis Blanc considera que, “*A fábrica social*

---

<sup>43</sup> GRAMSCI, Antonio. Escritos políticos 1917-1933. Apuntes sobre la historia de las clases subalternas. Criterios de método. México: Siglo XXI Editores, 1997. p.361.

<sup>44</sup> IANI, Octavio. Capitalismo, Violência e terrorismo. São Paulo: Civilização Brasileira. 30 p.

<sup>45</sup> BLANC, Louis. Organização do Trabalho (1839). Em: TEIXEIRA, Aloísio. Utopicos, heréticos e malditos. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2002. p.215.

<sup>46</sup> Ibidem, p.220.

<sup>47</sup> Ibidem, p.221.

*teria, em relação a qualquer fábrica individual, a vantagem que resulta das economias da vida em comum e de um modo de organização em que todos os trabalhadores, sem exceção, estariam interessados em produzir rápido e bem”.*<sup>48</sup> Assim, *“da solidariedade de todos os trabalhadores em uma mesma fábrica concluímos com a solidariedade das fábricas em uma mesma indústria. Para completar o sistema, seria preciso consagrar a solidariedade das diversas indústrias”.*<sup>49</sup>

Deste modo, as duas alternativas que se apresentam na atualidade, a formação de cooperativas e as fábricas sob controle operário, possuem a perspectiva de incorporar outros valores em contraposição aos valores individualistas e de concorrência característica do modo de produção capitalista. No entanto, cada uma delas abrange determinadas formas de agir, de conceber a realidade e de estabelecer alianças. Por um lado, as experiências cooperativistas tendem a fechar-se num movimento que não possui como perspectiva a superação do modo de organização da produção capitalista, além de ser uma estratégia imposta pelo bloco hegemônico para a resolução dos conflitos das fábricas recuperadas. Daniel Reich considera que a incorporação das organizações de cooperativas ao mercado capitalista impõe sérios limites ao seu potencial transformador.

A absorção da idéia cooperativa pelo sistema capitalista inviabilizou as possibilidades da cooperação total e, com exceção de algumas experiências em países com tradição cultural coletivista, as cooperativas capitularam quase sempre ao predomínio do capital e acabaram por pender muito mais em direção a empresas com características profundamente comerciais e pouco se importando com os interesses dos trabalhadores.<sup>50</sup>

Na atualidade, as cooperativas têm o intuito de alcançar melhores condições de trabalho, não obstante, na maioria das experiências acabam reproduzindo as mesmas ou até piores condições de trabalho, em comparação com as que se apresentam numa empresa capitalista. Segundo Reich, as dificuldades que se apresentam na formação de cooperativas é constante.

A permanente pressão e a necessidade de enfrentamento da concorrência provocaram, em quase todos os países capitalistas, dificuldades de relacionamento no conjunto do movimento cooperativista desencadeando, em determinados momentos, verdadeiras lutas para a conquista e manutenção de espaços comerciais e mercados, colocando cada uma isolada na luta pela própria sobrevivência.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> Ibidem, p.222.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> REICH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.17.

<sup>51</sup> Ibidem, p.18.

Dessa forma, ressaltamos que, em termos gerais, os diferentes estudos realizados sobre o desenvolvimento das cooperativas no Brasil confirmam que a organização das cooperativas prolonga a jornada de trabalho, intensifica o ritmo de trabalho, reduz os salários para garantir concorrência no mercado, e também reduz o número de associados. Assim, a própria economia solidária e o cooperativismo são colocados em questão, pois não estariam servindo de instrumentos de transformação das relações de trabalho. No entanto, Daniel Reich, em relação à formação das cooperativas considera,

A proposta continua sendo interessante e pode ser um valioso instrumento para a superação dos atuais problemas pelos quais passam os trabalhadores. Para isso, no entanto, será necessário apostar na sua capacidade de assumir formas de produção autônoma (superando o jogo do contrato de trabalho e a perspectiva do emprego subordinado) dos trabalhadores e nas possibilidades de gestão econômica-financeira de forma coletiva. (...) O cooperativismo não é solução para tudo, mas também não concordo que as cooperativas sejam meros instrumentos de reprodução dos mecanismos de exploração capitalista.<sup>52</sup>

Assim, com a constituição de uma cooperativa, abre-se a confrontação entre ambas tendências: ou a cooperativa afiança seu caráter de instituição da classe obreira que luta pelo cambio social fortalecendo sua integração com o resto das organizações de classe, ou abandona seu caráter obreiro e segue em direção à concepção patronal, integrando-se às organizações burguesas e adaptando-se a um ponto de vista neutro na luta de classe, funcional à continuidade do sistema de exploração. No entanto, segundo análises recentes, difundidas com o aumento do fenômeno das empresas recuperadas, tais experiências estão gerando um novo setor na produção orientado pela lógica da Economia Solidária, que possui o potencial para ocupar setores crescentes do mercado e dessa forma concorrer com as outras empresas. Existem autores que apostam mais firmemente no poder transformador dessas experiências, acreditando que poderiam de algum modo substituir o capitalismo e ser a base do surgimento de novas relações sociais de produção.

Contudo, dada a necessidade de sobrevivência das cooperativas, torna-se desafiador resistir à lógica do mercado e da concorrência e, conseqüentemente, acabam, muitas vezes, por reproduzir condições de auto-exploração. Tais condições se materializam no cotidiano do trabalhador através do recebimento de baixos salários, em sua submissão a condições de trabalho

---

<sup>52</sup> Ibidem, p.63.

insalubres e a altos ritmos de produção. Dessa maneira, podem acabar legitimando os retrocessos dos direitos trabalhistas suscitados pela implementação das políticas públicas de orientação neoliberal, que se manifestam, sobretudo, na flexibilização do mercado laboral.

## CAPITULO II - A NOVA VERTENTE DE FÁBRICAS RECUPERADAS

Eles fecham as fábricas, nós abrimos.  
Eles roubam as terras e nós as ocupamos.  
Eles fazem as guerras e destroem as nações,  
nós defendemos a paz e  
a integração soberana dos povos.  
Eles dividem, nós unimos.  
Porque somos a classe trabalhadora.  
Porque somos o presente e  
o futuro da humanidade.<sup>53</sup>

### 2.1 A proposta de estatização

Existem duas tendências ou possibilidades que se abrem nas experiências das fábricas recuperadas. Por um lado, a formação de cooperativas que se integram ao sistema capitalista, aparecendo como um setor auxiliar das grandes empresas, geradora de emprego e renda, e assim, útil para amortecer as tensões da luta de classe. Por outro lado, a proposta contra-hegemônica de estatização com o intuito de modificar as relações sociais de produção.

A estratégia de estatização da fábrica recuperada, que passa a ser controlada pelos trabalhadores, procura colocar em prática uma solução alternativa às necessidades da classe trabalhadora em contraposição ao modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, os trabalhadores visam construir novas relações sociais de produção, tendo em vista um outro modo de produção. Nesse sentido, Ernest Mandel em sua obra “*Control obrero, consejos obreros, autogestión*” faz algumas considerações acerca do controle operário sob a forma da autogestão e considera que os trabalhadores devem refutar qualquer responsabilidade na gestão das empresas no modo de produção capitalista. Sob o capitalismo, o controle operário é a institucionalização da dualidade de poder na empresa, uma vez que os trabalhadores mantêm uma posição de fiscalização e de veto às decisões da administração. Inspirado nos soviets, Mandel entende o controle operário enquanto uma reivindicação transitória da luta da classe trabalhadora, devendo a autogestão ser colocada em prática somente “*depois da derrocada do domínio do capital*”.<sup>54</sup> Cabe ressaltar que para ele,

A diferencia fundamental entre las ideas de ‘participación’ e ‘co-gestión’ por um lado, y el concepto de control operário, por otro lado, puede resumirse de la siguiente manera: el *control operário rechaza toda responsabilidad de parte de*

<sup>53</sup> Declaração do 1º Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos trabalhadores, Caracas, 29/10/05. Participaram como representantes da delegação do Brasil pessoal do Ministério do Trabalho, da Prefeitura Municipal, Câmara Federal, Municipal de Joinville e Florianópolis, do MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Sindicato Unificado dos Químicos/Plásticos de Campinas e Região/SP, Conselhos de Fábrica da Cipla-Interfibra-Flaskô, CUT/SC e CUT/PE).

<sup>54</sup> MANDEL, Ernest. Controle obrero, consejos obreros, autogestión. [Antología]. México: Ediciones Era, 1977.p. 721.

*los sindicatos y/o de los representantes de los trabajadores en la gestión de las empresas; exige para los trabajadores el derecho de veto en toda una série de dominios que se refieren a sua existência cotidiana na empresa o en la duración de su empleo. El control operário rechaza todo tipo de secreto, toda lectura de contabilidad' por um grupo de burócratas sindicais escogidos cuidadosamente y exige al contrário una major y completa difusión de todos los secretos que los trabajadores puedan descubrir no solamente al examinar a contabilidad patronal y las operaciones bancárias de las empresas, si no también, y sobretudo, confrontarlas com la realidad economica. Rechaza también toda la institucionalización, o idea de convertirtirse, mismo que sea solo por un período transitório, en una 'parte integrante' de el sistema porque comprende que sua integración implica, necesariamente, sua degeneración, como instrumento de conciliación entre las partes.<sup>55</sup>*

Desta citação podemos destacar três aspectos principais: a recusa da administração sindical dentro da fábrica, a transparência das contas da empresa, e escolha de estar fora do sistema capitalista. Estas três características se apresentam nas experiências das fábricas recuperadas que reivindicam ao governo a estatização. Nesse sentido, devemos relacionar “o problema da expropriação à questão da tomada do poder pelos operários e camponeses” e devemos compreender a proposta de “estatização” no processo atual das fábricas recuperadas como uma reivindicação transitória e preparatória do proletariado para a expropriação completa da burguesia, o que pressupõe que não haja nenhum tipo de indenização. Segundo Trotsky,

As greves com ocupação de fábricas, uma das mais recentes manifestações desta iniciativa, escapam aos limites do regime capitalista. Independentemente das reivindicações dos grevistas, a ocupação temporária das empresas golpeia, no cerne, a propriedade capitalista. Toda greve com ocupação coloca, na prática, a questão de saber quem é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários. Se a greve com ocupação suscita esta questão episodicamente, o COMITE DE FÁBRICA confere a esta mesma questão uma expressão organizada. Eleito por todos os operários e empregados da empresa, o comitê da fábrica cria de uma só vez um contrapeso à vontade da administração.<sup>56</sup>

Trotsky funda a IV Internacional em 1938 em oposição ao stalinismo, sendo J. Posadas (1912-1981) e Ernest Mandel os seus principais seguidores. Antes disso, a primeira unificação das idéias socialistas e das organizações operárias apresentam-se com a criação da Associação Internacional de Trabalhadores (I Internacional) em 1864.<sup>57</sup> Os fundadores da I Internacional (1864-1872), Karl Marx e Friedrich Engels, lançam os fundamentos da luta proletária internacional pelo socialismo.

---

<sup>55</sup> Ibidem. p.728.

<sup>56</sup> TROSTKY, Leon. A revolução Permanente. São Paulo: Editora Ciências Humanas. Ltda, 1979. p.10.

<sup>57</sup> TEIXEIRA, A. Utópicos, heréticos e malditos. São Paulo: Record, 2002. p.25.

A fundação da II Internacional (1889-1914), com a participação de Kautsky (1854-1938) e Lênin (1870-1924), marca a época da preparação do terreno para uma ampla extensão do movimento entre as massas proletárias e campesinas de diversos países.

Após a tomada do poder pelos soviets na Rússia, Lênin e Trotsky (1879-1940) criam a III Internacional (1919). Lênin, como principal dirigente, convoca os diferentes setores da esquerda para participarem de uma conferência, tendo como objetivo unir as forças internacionalistas dos diversos países. Para tanto, ele precisava obter a concordância, tanto dos partidos quanto das organizações, em empreender a luta revolucionária contra seus respectivos governos, a fim de alcançar a paz e o apoio à revolução de outubro da Rússia e ao poder soviético.<sup>58</sup> Uma das vantagens que tinha a III internacional, diferenciando-a das outras, era a base firme no exemplo da Rússia Soviética, que representava uma vitória sobre o capitalismo. Lênin consolida as bases ideológicas e teóricas da Internacional Comunista, elucidando algumas conclusões de caráter essencial, tais como: a necessidade de uma sólida aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade, a importância das reivindicações democráticas na luta revolucionária, a transformação da revolução democrática em revolução socialista e a importância estratégica da ligação da luta pelo socialismo com o movimento de libertação nacional e colonial.<sup>59</sup> Além disso, Lênin pôs em evidência o papel transcendente dos chefes proletários na luta revolucionária da classe operária. Assim, confirma o princípio do internacionalismo proletário e destaca a necessidade absoluta de coordenar as ações do proletariado revolucionário em escala internacional, relacionando os interesses da luta de classe nos limites nacionais com as tarefas da revolução mundial.

Todavia, em setembro de 1933, Trotsky constrói a IV Internacional, e em Agosto de 1935, constitui o Partido Operário Internacional. E assim, no dia 12 de junho é publicado o primeiro número do jornal do partido, cuja primeira página diz, “*nas fábricas e na rua, poder aos operários, organizem comitês de greves nas fábricas, comitês de fábrica permanentes, é preciso ligar os comitês de fábrica, que prepara a luta, paralelamente aos comitês de fábrica; que se criem comitês de desempregados, de soldados e camponeses*”.<sup>60</sup> Logo depois, em Julho de 1936, é realizada em Genebra, a primeira Conferência para a IV Internacional, da qual participaram representantes dos países da França, Bélgica; Holanda, Suíça, Itália, Alemanha, Áustria, República Tcheca, Grécia e Polônia, elegendo como palavras de ordem: o controle operário,

---

<sup>58</sup> Ibidem, p.66.

<sup>59</sup> Ibidem, p.33.

<sup>60</sup> Ibidem, p.54.



governo operário e camponês, e socialização da produção<sup>61</sup>. Reuniram-se dois anos mais tarde, em 1938, mas nenhum dos objetivos propostos nas reuniões anteriores foi atingido.

Recentemente, em 21 de Abril de 2004, ocorre em Buenos Aires um reencontro dos adeptos da IV Internacional, onde se apresentam as principais bandeiras de luta. No manifesto do Congresso pela Re-fundação da IV Internacional os trabalhadores delineiam um programa, uma estratégia e uma proposta de organização para elevar o proletariado à posição dirigente na luta contra o imperialismo mundial. Está em foco a luta contra o desemprego, por meio da divisão das horas de trabalho, contra a superexploração e pelo controle operário e gestão operária coletiva. Confirma-se o princípio do internacionalismo proletário e é evidenciada a necessidade absoluta de coordenar as ações do proletariado revolucionário à escala internacional, unindo os interesses da luta de classe nos limites nacionais com as tarefas da revolução mundial.

## **2.2 As experiências de fábricas recuperadas no pólo fabril catarinense**

As fábricas recuperadas Cipla e Interfibra, situadas na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, adquirem maior relevância pelo fato desta cidade ocupar um lugar chave no desenvolvimento do capital no Brasil, colocando-se, hoje, como o terceiro pólo Industrial da região Sul.<sup>62</sup> A cidade concentra grande parte da atividade econômica no setor industrial, que gera um faturamento de R\$ 7,2 bilhões por ano, com destaque para os setores metal- mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. O Produto Interno Bruto de Joinville também é um dos maiores do país, em torno de R\$ 10.262 bilhões por ano.

A história do desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina começa em 1829, com a chegada do primeiro núcleo de colonização de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. Em 1850, são fundadas as futuras principais cidades industriais do estado, Joinville e Blumenau, onde os imigrantes europeus darão início à conformação econômica do lugar, construindo a infra-estrutura necessária para o estabelecimento, em princípio, de colônias agrícolas. Assim, no processo de industrialização, a fase artesanal predomina nas primeiras décadas, entre os anos 1851-1980.

Nos primeiros anos da cidade de Joinville, a economia caracteriza-se pela formação de engenhos de açúcar e de produção de cachaça de “fundo de quintal”, madeireira e a produção de erva mate. Além de propiciar o desenvolvimento econômico, os imigrantes se dedicam à

---

<sup>61</sup> JEAN-JACQUES MARIE. *Trotsky e o Trotskismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. p.72.

inauguração de inúmeras associações culturais, como ginástica, tiro, canto e teatro, que atribuem ainda nesta época, uma particularidade à cidade.<sup>63</sup> Já em 1880 são fundadas as primeiras indústrias, originárias de artesãos e da demanda das economias da produção de erva-mate.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade de Joinville apresenta uma evolução econômica que leva à formação de núcleos urbanos com forte inclinação para o setor industrial, principalmente do setor têxtil e metalúrgico, incentivado pelo surgimento da energia elétrica em 1906, pela construção das ferrovias, principalmente a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que passava por Joinville, rumo ao porto marítimo de São Francisco do Sul.

A história econômica da cidade de Joinville pode ser dividida, principalmente, em dois momentos: o primeiro corresponde ao final do século XIX e início do século XX, com surgimento da diversificação da indústria e uma notável queda da produção de erva-mate, característica dos primeiros anos de fundação da cidade. As primeiras indústrias são fundadas a partir de 1880, originárias de artesãos e capital comercial não ervateiro. Durante a Segunda Guerra Mundial as indústrias do setor metal-mecânico começam a entrar no mercado. Em 1937 o cadastro industrial registra um importante número de indústrias de diversos ramos: marcenarias, olarias, indústria de beneficiamento de madeira ligado à construção civil, fábricas de carretéis, cigarros, malharias, indústrias de tecidos, fundições. Nesse sentido, em 1940, Joinville é considerada o maior centro industrial do Estado, contando com a Cia Hansen, Buschle & Lepper, Malharia Arp e a Cònsul,<sup>64</sup> exemplos de empresas de tipo familiar da cultura Joinvillense.

O segundo momento constitui-se entre as décadas de 1950 e 1980, quando a cidade vive outro período de crescimento econômico devido, principalmente, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Diante essa situação, os produtos industrializados da Europa deixam de ser importados, levando as pequenas e diferentes indústrias de Joinville a aumentarem a produção a fim de sustentar o mercado interno e externo. Entre 1945 e 1962, a produção fabril registra um aumento de 8 % e as indústrias já empregam em torno de 58% da população economicamente ativa. Desenvolve-se um setor industrial diversificado, no qual podemos destacar, em primeiro lugar, a presença significativa do setor metal-mecânico com 418 estabelecimentos; em segundo, o setor têxtil e confecções com 250 fábricas; em terceiro lugar, com 50 empresas, o ramo do plástico e borracha, e por último, a existência de 150 estabelecimentos no setor madeireiro.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> FICKER, Carlos. História de Joinville. Joinville: Ipiranga, 1965. p.25.

<sup>64</sup> Importantes grupos econômicos da cidade que nasceram e se diversificaram graças ao avanço econômico da cidade.

<sup>65</sup> DE OLIVEIRA ROCHA, Isa. Industrialização de Joinville-SC: da gênese as exportações. Florianópolis, 1997. p.13.

Entre 1970 e 1990 aumenta o número de estabelecimentos indústrias de 14.534 para 43.969, de modo que a cidade transforma-se, em pouco tempo, em um dos principais pólos industriais do país, com uma importante inserção de capital e tecnologia de outros países, recebendo a denominação de "Manchester Catarinense" em referência à cidade inglesa. Segundo Beverly J. Silver em seu livro *Forças do Trabalho, movimentos de trabalhadores e globalização*, escrito em 1870, “o milagre econômico” brasileiro de 1968 a 1974 correspondeu precisamente ao período em que capitalistas dos países centrais procuravam fugir cada vez mais das lutas dos trabalhadores militantes. O Brasil parecia ser o lugar perfeito para receber investimentos, uma vez que o golpe militar de 1964 havia instaurado um regime extremamente repressivo e bem-sucedido na destruição do velho movimento sindical corporativista e na eliminação de qualquer oposição da classe operária, tanto nas fábricas quanto no plano político nacional.

Esse processo de expansão das indústrias na cidade de Joinville gera o aumento da demanda de trabalhadores, promovendo e incentivando a chegada de imigrantes de vários lugares do país, principalmente do interior do Estado de Santa Catarina, da região litoral de São Francisco do Sul e do Vale de Itajaí. Assim, durante as décadas de 1960 a 1980 houve o maior crescimento populacional da história de Joinville, como podemos observar na *Tabela 1* abaixo. Dessa forma, mulheres e homens de origem agrícola, cuja desqualificação foi, e ainda é, uma dificuldade para as indústrias locais, chegam em Joinville constituindo a nova classe trabalhadora das novas indústrias locais. Eles se estabelecem na cidade atraídos pelo crescimento das indústrias, buscando novas possibilidades e oportunidades profissionais e qualidade de vida. É possível verificar isto no fato de que 46% da população que mora na cidade de Joinville, que possui hoje cerca de 500 mil habitantes, são nascidos em outras cidades.

**TABELA 1**

***CRESCIMENTO POPULACIONAL EM JOINVILLE, ENTRE 1960 E 2004.***

ANOS	TAXAS MÉDIAS %
1960 a 1970	6,0
1970 a 1980	6,4
1980 a 1991	3,6
1991 a 1996	2,5
1996 a 2000	2,5
2000 a 2004	1,9

Fonte: Estimativa IBGE 2005, com base no Censo IBGE 2000. Está incluída a população referente à área de anexação de Araquari

Na atualidade Joinville é o município mais populoso e industrializado de Santa Catarina, com mais de 1.257 indústrias, das quais podemos destacar os setores metal-mecânico, plástico, têxtil, químico e farmacêutico.<sup>66</sup>

### **2.2.1 A fábrica Cipla**

A Cipla, Companhia Industrial de Plástico, é uma das fábricas mais antigas da cidade de Joinville e possui uma tradição de 50 anos na fabricação de produtos de plástico, sendo considerada uma das maiores empresas do setor de plástico no Brasil. A Cipla inicia em 1941, quando João Hansen Júnior abre uma fábrica de pentes de chifres, junto à fábrica Tubos e Conexões Tigre. Esta empresa constitui o embrião do grupo Hansen, formado pelo núcleo familiar: João Hansen Junior, sua esposa Lília e os filhos Carlos, João Neto e Elisabeth. Em 1946 a empresa Cipla, dá início à produção de artigos de plástico, com a fabricação de copinhos para aperitivos, cabos de facões, piteiras, rodas de carrinhos, bolsas, palhetas de plásticos para leques, entre outros. Logo, em 1963, João Hansen Junior investe na empresa, comprando uma máquina extrusora, uma injetora e um torno de ar para a fabricação de mangueiras. A empresa Cipla amplia a sua produção, ganhando espaço no mercado interno e internacional, até converter-se numa das maiores indústrias de plástico do país, com 3000 trabalhadores, uma frota de caminhões próprios e um campus recreativo para os operários e suas famílias. A maioria dos trabalhadores desta empresa possui escolaridade básica, sendo homens e mulheres provenientes do interior de Santa Catarina em busca de possibilidades de trabalho e crescimento econômico.

Ainda sob a gestão de João Hansen, a empresa Cipla é lembrada pelos trabalhadores como um lugar ótimo para trabalhar, devido à garantia de direitos, e também, pela possibilidade de crescimento e aprendizagem dentro dela.

A Cipla é uma das poucas fábricas na região que tem cinco fases de produção: injeção, sopro, extrusão, cromagem e rotomoldagem, podendo formar qualquer profissional no ramo plástico para o mercado. Segundo Juan Basualdo, trabalhador da fábrica há 35 anos, hoje

---

<sup>66</sup> Cabe destacar que na cidade concentra-se um significado aglomerado geográfico de empresas produtoras de moldes para a indústria de plástico, contando com 300 empresas (formais e informais). Dentro das empresas se produzem as ferramentarias moldes de diferentes tipos e tamanhos para o mercado automobilístico interno e externo. Para maior informação: BROKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha. A central de Joinville sua configuração atual e aspectos de seu processo de expansão entre 1950 e 2001. 2002. 2002. Dissertação (Mestrado de Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

coordenador do setor de Cromagem, “*O fundador Hansen sabia administrar, dava valor ao empregado*”.<sup>67</sup>

Na década de 1980, a fábrica Cipla transforma todos os tipos de resinas plásticas, polietileno de alta, média e baixa densidade, polipropileno, poliestireno, PVC, fibras de vidro e vários outros materiais, dos quais a concorrência não possui domínio. Além disso, com o crescimento da indústria automobilística nos anos 1970, a empresa começa a fornecer peças e desenhar moldes na ferramentaria, de modo que este setor se torna o mais rentável da empresa. No mês de março do ano 2000, a empresa Cipla é vencedora de uma concorrência internacional, convertendo-se no único fornecedor de sistemas de dutos de ar para o painel do caminhão da empresa Volvo, em todo o mundo. O contrato previa o fornecimento de 3 milhões de peças ao longo de sete anos, gerando um faturamento bruto de US\$ 13 milhões durante aquele período. Além dos dutos de ar em polietileno de alta densidade para resistir a altas temperaturas, foram desenvolvidas na fábrica as ferramentas para o processo. Neste período a Cipla era fornecedora direta e indiretamente das empresas automobilísticas: Ford, Volkswagen, Scania, Fiat e Mercedes Benz (a estrela que caracteriza os modelos da empresa ainda é produzida das máquinas da fábrica).

Atualmente, além da produção de peças para automóveis, a Cipla possui três linhas de produção, abrangendo uma variedade de quase duas mil peças comercializadas nos mercados interno e internacional.

1) Linha de consumo: cestos para lixo, banheiras para bebês, regadores, suportes para mangueira, baldes de diversos tamanhos, entre outros itens de utilidade doméstica. Peças para banheiros: armários, caixas de descarga, assentos sanitários, bases para válvula de descarga, conexões sanitárias, tapetes flexíveis, bóias para caixa de água.

2) Linha de material de construção: baldes para cimento, válvulas para poço, válvulas para pia e tanque e de retenção de linha.

3) Linha industrial: peças plásticas para caminhões e carros de passeio, como tanques para radiador de água, filtros, acessórios diversos, peças para sistemas de ar condicionado e dutos de ar. Emblemas como a estrela da Mercedes Benz.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup>Juan Basualdo Joinville, 28/10/06. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>68</sup>QUITÉRIO, Janaina. Fábrica quebrada...é fábrica estatizada. Livroreportagem. 2004. p.54.

A fábrica Cipla está constituída, atualmente, por 670 trabalhadores, dois quais 72% são homens e 28% mulheres; destes, 17 % são aposentados que retornaram ao trabalho. A faixa etária dos empregados é assim constituída: 7% até 20 anos; 26% entre 21-30 anos; 19% entre 31-40 anos; 29% entre 41-50 anos e 18% têm mais de 50 anos. Em relação à naturalidade, 44% dos trabalhadores são de Joinville, 35% são provenientes de outras cidades do Estado de Santa Catarina e 20% provenientes de outros Estados. Quanto à habitação, 75% dos trabalhadores residem em imóvel próprio, 12% alugam e 14% moram com parentes. Em relação à escolaridade dos operários da fábrica, constatamos que 79% cursaram (ou estão cursando) até o nível médio ou fundamental de ensino, demonstrando a pouca qualificação dos trabalhadores; e além disso, 72% não estudam atualmente. Esta situação é melhor elucidada pelas *Tabelas 3 e 4*:

**TABELA 3**

**Nível escolar dos trabalhadores da fábrica Cipla que estudam atualmente**

<b>Nível escolar cursado atualmente</b>	<b>Porcentagem</b>
Fundamental	2%
Ensino Médio	8%
Curso Superior	8%
Pós-graduação	3%
Outro curso	3%
Não estudam	72%
Não responderam	4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte. Pesquisa feita pelo Departamento de Recursos Humanos da Fábrica Cipla em Julho de 2006 entre 516 trabalhadores.

**TABELA 4**

**Nível de escolaridade dos trabalhadores da fábrica Cipla**

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Porcentagem</b>
Ensino Fundamental Incompleto	22%
Ensino Fundamental Completo	15%
Ensino Médio Incompleto	9%
Ensino Médio Completo	34%
Ensino Superior Incompleto	10%
Ensino Superior Completo	5%
Pós-graduação	3%
Não responderam	2%

Fonte. Pesquisa feita pelo Departamento de Recursos Humanos da Fábrica Cipla em Julho de 2006 entre 516 funcionários.

A organização da produção da fábrica Cipla está dividida em seis setores: rotomoldagem, injeção, sopro, cromagem, montagem e ferramentaria. Além dos mencionados setores, após a recuperação da fábrica são agregados as seguintes estruturas:

- Uma sala de cabeleireiro que funciona diariamente de forma gratuita para todos os trabalhadores da fábrica.
- Uma loja com todos os produtos da empresa à venda com preço menor que no mercado.
- Uma sala destinada às pessoas que trabalham na organização do desenvolvimento da luta política, mobilizações, protestos e campanhas políticas.
- Um galpão onde são guardadas todas as máquinas antigas penhoradas que não são mais utilizadas. Vale ressaltar que algumas máquinas penhoradas ainda são usadas na produção.
- Um refeitório para os trabalhadores que funciona durante os três turnos (manhã, tarde e noite).
- Uma sala para as duas pessoas que trabalham na parte de comunicação interna e externa da fábrica.
- Uma sala com cadeiras e televisão utilizada, principalmente, para reproduzir os vídeos da empresa aos visitantes da fábrica. Desde a recuperação da fábrica, houve cerca de 3000 visitantes, provenientes de escolas, do MST e familiares dos trabalhadores, que participam de palestras, visitam o parque produtivo, vêem filmes, tiram fotos e almoçam na fábrica.
- Uma sala para a realização de assembléias gerais e encontros.
- Um espaço para a venda das frutas e verduras e demais produtos produzidos nos assentamentos do MST, reforçando a parceria entre os movimentos sociais organizados.

### **2.2.2 Antecedentes da tomada das fábricas**

A situação da empresa Cipla começa a mudar em 1988, quando João Hansen inicia a partilha de seus bens, desmembrando o Grupo Hansen e doando a fábrica Cipla e Interfibra<sup>69</sup> para a sua filha Elisabeth, já então casada com Luis Batschauer. Desse modo, o empresário Luis Batschauer e seu irmão, Anselmo Batschauer, passam a controlar ambas as empresas. Neste momento, a divisão resulta na perda da massa de capital necessária para a modernização tecnológica. No entanto, estes empresários constituem a Corporação Hansen Batschauer (CHB) integrada pelas fábricas Cipla, Interfibra (Joinville/SC), Profiplast (Joinville/SC), Brakofix

---

<sup>69</sup> A empresa Interfibra foi fundada por João Hanssem em 1976 na cidade de Joinville, é a única fabricante brasileira de tubos de epóxi de alta pressão para prospecção de petróleo, usados pela Petrobrás.

(Joinville/SC) e Flaskô (Sumaré/SP), que atuam em todos os ramos de transformação de plásticos resistentes à pressão e ao calor.

Os primeiros conflitos na empresa são registrados em 1990. Esses conflitos são deflagrados, por um lado, pela falta de inserção de capital, o que levou a empresa a produzir com máquinas muito antigas, as quais quebravam freqüentemente, provocando inúmeros acidentes de trabalho. De fato, com a administração de Luis Batschauer a empresa vai intensificando a sua defasagem tecnológica. Rômulo, trabalhador da fábrica há 10 anos no setor de manutenção das maquinarias, relata,

Quando eu entrei, no ano 1978, era o grupo ouro. Era uma empresa ótima para trabalhar. No ano 1988 a Cipla passou para a filha do velho Hansen, mas não investiram e não compraram máquinas novas. Realmente com o genro na administração ela foi regredindo do início até o final, só faltou fechar. A empresa foi perdendo mercado, gradativamente, chegaram a perder praticamente tudo. O faturamento baixou, chegou a \$ 700.000.<sup>70</sup>

Por outro lado, a empresa passou a não pagar ao governo as contribuições previdenciárias correspondentes à folha de pagamento de seus empregados, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Diante disso, os empresários Batschauer foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), sendo condenados à pena de prisão em três ocasiões: a primeira foi em abril de 1995, quando ficaram presos no distrito de Pirabeiraba durante aproximadamente uma semana; a segunda ocorreu entre os dias 7 e 9 de Abril de 1997; e por último, durante 28 dias, no período de 19 de junho a 16 de julho de 1998. No entanto, em todas as ocasiões eles conseguiram negociar para poder sair e continuar administrando a empresa sem realizar os depósitos correspondentes dos direitos dos trabalhadores<sup>71</sup> e, ainda, sem pagar as dívidas acumuladas, as quais em 1998 alcançaram a soma de R\$ 21 milhões. Em virtude disso, os problemas com a justiça continuaram, ocorrendo novos pedidos de prisão e pagamento de multas. Atualmente existem pelos menos 183 processos criminais, todos com andamento travado devido à ausência dos empresários nas audiências.

Nesse contexto de conflitos internos nas fábricas, é provável que os empresários não estivessem interessados em continuar com o funcionamento das empresas Cipla e Interfibra. Mas apesar disso, eles continuaram com a extração de lucro, pois mantinham os trabalhadores sob condições de exploração, não pagavam taxas e impostos ao governo, nem tampouco, saldavam as

---

<sup>70</sup> Rômulo. Joinville, 28/10/06. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>71</sup> Jornal A Notícia 14/07/98.



dívidas com os seus fornecedores. Os trabalhadores também não tinham os salários pagos em dia. Os atrasos eram freqüentes e em alguns casos, como no pagamento do 13º salário, o atraso permanecia por meses.

Apesar da má gestão a empresa parecia lucrativa, permanecendo com suas “portas abertas” até o momento em que os trabalhadores tomam uma atitude drástica. Segundo Gustavo, torneiro mecânico há 7 anos na Cipla, *“antes da luta dos trabalhadores a situação era muito difícil, o patrão não dava explicações pela falta de pagamento, estava tudo jogado e não existia nenhum tipo de movimento, nem de parte da administração, nem dos trabalhadores”*.<sup>72</sup>

Em 16 de janeiro de 2002, 500 trabalhadores da fábrica Cipla organizaram a primeira paralisação interna, reivindicando o pagamento dos salários, o repasse da segunda parcela do 13º salário, as férias e o depósito das quantias referentes ao FGTS e INSS.<sup>73</sup> Neste momento a diretoria da fábrica justificou a situação dizendo que seu faturamento era inferior ao planejado. A paralisação cessou e passou a predominar um clima de ameaças de demissões aos trabalhadores, o que culminou com a demissão de 140 trabalhadores.<sup>74</sup> Neste ínterim os trabalhadores demitidos reuniram-se com a diretoria da fábrica e advogados do Sindicato de Plástico para obter seus direitos, porém, acabaram deixando seus empregos com as “mãos vazias”.

Os meses foram passando e a situação no interior da fábrica foi piorando cada vez mais. Os trabalhadores recebiam os salários parcelados (R\$ 30,00 ou R\$50,00 por semana) e não podiam tirar as férias correspondentes porque não recebiam o salário e, sobretudo, por medo de perder o emprego em seu regresso. Henrique Rafael, trabalhador da fábrica Cipla desde 1975 no setor de preparação da matéria prima, relata,

A situação era difícil e havia briga direto sobre o pagamento. Se você ganhava, por exemplo, R\$500,00 reais você recebia R\$150,00 ou R\$200,00 e o resto ia ficando atrasado. Algumas pessoas acharam outros empregos e foram embora. Meu caso, como o de tantos outros funcionários, como estava aposentando decidi ficar, porque se saía não recebia meus direitos.<sup>75</sup>

Devido aos atrasos constantes e ao clima de tensão geral, os trabalhadores se encontravam totalmente desmotivados para trabalhar. Sem encontrar outra maneira de pressionar, adotavam

---

<sup>72</sup> Gustavo. Joinville, 26/08/06. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>73</sup> Jornal A Notícia 17/01/02.

<sup>74</sup> Diante dessa situação, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de Joinville, não impulsionavam a organização dos trabalhadores, porque consideravam que uma greve poderia piorar a situação da fábrica, que já passava por muitas dificuldades financeiras, deixando aos operários sem nenhum tipo de apoio ou direcionamento para reclamar seus direitos.

<sup>75</sup> Henrique Rafael. Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

formas de sabotagem à produção, como, por exemplo, inserir maior quantidade de matéria-prima dentro das máquinas do que a necessária, causando estragos às mesmas. Henrique Rafael relata,

Antes da greve o pagamento era bem pouco, ganhava R\$30,00 reais por semana ou o pessoal não recebia. O pessoal estava todo revoltado, ninguém queria trabalhar, então botava até ferro dentro da máquina. O setor estava com um clima pesado e tudo sujo, com muito problema com o material.<sup>76</sup>

Esta situação apresenta semelhanças com a fase inicial do movimento luddista na Grã Bretanha, quando os trabalhadores se valem da estratégia de destruição das maquinarias e insurreições como formas de protesto contra o desenvolvimento da industrialização por meio da incorporação das máquinas a vapor no processo produtivo.<sup>77</sup> Em finais de 1811, os trabalhadores das indústrias de tecidos de Nottingham se organizaram para dar início às denominadas revoltas luddistas, nome derivado de um hipotético líder fundador do movimento, Ned Ludd. Rapidamente as revoltas se estenderam a Lancashire, Yorkshire, Derbyshire e Leicestershire. Segundo os estudos de Eric J. Hobsbawm, as quebras de máquinas tinham um duplo objetivo. Por um lado, os trabalhadores de Nottingham, Leicestershire e Debyshire “*estavam usando os ataques contra as máquinas como meio de forçar seus empregadores a fazer-lhes concessões com relação a salários e outras questões*”.<sup>78</sup> Por outro, era um ataque contra a incorporação das novas máquinas de vapor no processo produtivo. Os trabalhadores não estavam preocupados com o progresso técnico em si, mas com o desemprego e a deterioração das condições de trabalho ocasionadas por aquele, sendo uma “*expressão de hostilidade da classe trabalhadora às novas máquinas da Revolução Industrial, especialmente as que economizavam mão de obra*”.<sup>79</sup> Além disso, em Devon, os luddistas ameaçavam queimar e demolir as casas de negociantes de tecidos caso estes não atendessem as suas reivindicações. Dessa forma, “*o valor desta técnica era óbvio, tanto como meio de fazer pressão nos empregadores, como de garantir a solidariedade essencial dos trabalhadores*”.<sup>80</sup>

Para Alberto, que trabalha na fábrica desde o ano de 1998, a situação da Cipla antes da greve, “*era uma revolta geral, havia inclusive conflito um para outro. Ninguém queria fazer nada,*

---

<sup>76</sup> Henrique Rafael. Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

<sup>77</sup> HOBBSAWM, Eric J. Os trabalhadores. Estudos sobre a Historia do Operariado. Paz e Terra S.A, 1981. p.16.

<sup>78</sup> Ibidem. p.17.

<sup>79</sup> Ibidem. p.20.

<sup>80</sup> Ibidem. p.19.

*tinha muita gente que nem trabalhava, se escondia no banheiro. Muitas vezes a gente escapava, fugia, e dizia: eu não vou trabalhar não estão me pagando”.*<sup>81</sup>

A situação financeira dos trabalhadores era crítica, muitos deles não tinham condições de comprar comida para as suas famílias. Por isso, em várias ocasiões os trabalhadores levaram seus filhos para comer no refeitório da empresa. Henrique Rafael relata, *“Um rapaz chegou a se suicidar. Ele tinha mulher e três filhos. Ele não conseguia pagar luz, água, por isso entrou numa depressão muito grande”.*<sup>82</sup>

Todas estas descrições compõem o clima prévio à tomada da fábrica pelos trabalhadores. O clima, portanto era de desespero, os trabalhadores viviam o dia-a-dia com ausência quase total de dinheiro para sustentar as suas famílias. Para enfrentar os momentos difíceis os trabalhadores se organizaram e se ajudaram uns aos outros, arrecadando dinheiro para os mais necessitados, comprando cestas básicas e pagando as contas atrasadas de luz e água de suas casas.

No entanto, a situação não era igual para todos os trabalhadores. O setor administrativo da empresa e os gerentes estavam recebendo os salários em dia. Os proprietários da fábrica buscavam, desta maneira, garantir a continuidade da produção. Vitor, trabalhador da Cipla desde 1998, relata,

Eu trabalhava no setor de expedição, então sabia como estava faturando a empresa. Nós tínhamos a possibilidades de fazer pressão, porque a gente da produção não conhecia a situação. Os trabalhadores devido ao não pagamento faziam esse tipo de sabotagem, na preparação de matéria prima e na produção para prejudicar ainda mais.<sup>83</sup>

No mês de setembro de 2002, um dos trabalhadores demitidos decide ir até à Câmara de Vereadores da cidade para procurar ajuda. Foi recebido pelo vereador Adilson Mariano<sup>84</sup> do Partido dos Trabalhadores, e relata a sua indignação frente à ausência de apoio do Sindicato, e também pede apoio para organizar os trabalhadores. Na busca de soluções, André Maurício convoca Sergio Gómez e Estevão Carola, assim como os dirigentes da Central Única de Trabalhadores (CUT), para apoiarem os trabalhadores da fábrica.

---

<sup>81</sup> Aberto. Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>82</sup> Henrique Rafael Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>83</sup> Vitor. Joinville, 22 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>84</sup> Desde o ano 1992 está atuando no PT, dentro da facção da IV internacional.

Dessa forma, em 19 de setembro de 2002, os militantes do PT, juntamente com membros da Juventude Revolução, foram convocados pelo vereador Adilson Mariano.<sup>85</sup> Na semana seguinte eles se dirigiram até a porta da fábrica, acompanhados por um carro de som cedido pela CUT (SC), para convocar os operários para uma atividade na Câmara dos Vereadores na semana seguinte, a fim de discutir a situação que estavam vivenciando e buscar soluções. Carlos, assistente social da fábrica desde os primeiros momentos da recuperação relata,

Diante da omissão do sindicato, um dos rapazes demitidos da Cipla, que inclusive era líder de setor de uma determinada área, foi para a Câmara de Vereadores. Ele diz assim: eu vou lá na frente na empresa, eu vou me vestir de palhaço, eu vou entregar um panfleto para chamar a gente para fazer uma paralisação e organizar uma assembléia. Foi assim que o ex-trabalhador da Cipla e a gente de Adilson Mariano veio com carro de som para frente da fábrica convocando aos trabalhadores. No entanto o cara vestido de palhaço entregava na porta um comunicado a todos para chamar uma reunião na câmara de vereadores.<sup>86</sup>

No dia 17 de outubro, após a convocatória dos trabalhadores, foi realizada a reunião na Câmara de Vereadores, onde se determinou, por unanimidade de votos, organizar uma comissão especial em apoio aos trabalhadores. Além disso, nos dias subsequentes foram organizadas várias manifestações apoiadas pela sociedade civil na praça central da cidade, objetivando chamar atenção da opinião pública para os problemas vivenciados pelos operários da empresa Cipla.

No dia 22 de outubro os trabalhadores da fábrica Cipla, incentivados pelo apoio dos dirigentes políticos, resolvem em assembléia geral partir para Florianópolis, onde o então candidato à presidência da república Luiz Inácio da Silva realizaria um comício. Os trabalhadores vão até à capital, em três ônibus lotados, com o intuito de entregar uma carta para Lula, assinada por 70 mil pessoas, a qual dizia que apoiariam sua candidatura para que ele salvasse os empregos das fábricas.

De regresso à Joinville, no dia 24 de outubro de 2002 às 5 horas da manhã, ao invés de iniciarem de um novo turno, os trabalhadores da Cipla deram início à greve.

---

<sup>85</sup> Agrupamento de jovens militantes de esquerda que tem desenvolvido campanhas pelo passe livre estudantil e em defesa da Educação pública e gratuita.

<sup>86</sup> Carlos. Joinville, 16 Maio 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

### 2.2.2 A adesão da Interfibra

A Interfibra<sup>87</sup>, fábrica que também atravessa uma situação de crise, aderiu ao movimento de greve da Cipla, paralisando as atividades e dando início a uma greve por tempo indeterminado, a primeira na história da fábrica. Neste momento, os trabalhadores de ambas as fábricas acamparam na porta destas impedindo a entrada dos administradores e gerentes, além de alguns operários que, frente às ameaças dos chefes, optaram por não aderir à paralisação por medo de perder o emprego. Durante oito dias os trabalhadores das empresas, apoiados externamente pelos representantes do PT e da Juventude Revolucionária sofrem diversas represarias da polícia militar, munidas de gás lacrimogêneo, cavalos e cassetetes e, também, de seguranças contratados pelos patrões. Diante da violência dessa situação, cresce a solidariedade popular, de modo que a população passou a acompanhar os trabalhadores na frente da empresa, apoiando os grevistas e fazendo doações crescentes para o fundo da greve.

Durante as paralisações as diretorias da Cipla e da Interfibra justificavam a falta de pagamento dos salários e dos FGTS, dizendo que atravessava um momento crítico e de impasse, funcionando com apenas 30% de sua capacidade de produção. Visando a retomada dos postos de trabalho e da produção, os diretores oferecem R\$ 50 mil ao pessoal como forma de pagamento dos salários atrasados. Esta soma era irrisória, pois a folha das dívidas era de R\$ 450 mil, sem contar os demais encargos.<sup>88</sup> Para Álvaro, “*A gente chegou à conclusão que não dava para confiar nos donos, por isso não queríamos que Luis mandasse novamente, ele tinha que sair do controle da fábrica*”.<sup>89</sup>

Durante esta paralisação foi organizado um comando de greve formado por funcionários das duas fábricas, dirigentes do sindicato de plásticos, lideranças do movimento estudantil, e do legislativo municipal. O sindicato, a pesar de inicialmente estar ausente, acabou aderindo ao movimento. O comando de greve foi o responsável pelas negociações com os proprietários da fábrica acerca o futuro da mesma. Durante as negociações, este comando conseguiu também o apoio de representantes do Ministério Público Federal e Estadual, do prefeito, do governador Luiz Henrique da Silveira, filiado ao PMDB, e do poder legislativo estadual, como o deputado

---

<sup>87</sup> A empresa Interfibra, também pertencente aos irmãos Batschauer, situada na cidade de Joinville, do mesmo modo que a Cipla, tem um alto nível tecnológico sendo a única empresa no Brasil que produz os tubos do PVC para a extração do petróleo. De fato, os tanques e tubos fabricados na indústria são feitos com fibra de vidro, que é o único material que resiste à água ácida retirada das jazidas de petróleo. Daí a importância que tem dentro do mercado, tendo como principal cliente a Petrobrás. A Interfibra está no segundo lugar do ranking das indústrias brasileiras mais importantes do ramo de tanques de fibra de vidro. Cabe ressaltar que, quando a empresa era de João Hansen a empresa chegou a ter 600 trabalhadores na produção, e hoje continua funcionando com 80 operários.

<sup>88</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 29 de Outubro de 2002.

<sup>89</sup> Álvaro. Joinville, 28 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

estadual Francisco de Assis e o deputado federal Carlito Mers, ambos do PT.<sup>90</sup> Segundo os trabalhadores, este apoio foi fundamental. Para Onélia, trabalhadora da fábrica há 30 anos, “*Tem um deus no céu e outro na terra: Sergio*”.<sup>91</sup>

Para a maioria dos trabalhadores a experiência da greve é inédita, pois não tinha nenhuma experiência prévia em participação de manifestações, greves, nem tampouco, militância política. Para Henrique Rafael,

Valeu a pena aqueles 8 dias de greve que nós fizemos. Eu e meus amigos, nós participamos aproximadamente 16hs por dia. Nós saíamos de casa às 4 horas. Nosso turno iniciava às 5 horas, nós ficávamos no portão até às 15 horas para ajudar o outro turno. Após, eu ia para casa e depois do jornal das 8 horas da noite retomava a fábrica até as 23 horas. Valeu à pena, depois de tanta pressão a gente conquistou esta vitória. Hoje eu me sinto realizado, porque se não tivesse feito isso, eu acho que a Cipla não existiria mais.<sup>92</sup>

Para Ana Lorena, de 40 anos, operadora de máquina no setor da injeção há 15 anos,

Foi muito boa essa greve, a gente aprendeu muito, choramos, sofremos, apanhamos da policia, até hoje não gosto de policia. Foi sofrido, mas foi um aprendizado, a gente tirou muita coisa boa. Se não tivesse acontecido tudo isso a fábrica ia fechar em dezembro. Uma fábrica que produz tantos itens como a Cipla, conhecida como a Cipla é, e aconteceu o que aconteceu, é quase inacreditável.<sup>93</sup>

Jorge, trabalhador do setor de rotomoldagem desde 12 fevereiro de 1993, hoje coordenador do transporte da fábrica<sup>94</sup> relata,

A greve foi deflagrada um dia após o último dia de comício de Lula. A gente foi à Florianópolis, entregou a carta a Lula, solicitando ajuda dele por toda essa problemática que existia de atraso de salário, salários parcelados. Na época, a gente recebia R\$30,00 ou R\$50,00 reais por semana. A gente recebeu apoio, durante a greve da comunidade Joinvillense, da igreja, da associação de moradores, da Câmara de Vereadores. A gente pediu ajuda a essas pessoas, eles chegaram para nos ajudar, principalmente com a presença de Adilson Mariano. Ele esteve conosco na greve, apanhando da policia, comendo o que a gente comia, dando apoio político, motivando as pessoas a continuarem, a fazer enfrentamento. Eu era operador de máquina do setor de rotomoldagem. Fui um dos escolhidos para representar os trabalhadores na época da greve, para acompanhar a negociação, com alguns advogados e pessoas do sindicato Os

---

<sup>90</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 29 de Outubro de 2002.

<sup>91</sup> Onelia. Joinville, 24 de Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>92</sup> Henrique Rafael. Joinville, 15 Junho 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>93</sup> Ana Lelena. Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>94</sup> Realiza as viagens dentro e fora da cidade para os funcionários da Cipla que precisem trasladasse, por exemplo, ir até Florianópolis a buscar a Serge Goulart, ir a fábrica Interfibra, buscar a pessoas relacionadas com a fábrica na rodoviária.

donos não queriam entregar, de jeito nenhum, a empresa. A empresa já estava com falência decretada, foi bem problemático. Eles não queriam de jeito nenhum que a gente ocupasse a fábrica. Era uma questão talvez de honra, não entregar. Imagina, patrão entregando a fábrica aos trabalhadores! A gente foi negociando, durante 8 dias de greve. No sétimo dia, de manhã, a gente conseguiu que o Sr. Maurício, na época, representando os patrões, entregasse a documentação da fábrica, ele nos disse: a empresa é de vocês.<sup>95</sup>

Dessa forma, após negociações e apoios externos os trabalhadores conseguem o controle administrativo e financeiro. As fábricas se encontravam completamente endividadas, com sentenças de ações judiciais e com as máquinas e patrimônio penhorados judicialmente.

### **2.3 As fábricas recuperadas e a estatização num contexto adverso**

Desde o primeiro momento do desenvolvimento do processo de recuperação os coordenadores da comissão da fábrica Cipla/Interfibra não optam para formar uma cooperativa, criticando frontalmente esta formulação que está na base da economia solidária. Tal postura torna esta experiência singular no contexto de fábricas recuperadas no Brasil. Assim, a proposta alternativa se baseia na reivindicação ao governo de estatização da empresa.

Segundo os coordenadores das fábricas, a luta pela estatização tem duas qualidades principais: por um lado, a manutenção dos empregos correspondentes às fábricas recuperadas Cipla (670) e Interfibra (80); por outro, a estatização representa a única possibilidade do governo receber as dívidas acumuladas com os Ministérios de Fazenda e Previdência Social deixadas pelos antigos donos capitalistas.<sup>96</sup>

O coordenador do Conselho de fábrica que defende a estatização afirma,

Este caminho se apóia na organização, passa pela unidade e pela ocupação e controle das fábricas pelos próprios trabalhadores. Passa pela luta pela estatização das fábricas ocupadas porque são os capitalistas e seus governos os responsáveis pelas demissões, pela quebra e pelas crises. Somos, portanto contrários à idéia de uma cooperativa. Na realidade isso significaria converter os trabalhadores em capitalistas, debilitar a classe operária. E, ao competir num mercado capitalista, só poderão triunfar prejudicando outras empresas. Estamos a favor da estatização, mas estatização sob controle dos trabalhadores para impedir o surgimento de uma nova burocracia.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> Jorge. Joinville, 26 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>96</sup> No início da recuperação era de aproximadamente de R\$ 480 milhões, para finais de 2006 havia aumentado a R\$600 milhões.

<sup>97</sup> Declaração do 1º Encontro Latino Americano de Empresas recuperadas pelos trabalhadores, Caracas, 29/10/05. Mais de 500 pessoas de 235 empresas recuperadas e 20 centrais sindicais estiveram presentes

Desta maneira a consigna e a bandeira de luta das fábricas passa a ser: “*Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada deve ser estatizada*”, revelando o conteúdo de uma proposta de estatização, formando uma outra vertente dentro das fábricas recuperadas. Além disso, tecem uma crítica ao modo de produção capitalista a partir da proposta de um programa político baseado no internacionalismo. Segundo Posadas,

A greve impulsiona o Estado operário a elevar sua função histórica, não só de conceder maiores direitos democráticos. Conduz a um aprendizado maior para estruturar a economia, e dirigi-la fazendo com que as massas participem. Este não é um progresso em abstrato, mas em função do objetivo anti-capitalista e da construção do Estado operário. Este já é um exemplo histórico: estatização da economia para possibilitar a planificação, e intervenção das massas na gestão da economia através dos sindicatos, e estes com funcionamento autônomo.<sup>98</sup>

### **2.3.1 Ampliação do movimento em prol da estatização**

Além da Cipla e da Interfibra, uma terceira fábrica se junta ao movimento em favor da estatização, a Flaskô Industrial de Embalagens Ltda, situada na cidade de Sumaré no estado de São Paulo (SP)<sup>99</sup>, também do mesmo grupo econômico da Cipla e Interfibra (CHB). A fábrica incorpora-se ao movimento em junho de 2003, quando os administradores deixam de pagar os salários e as férias aos trabalhadores, e acumulam dívidas com o FGTS, fornecedores e com a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Diante dessa situação o funcionamento da fábrica fica ameaçado e desencadeia-se um processo pré-falimentar. Por isso, no dia 12 de Junho de 2003, os 80 trabalhadores decidem coletivamente, em assembléia conjunta com o Sindicato de Químicos Unificados, assumir o controle administrativo e operacional da fábrica. Assim, no dia 25 de junho os trabalhadores da empresa recebem uma visita de apoio e solidariedade à luta pelo emprego de aproximadamente cem pessoas, dentre as quais se encontram representantes dos poderes políticos municipais de Sumaré e Campinas (SP), integrantes de movimentos sociais, populares e sindicais de toda a região e representantes de associações de bairros próximos à empresa.

Após obter o controle da fábrica, os trabalhadores elegem uma Comissão Diretiva Provisória, para administrar o parque fabril constituído por sete trabalhadores e um dirigente do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas. Desta maneira, durante os primeiros meses se

---

<sup>98</sup> POSADAS, J. Os ensinamentos da Polônia, para o progresso socialista da humanidade, Coletânea de textos 1970-1981. São Paulo : Ciência Cultura e Política. p.133.

<sup>99</sup> A empresa produz Bombonas para embalagem e armazenamento.



dedicam à reorganização da administração e da produção, além do estabelecimento de contratos com fornecedores, clientes, devedores e credores.

A quarta experiência de fábrica recuperada dentro do movimento é a Flakepet (Tecnologia em Reciclagem), situada em Itapevi no estado de São Paulo.<sup>100</sup> Desde o dia 20 de outubro de 2003 os donos da Flakepet paralisam a produção, mandando os trabalhadores esperarem em casa, um comunicado para o retorno ao trabalho. O que em princípio seriam alguns dias de suspensão da produção, transforma-se numa situação de insegurança e indefinição para os trabalhadores ante a ausência de retomada das atividades. Após alguns dias, a direção da empresa se pronuncia revelando que existem problemas entre os sócios, e por isso, decidem fechar e abandonar a fábrica. Assim, 140 trabalhadores ficam sem emprego, além de terem os salários atrasados e seus FGTS não estarem depositados. Em duas ocasiões o sindicato havia tentado negociar na Delegacia Regional do Trabalho de Osasco (DRT) com os proprietários para que os pagamentos fossem efetuados, mas estes sequer compareceram à audiência. Com o intuito de garantir os postos de trabalho e o recebimento dos salários atrasados e os demais direitos trabalhistas, os trabalhadores decidem em assembléia geral realizada juntamente com o Sindicato Químicos Unificados, em 9 de dezembro de 2003, ocupar a fábrica e retomar a produção. Para levar adiante a iniciativa e o processo de recuperação, os trabalhadores agendam uma reunião com a prefeita de Itapevi e entram em contato com os coordenadores da Cipla. Buscando apoio e divulgação de sua luta na sociedade, os trabalhadores realizaram um ato no dia 17 de dezembro, em frente à estação de Itapevi, convocando vereadores da região de Osasco e Itapevi, trabalhadores da comissão de fábrica das empresas Cipla/Interfibra/Flaskô, e representantes de sindicatos de outras categorias.

No entanto no dia 3 de março de 2004, o dono da Flakepet consegue a reintegração de posse. A seguir vai até a empresa, com apoio da Polícia Militar, a fim de retirar as máquinas. Para impedir que elas fossem retiradas os trabalhadores acampam na frente do parque fabril. Além disso, os trabalhadores buscam apoio externo convidando sindicalizados, integrantes dos partidos políticos e de organizações políticas e estudantis e movimentos sociais para fortalecer o acampamento na fábrica. Dessa forma, os trabalhadores conseguem uma vitória quando o Juiz do Trabalho de Cotia, no dia 05 de março de 2004, concede a liminar sobre todas as máquinas, equipamentos e do próprio imóvel da empresa. A partir deste momento, os donos da empresa não podem vender, transferir ou tirar nenhum equipamento do interior do parque fabril, e nem mesmo

---

<sup>100</sup> A empresa dedica-se a reciclagem de garrafas pet.

vender o imóvel, o que concretamente abre caminho para os trabalhadores receberem os direitos que lhe são devidos. Além disso, a nova administração dos trabalhadores recebe a visita do BNDES, que promete empenhar-se para passar a fábrica à instituição, já que ela é a principal credora da empresa.

A quinta fábrica que faz parte da vertente em favor da estatização é a empresa Profiplast<sup>101</sup>, do mesmo grupo da Cipla. Os conflitos começaram quando os antigos proprietários Luís e Anselmo Batschauer vendem a empresa, em abril de 2004, à Companhia Brasileira de Plásticos e Metais (CBPM) – Fundação Kairós, pertencente ao bispo João Paulo de Oliveira. Durante a nova administração nenhum investimento foi feito, e, além disso, foi gerada uma dívida de R\$50 milhões de reais, entre impostos e tributos, direitos trabalhistas e previdenciários não pagos, que soma-se à dívida deixada pela gestão anterior. Diante essa situação, no dia 6 de abril de 2004, os operários, apoiados pelas comissões da Cipla/Interfibra/Flaskô/Flakepet, tomam o controle da fábrica. Assim, de modo semelhante às outras empresas, eles decidem recuperar a fábrica na ocasião da assembléia geral, a qual teve a participação dos 150 trabalhadores. Em seguida forma-se uma comissão para administrar a empresa, integrada por 10 trabalhadores, pelo advogado Francisco João Lessa, pelo representante da comissão da Cipla e outro da Interfibra. Em outubro formam uma Comissão Especial<sup>102</sup> com o objetivo de analisar e avaliar a nova conjuntura, além de sugerir alternativas para resolver a situação dos trabalhadores da empresa. No entanto, no dia 4 de Novembro de 2005, os trabalhadores paralisaram a produção a fim de defender a fábrica da tentativa de reintegração de posse levada adiante pela Companhia Brasileira de Plásticos e Metais (CBPM). Assim, os trabalhadores se defendem impedindo a entrada da Polícia na fábrica. Após várias negociações com a justiça, no dia 6 de dezembro de 2005, o interventor Rainold Uessler foi nomeado pela Justiça para trabalhar conjuntamente com os trabalhadores e analisar a situação econômica da empresa.<sup>103</sup>

Com o intuito de aprofundar o debate e continuar na luta pelo emprego, pelos direitos trabalhistas, acesso à terra e soberania nacional, a comissão da fábrica da Cipla/Interfibra cria um Jornal mensal dos Trabalhadores da Cipla/Interfibra/Flaskô/Flakepet/Profiplast, que possibilita uma intercomunicação entre as fábricas que formam parte do movimento. Além disso, o

---

<sup>101</sup> A fábrica produz acessórios plásticos para indústria de refrigeração e esquadrias plásticas para construção civil, perfis plásticos para janelas, ônibus e expositores de supermercados.

<sup>102</sup> Os vereadores: Lauro Kalfels (sem partido), Carmelina Alves Barjona (PP), Zulmar Valverde (PFL), Jucélio Girardi (PMDB) e o como presidente da comissão Adilson Mariano (PT).

<sup>103</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 6 Dezembro 2005.

movimento fortalece os vínculos com outras empresas, como a Sulfabril, a Varig, a Volks e a Ford americana, onde os trabalhadores também sofrem as ameaças de demissões. Com a perspectiva de criar um movimento de união entre os trabalhadores do campo e da cidade, a comissão das fábricas recuperadas estabelece parcerias e laços de apoio com o setor agrário do Brasil na luta do MST, ressaltando, segundo Trotsky, a suma importância da união do campo e da cidade para alcançar os objetivos da transformação da sociedade. De acordo com este autor:

O operário agrícola é, no campo, o irmão de armas e o equivalente do operário da indústria. São duas partes de uma só e mesma classe. Seus interesses são inseparáveis. O programa das reivindicações transitórias dos operários industriais é também, com tais ou quais mudanças, o programa do proletariado agrícola.<sup>104</sup>

Segundo os coordenadores do movimento de fábricas recuperadas estatizadas, esta aliança visa transformar as relações sociais de produção capitalista com a perspectiva de destituir a classe que detém o poder político e econômico. Deste modo, os dirigentes das fábricas recuperadas que também participam da IV internacional, possuem um programa político que transcende a estatização. Na base da discussão desta proposta de estatização parece estar a crítica ao capitalismo como modo de produção de exploração da classe trabalhadora, por isso a necessidade de levar adiante uma transformação na consciência da classe trabalhadora.

Analisando o contexto mais amplo das fábricas mencionadas, podemos dizer que cada uma delas tem suas particularidades, seus processos singulares de conduzir a recuperação, seus conflitos internos, suas próprias parcerias, mas todas possuem uma característica em comum: a luta pela estatização. O contexto em que emergem estas experiências é inusitado se considerarmos o momento histórico brasileiro. Pela primeira vez, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-operário metalúrgico e líder sindical, é eleito a presidente da República, e além disso, o Partido dos Trabalhadores vive um momento de ascensão. Contudo, em meio a uma situação sócio-econômica problemática, o país enfrenta o desafio de combate à pobreza estrutural, herdada de regimes ditatoriais e governos burgueses neoliberais. O problema do desemprego ganha destaque, o qual, segundo estatísticas otimistas realizadas pelo DIESSE, abrange 20 % da população economicamente ativa, enquanto que para instituições de pesquisa, atinge mais de 50% desta população. Nesta conjuntura assessores de governo propõem medidas tímidas de enfrentamento

---

<sup>104</sup> TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1979. 19 p.

do problema, entre os quais o emprego e a Economia Solidária, cujo eixo incide, basicamente, em dar viabilidade aos movimentos cooperativos de desempregados e sub-desempregados. Nesse sentido, podemos aferir que as políticas de estatização são particularmente adversas a esse contexto.

### **2.3.2 Conflito político com o Sindicato de Materiais de Plástico de Joinville**

Na trajetória dos trabalhadores das indústrias de plásticos, sobretudo aquelas vinculados à Cipla e à Interfibra, a criação do sindicato se revela como um evento significativo. Ele nasce em agosto de 1983 e possui sede na Rua Visconde Taunay, 614, Joinville, Santa Catarina. Na atualidade, somente 400 trabalhadores da Cipla – que possui total de 670 empregados - são associados ao sindicato, pois este não oferece muitos benefícios para os trabalhadores, como o plano de saúde e odontológico. Além disso, os dirigentes não têm tradição de organizar greves ou movimentos de paralisações, de modo que o primeiro evento de greve ocorre à revelia dos dirigentes sindicais.

Portanto, além dos conflitos entre a coordenação das fábricas e o governo, decorrentes das diferenças políticas e ideológicas e também da conjuntura adversa à estatização, existem dificuldades no relacionamento com a diretoria do Sindicato de Matérias de Plástico. Os conflitos começam desde o momento da primeira greve organizada pelos trabalhadores da Cipla, em janeiro de 2002, quando os dirigentes do Sindicato não concedem apoio aos 146 operários demitidos. Naquele momento, os dirigentes do sindicato não negociam com os diretores da empresa a reintegração dos trabalhadores, nem tampouco, o pagamento dos direitos trabalhistas correspondentes. Nesse sentido, Vitor relata, “*os diretores do sindicato diziam que não podiam fazer nada, então não defenderam a integração dos trabalhadores. A gente não podia, nem pode contar com o sindicato. Ele é pelego*”.<sup>105</sup>

Posteriormente, os dirigentes do sindicato participam e apóiam o processo de luta para a conquista da empresa durante a greve. De fato, a presença de Estevão foi relevante para os trabalhadores. Na época ele era assessor de imprensa do Sindicato, e em seguida, ele foi eleito presidente da comissão de transição das fábricas recuperadas. Alguns dirigentes do sindicato acabaram participando dos debates sobre a forma de organização a ser adotada após o reinício das atividades. Mas, no momento em que a Comissão de Transição assume, o presidente do Sindicato

---

<sup>105</sup> Vitor. Joinville, 26 de Agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

Reinaldo Schroeder opta por distanciar-se da luta da fábrica, pois não concordava com os rumos políticos da nova direção. Dessa forma, a falta de continuidade do apoio e da assessoria do sindicato vem sendo um fator que interfere no processo do empreendimento. Em várias ocasiões, Reinaldo Schroeder denuncia a Coordenação da Fábrica, acusando-a de utilizar os recursos econômicos da empresa para fins políticos. Diante dessa situação foi convocada uma assembléia geral dos trabalhadores para o dia 28 de Agosto de 2003, a fim de se realizar novamente uma eleição da Comissão de Fábrica. No entanto, o resultado da votação foi 479 votos a favor de continuar com a mesma administração, contra 47 votos para modificá-la.<sup>106</sup> Além disso, o presidente do Sindicato acusa a coordenação de não pagar rescisões de contratos e contratar pessoas sem a qualificação para os cargos.

Entre as propostas dos representantes da comissão de fábrica consta a apresentação de uma chapa para concorrer nas próximas eleições dentro do sindicato. Segundo Pedro Rômulo, supervisor geral do setor de ferreteria,

O sindicato hoje não participa em nada. Só procura prejudicar-nos. O sindicato chegou a pedir falência da empresa. Nós queremos colocar uma chapa para concorrer com um novo pessoal de fora, porque eles levaram mais para a política, criaram uma guerra contra nossa coordenação. Eles querem que nós mudemos nossa coordenação.<sup>107</sup>

Enfim, consideramos que os conflitos políticos entre os dirigentes do sindicato e a comissão da fábrica decorrem, principalmente, das orientações divergentes que existem entre eles, pois os primeiros defendem a formação de uma cooperativa e os segundos propõem a estatização.

---

<sup>106</sup> Diário Catarinense, Joinville, 29 Agosto 2003.

<sup>107</sup> Pedro Rômulo. Joinville, 23 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

## CAPITULO III – REMANDO CONTRA A MARE

### 3.1 A nova administração da fábrica

Ao assumir a direção da fábrica os trabalhadores enfrentam inúmeros problemas novos, dentre eles, aqueles relativos à gestão da organização, à produção e comercialização dos produtos. Para solucioná-los os trabalhadores elegem em assembléia geral uma comissão de transição com mandato de noventa dias para avaliar a situação econômica da empresa. Deste modo, desde o início da recuperação os trabalhadores estabelecem um novo modo de organização administrativo fundamentado na participação democrática.

A comissão de transição é presidida por Estevão Carola, e integrada por Sérgio Gomez e operários de diferentes setores da fábrica Cipla e Interfibra. Uma das primeiras tarefas da comissão é realizar um levantamento minucioso das dívidas, a fim de averiguar qual era realmente o montante de dívidas deixadas pelos antigos donos, tanto com o governo pelos impostos fiscais e direitos trabalhistas quanto com as empresas servidoras de água, luz e telefone. Nas conclusões deste levantamento foi contatado que os donos não recolhiam o FGTS há 10 anos. O resultado é levado em assembléia geral, no dia 10 de fevereiro de 2003. Neste dia divulgou-se aos trabalhadores que as dívidas tributárias e trabalhistas ultrapassam R\$ 480 milhões de reais. A comissão tenta negociar as dívidas fiscais que estavam sendo cobradas mediante a apreensão do maquinário da empresa. Além disso, no início, a empresa possuía também dívidas com a Celesc e Casan, que passaram a ser renegociadas com a intervenção do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Uma das primeiras medidas implementadas é uma re-adequação dos horários de produção para economizar energia. Deste modo, durante o horário mais caro, das 18 horas até 22 horas, a maioria das máquinas passou a ser desligadas. Assim, cerca de 70% dos trabalhadores do terceiro turno passam a cumprir o horário entre 10 horas e 18.30 horas. Desta forma, o consumo mensal de luz passou de 2.500 KW para 1350 KW, resultando em uma economia de R\$ 1,2 por ano.<sup>108</sup> O funcionamento da empresa passa a ser de 24 horas divididas em 4 turnos:

- 1) Normal de 8:00 horas às 17:30 horas.
- 2) Primeiro turno de 5:00 horas às 13:30 horas.

---

<sup>108</sup> Jornal, Folha do Litoral, 1<sup>ª</sup> quinzena de maio de 2003, p. 6.

3) Segundo turno de 13:00 horas às 22:00 horas.

4) Terceiro turno de 22:00 horas às 5:00 horas.

Ao mesmo tempo, outra dificuldade solucionada é a retomada da confiança dos clientes. Em dezembro de 2002, a equipe de transição da Cipla esteve reunida com os diretores da fábrica da Volvo em Curitiba, sob a assessoria externa de advogados do deputado estadual Francisco De Assis, vereadores Adilson Mariano, Alaor Bernardes e representantes do governador Luiz Henrique). O objetivo desta reunião foi reivindicar que a Volvo, maior cliente que compra 23 % da produção, continuasse comprando as peças para a fabricação de ônibus e de caminhões. A fábrica Volvo garante a continuidade da empresa como compradora e diminui o prazo de pagamento das peças de 45 para 15 dias. Não obstante este acordo, no dia 20 de dezembro de 2002, os diretores da Volvo entram com uma liminar na justiça, pedindo que as suas máquinas seja devolvidas. Estas eram usadas para fazer os moldes das peças que asseguravam 17% do faturamento da fábrica. O juiz concede a liminar em favor da Volvo, mas quando a Polícia Militar chega na fábrica para retirar as máquinas, mas não consegue vencer as barricadas nos portões da fábrica colocadas pelos trabalhadores. Frente a esta situação, o juiz suspende a liminar e a diretoria da Volvo volta a fazer um acordo com comissão da Cipla e paga o correspondente a 18 meses do lucro para retirar suas máquinas. Com o dinheiro recebido, a comissão da fábrica decide reativar a produção do setor de material de construção.<sup>109</sup>

Apesar das dificuldades, o ambiente do trabalho começa a mudar. A transferência de poder traz confiança entre os trabalhadores, sobretudo porque o dinheiro recebido da empresa Volvo permite que cerca de 500 trabalhadores passe a receber parte dos salários atrasados dos meses de novembro, dezembro e janeiro.

Após o término do mandato do Conselho de Transição os trabalhadores é eleito, em assembléia no dia 7 de fevereiro de 2003, o Conselho Administrativo Unificado (CAU) para gerenciar as fábricas administrativa, financeira e politicamente, substituindo, assim a comissão de transição. O CAU está composto por 28 membros eleitos, de cada setor e turno das duas fábricas (Cipla e Interfibra), com mandato de 180 dias e possuem diversas atribuições. Dentro do CAU existe uma comissão de 7 pessoas encarregadas das demissões e contratações do pessoal. No entanto, desde a tomada do controle da fábrica pelos trabalhadores foi decidido que ninguém seria demitido, exceto quando alguém for apreendido roubando ou danificando a fábrica.

---

<sup>109</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 3 de Dezembro de 2002.

Uma das primeiras metas do CAU foi criar uma instituição, sem fins lucrativos, para viabilizar o apoio dos governos, municipal, estadual e federal e a negociação das dívidas fiscais acumuladas pela administração anterior. Assim, se cria a Associação Ferreirinha<sup>110</sup>, com o objetivo de assumir as ações e coordenar um fundo destinado para a luta política, convertendo-se no braço político da Cipla e Interfibra. Todos os meses, os trabalhadores descontam parte de seu salário voluntariamente, que se utiliza para pagar viagens de cunho político, conferências, e passeatas ou para a compra de um bem para a empresa. No mês de outubro de 2006 foram compradas as três primeiras máquinas<sup>111</sup> após de 20 anos. Evandro Luiz Pinto, militante político, participante da IV internacional que deu apoio a todo o processo de recuperação, hoje trabalha como representante na comissão da Interfibra e foi eleito presidente da Associação. Ele diz,

A associação permite que os trabalhadores tenham um CNPJ e, movimentem uma conta bancária, livre de processos judiciais e sem patrimônio penhorado. A associação também cumpre o objetivo principal de transpor a luta pelo emprego e direitos trabalhistas para além dos muros da Cipla e Interfibra.

Um deles é levar a luta dos trabalhadores, não só da Cipla, Interfibra e Flaskô, de todos os trabalhadores do Brasil. Para isto discutimos por que as fábricas fecham, por que querem tirar os direitos trabalhistas dos trabalhadores. Se a fábrica fecha, o que será dos trabalhadores? A dificuldade imagina se as fábricas fecharem? Entende-se que uma fábrica fechada resulta em máquinas enferrujando e os postos de trabalhos fechados. Então uma das intenções da Associação é viabilizar a luta, no mesmo que uma Associação reúne moradores, sindicatos, entre outros.<sup>112</sup>

Além do CAU cria-se o CAF (Conselho Administrativo e Financeiro) composto por dez pessoas<sup>113</sup> eleitas pelos trabalhadores, as quais se reúnem toda semana para discutir os encaminhamentos cotidianos da fábrica, sendo os responsáveis pelo relacionamento com fornecedores, clientes, instituições financeiras, órgãos públicos e inclusive o sindicato.

No entanto, apesar deste re-direcionamento da estrutura de poder, que passa a ter como eixo-central o poder da assembléia dos trabalhadores, algumas formas hierárquicas continuam

---

<sup>110</sup> Leva este nome em homenagem a Jose Domingo Cardoso, o Ferreirinha, nascido em Araquari, a 12 de dezembro de 1940 e militante da Juventude Operaria Católica (JOC). Foi um dos fundadores da CUT. Casou-se com Maria Irony Bezerra, também militante da JOC. Em 1972, o casal foi obrigado a exilar-se na Bélgica. Em 1990, Ferreirinha foi eleito dirigente do Sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Em 1991, assumiu a direção da CUT/Nacional. Em 2000, foi candidato a vereador do PT do Rio. Em 21 de fevereiro de 2001, aos 60 anos de idade, José Domingos Cardoso, o Ferreirinha, faleceu de câncer, mesma doença que vitimou sua mulher Irony um ano antes.

<sup>111</sup> As máquinas injetoras serão usadas para a produção de peças para caixas de descarga, as quais têm uma produção até três vezes maior que das atuais máquinas, além de uma diminuição em gasto de energia, menos refugo na produção, menor custo e tempo em manutenção.

<sup>112</sup> QUITÉRIO DO NASCIMENTO, Janaína. Fábrica quebrada...é fábrica estatizada. Livro-reportagem. 2004. p.54.

<sup>113</sup> Serge Goulart (Coordenação), Francisco Lessa (Jurídico), Gilberto Fernandes (Industrial), Valmir Bittencourt (Financeiro), Carlos Silva (Desenvolvimento Produtos), Jose Onirio Martins (Comercial), Edson Luiz dos Santos (Expedição), Roseli Gonçalves da Silva (1º turno), Celso de Oliveira Araújo (3º turno manutenção), Jorge Luiz Martins (Administrativo).



sendo mantidas. Os gerentes gerais e chefes de cada setor permanecem os mesmos, o quais, em sua maioria, não participaram da greve e faziam ameaças de demissão aos trabalhadores. Nesse sentido, Vitor relata,

Algumas áreas foram preenchidas pelos antigos chefes. A maioria dos trabalhadores não concorda, eles não estavam do lado do trabalhador na época da greve e agora eles continuam no mesmo cargo. Antes da greve eu trabalhava na expedição. Ali, como fiz a greve, eu recebi ameaça da chefia. Se a greve tivesse dado errado eu seria sido demitido, mas como a greve deu certa, ao retornar ao trabalho eu não aceitei a chefia que possui a função de controlar o trabalho dos trabalhadores para alcançar as metas de produção estabelecidas pelo respectivo setor. A chefia está trabalhando no mesmo lugar e por isso houve vários conflitos. Eu mesmo vivi alguns até que pedi para a comissão da fábrica mudar me de setor. Hoje faz três anos que estou na injeção.<sup>114</sup>

Para contornar estas situações de conflitos os trabalhadores passam a eleger os líderes de setores que, por sua vez, constituem o CAU. Entre as diversas atribuições decidem sobre a mudança ou transferência de alguma chefia. Segundo Norberto, passa a haver grande diferença no relacionamento e na forma de comunicação dos chefes. Gustavo diz,

O chefe continua sendo o mesmo, mas muda um pouquinho o tratamento e seu relacionamento com o trabalhador. Hoje, por exemplo, eles têm uma preocupação com o trabalhador mesmo, que deve sentir-se melhor.<sup>115</sup>

Dentro da fábrica a instância de decisão mais importante é a assembléia geral que se realiza, aproximadamente, a cada três meses, com presença de trabalhadores de todos os turnos da fábrica, e ocorre no horário de trabalho, para garantir a participação. Segundo Rodrigo, coordenador de transporte dentro da Cipla,

Por um lado “a Cipla é uma fábrica típica”, com líderes e chefes. E por outro, “é atípica”, porque nós temos uma democracia, especialmente nas assembléias. Todas as pessoas têm direito de voto, e o voto de qualquer um tem o mesmo valor, seja ele o mais humilde trabalhador ou maior hierarquia dentro da empresa. Os funcionários não são obrigados a participar, mas a gente faz questão de que participem para dar sua opinião, pois quando há uma decisão, ela pode atingir a todos, então não adianta não participar da assembléia e depois reclamar. É importante que a pessoa participe, que manifeste sua posição, se concorda ou não concorde com aquilo que esta sendo votado, mas ele tem que estar lá, e ele têm

---

<sup>114</sup> Vitor. Joinville, 22 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>115</sup> Gustavo. Joinville, 26 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

que saber o que é democracia. Numa democracia, o que vale é a maioria, se a maioria votou a decisão deve tem que ser cumprida.<sup>116</sup>

Por meio das considerações de Rodrigo podemos perceber instâncias de decisão democrática dentro da empresa, como por exemplo, a decisão por voto em assembléia geral, ainda que persistam formas hierárquicas remanescentes da fábrica não recuperada. Deste modo, evidencia-se no interior da fábrica a presença de duas lógicas distintas e contraditórias: por um lado o âmbito democrático e, por outro, a presença das hierarquias. Segundo Trotsky a relevância do comitê de fábrica consiste em,

Desde que o comitê aparece, estabelece-se de fato uma dualidade de poder na fábrica. Por sua própria essência, esta dualidade de poder é transitória, porque encerram em si própria dois regimes inconciliáveis: o regime capitalista e o regime proletário. A importância principal dos comitês de fábrica consiste, precisamente, no fato de abrir senão um período diretamente revolucionário, ao menos um período pré-revolucionário entre o regime burguês e o regime proletário. As ondas de ocupação de fábricas que irromperam em certo número de países demonstram amplamente que a propaganda sobre os comitês de fábrica não é nem prematura nem artificial. Movimentos deste gênero são inevitáveis num futuro próximo. É necessário abrir a tempo uma campanha em favor dos comitês de fábrica para não mais ser tomado de surpresa.<sup>117</sup>

Antonio Gramsci escreveu sobre as modalidades das assembléias, destacando a importância que adquire como possibilidade de construir uma instância deliberativa para a classe trabalhadora no interior das fábricas.

Las asambleas, las discusiones para la preparación de los Consejos de Fábrica, han dado a la educación de la clase obrera más que diez años de lectura de los opúsculos y los artículos escritos por los propietarios de la lámpara del duende. La clase obrera se a comunicado las experiencias reales de sus diversos componentes e ha hecho de ellas un patrimonio colectivo: la clase obrera se ha educado comunísticamente, con sus propios medios e con sus propios sistemas.<sup>118</sup>

Dessa forma, este ato contém uma perspectiva educadora por meio das comissões de fábrica, na qual as classes subalternas negam tanto a direção das classes hegemônicas quanto sua condição de dominadas. *“En realidad, al construir ese aparato representativo [o consejo de*

---

<sup>116</sup> Rodrigo. Joinville, 28 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>117</sup> TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São: Paulo: Editora Ciência Humana Ltda. p.11.

<sup>118</sup> GRAMSCI, Antonio. El instrumento de trabajo. In: Antología Siglo XXI.Madrid, 1992. p.88.

*fábrica], la clase obrera realiza a expropiación de la primera maquina, del instrumento de producción más importante: la clase obrera misma.”<sup>119</sup>*

A experiência da democracia na tomada de decisões de todos os trabalhadores da fábrica pode representar um germen na construção de uma nova forma de organização social. Na prática, porém, esta é uma questão incerta, pois o mecanismo da assembléia é insuficiente para assegurar a democracia. Na prática das assembléias na fábrica Cipla, o coordenador dirige sozinho a assembléia, conforme podemos constatar na assembléia do dia 8 de Dezembro de 2006. Nessa ocasião, o coordenador comunica aos trabalhadores os assuntos a serem votados e as informações sobre os últimos acontecimentos relacionados às negociações sobre a matéria-prima com a Venezuela, as caravanas a organizar para o próximo ano e as decisões tomadas pelo CAF relacionadas à segurança no interior da empresa. Também nessa ocasião, os trabalhadores votaram a periodicidade das assembléias, decidindo realizá-las no horário de trabalho. Embora a assembléia seja aberta à participação de todos, no transcurso delas não percebemos participação ativa nem tampouco questionamentos por parte dos trabalhadores, sendo raras as suas intervenções, prevalecendo o silêncio na sala. De fato, o que deveria ser a instância decisória mais importante no interior da fábrica converte-se num momento de comunicação de cima para baixo de propostas. Álvaro, operário da Cipla, diz *“Eu não vejo muita mudança em geral. Na assembléia alguns não falam por medo, outros não falam porque acham que não vai adiantar em nada. Tem muita gente que não acredita no poder da assembléia”*.<sup>120</sup>

Mas paralelamente à assembléia há reuniões entre os trabalhadores e líderes de cada setor e turno, permitindo a existência de um espaço menor e de intimidade para os operários colocarem suas próprias inquietudes, comentários, críticas ou outras questões. Nesse sentido, Ana Lorena diz *“Na assembléia você, pode falar que concorda, que discorda, mas quase ninguém fala nada, mas também existem reuniões de grupo, de cada turno, nas quais se permite uma relação direta com o chefe”*.<sup>121</sup>

Para assegurar a comunicação no interior da empresa, o CAU da fábrica passou a redigir um jornal mensal próprio “A voz do trabalhador”, onde divulga tanto informações relativas aos acontecimentos dentro da fábrica como as últimas notícias sobre as negociações com o governo, e ainda, informações sobre as outras experiências de fábricas recuperadas que participam do

<sup>119</sup> GRAMSCI, Antonio. El Consejo de Fábrica. In: Antología Siglo XXI. Madrid, 1992. p.68.

<sup>120</sup> Álvaro. Joinville. 28 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>121</sup> Ana Lorena. Joinville. 28 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

movimento. Além da distribuição do jornal entre os trabalhadores, há informações num mural situado nos corredores da empresa. Contudo, a manutenção da hierarquia assegura uma remuneração diferenciada para cada função, contribuindo para tornar distante a meta da autogestão igualitária. No início da gestão sob o controle dos trabalhadores, o CAU realizou um enquadramento, pois muitos funcionários realizavam funções sem o correspondente salarial. Com nova carreira, sobretudo, da área operacional da fábrica, beneficiaram-se trabalhadores que estiveram em funções e salários incompatíveis. No entanto, os problemas resultantes de hierarquia continuam e alguns trabalhadores não estão satisfeitos com os salários. Cláudio comenta,

Eu trabalhei 5 anos como operador de máquina ganhando como ajudante de produção. Meu trabalho estava bem desvalorizado. Eu acho que ainda não está valorizado, pelo seguinte: tem pessoas que fazem o mesmo trabalho que tem um salário maior.<sup>122</sup>

A remuneração dos trabalhadores é dividida de acordo com as funções desempenhadas. No entanto, existe uma variação horizontal de remuneração entre os trabalhadores, o que resulta em níveis diferentes dentro de uma mesma atividade. Quanto ao piso e ao teto, estes foram decididos em assembléia geral, sendo que o menor salário é de R\$ 600,00 e o teto salarial de R\$6 mil reais (a maioria desses casos refere-se a trabalhadores especializados e técnicos, como engenheiros, além das pessoas que conformam o CAU). Na gestão anterior o menor salário era R\$ 250,00 e o maior, R\$10 mil reais.

O pagamento dos salários é parcelado em várias vezes durante o mês, o que é justificado pelo CAU pela falta de capital disponível, e por outro lado, a escassez de capital é agravada pelas penhoras da fábrica. Na primeira semana todos os trabalhadores recebem a mesma quantidade de dinheiro, por exemplo R\$ 200,00 reais, logo na segunda semana se reproduz o mesmo esquema e dessa forma os funcionários que possuem os salários mais elevados só terminam recebendo a totalidade do seu pagamento na última semana do mês. No entanto, a maioria dos trabalhadores não está de acordo com o sistema implementado. Carolina, operária da fábrica há 17 anos no setor de sopro, explicita na entrevista,

A Cipla, dentro de Joinville, é uma das melhores para trabalhar. Pode ir ao banheiro quando você quer. A gente trabalha a semana toda com guarda-pó.

---

<sup>122</sup> Cláudio. Joinville. 26 de Agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

Não tem como se sujar. É muito bom trabalhar aqui, o problema é o pagamento. A gente fica quieta, eu acho melhor não falar nada. Na verdade o que desanima é o pagamento, eu trabalho o mês inteiro e recebo 200,00 reais na primeira semana, com isso eu não faço nada, não consigo pagar água, luz, telefone. Nós temos que esperar até a última semana para receber tudo. Eu gostaria pelo menos de receber o pagamento em duas vezes. Eu não sei porque isso acontece, não sei se é que a empresa não tem dinheiro. Praticamente estou trabalhando pelo salário, não tenho fundo de garantia.<sup>123</sup>

Por meio desta entrevista percebemos que nem todos os problemas são compreendidos. Na antiga gestão o pagamento dos salários era parcelado e estava sempre atrasado. Além das dificuldades com os salários, o FGTS dos trabalhadores da fábrica não estava sendo depositado, o que resultou em processos com o Ministério de Trabalho para negociar as dívidas acumuladas pela gestão anterior. Mas atualmente, segundo Josélia “*Já pagaram todos os salários atrasados, mas meu fundo de garantia continua atrasado e não está sendo depositado. Eles falam que vão depositar*”.<sup>124</sup>

Essa preocupação sobre o futuro em relação ao FGTS se manifesta na fala de vários trabalhadores.<sup>125</sup>

### **3.2 Convivendo com outra cultura do trabalho**

O trabalho tem tido lugar fundamental nos estudos sobre a reprodução da vida. Por meio de análise das suas distintas formas, podemos entender a categoria de trabalho assalariado não como algo natural, mas como produto de relações sociais. Com esta perspectiva Marx analisa as relações de trabalho enquanto relações entre empregadores e empregados. Segundo Marx, as relações sociais de produção determinam o modo de produção capitalista como modo de exploração.<sup>126</sup> Dessa forma, converte-se a força de trabalho em uma mercadoria singular, que se vende como outra qualquer no mercado. Perante essa condição os trabalhadores se vêem obrigados a aceitar qualquer forma de trabalho para manter a sua subsistência e a de sua família. Segundo Marilena Chauí,

---

<sup>123</sup> Carolina. Joinville, 26 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>124</sup> Josélia. Joinville, 26 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>125</sup> Cabe ressaltar que o 17 % dos trabalhadores dentro da fábrica são aposentados, que continuam trabalhando, tanto para tentar garantir seus direitos, quanto nas palavras deles não tem outra coisa melhor para fazer.

<sup>126</sup> KARL, Marx. Manuscritos filosóficos- econômicos. São Paulo: Martin Claret. 2002. p54.

Ao passar da condição humana à condição de uma mercadoria, ao tornar-se coisa que produz coisas e perder sua própria de humanidade, o trabalhador se torna “outro” que si mesmo e os produtos do trabalho se tornam coisas “outras” que o próprio trabalhador. Esse se tornar outro constitui a alienação do trabalho.” Como o trabalhador é uma coisa que produz coisas, a relação social do trabalho com o capital (ou entre classes sociais) aparece-lhe como se fosse uma relação entre coisas, ocultando a verdadeira realidade.<sup>127</sup>

Esta formulação de Marilena Chauí é inspirada pelos escritos de Marx sobre o significado do trabalho assalariado. Portanto, nesta circunstancia Marx não faz menção simplesmente ao trabalho, mas à força do trabalho, para significar que se trata da única propriedade que resta ao trabalhador, que será alienada ao se vender no mercado por um salário. Marx faz menção também à quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria. Na sua produção então concorrem o tempo socialmente necessário e o tempo excedente. Nessas análises ele explica como e porquê o capital explora a força de trabalho e tem a capacidade misteriosa de crescer, por meio da extração de mais-valia.

O trabalhador, por possuir apenas a força de trabalho, precisa vendê-la no mercado para poder sobreviver. Ao fazê-lo, aliena para o outro (o burguês) sua força de trabalho que passa a usá-la como bem lhe aprouver. Reduzido à condição de mercadoria que produz mercadoria, o trabalho não realiza nenhuma capacidade humana do próprio trabalhador, mas cumpre as exigências impostas pelo mercado capitalista. No livro “O Capital” aparece qual o caráter do produto do trabalho tão logo assume a forma de mercadoria,

O misterioso da forma mercadoria consiste simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social existente fora deles, entre objetos.<sup>128</sup>

No processo de recuperação da fábrica vão sendo incorporadas, nos trabalhadores, outras diferentes modalidades na organização do trabalho e produção no interior da empresa, que vão modificando “o fazer e o pensar” do trabalhador. Estas contribuem para transformar as relações que se estabelecem no interior da fábrica e fora dela mesma. Deste modo, os trabalhadores vão desenvolver algumas práticas contra-hegemônicas.

---

<sup>127</sup> LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. 36 p.

<sup>128</sup> K ARL, Marx. O capital.. Rio de Janeiro: Civilização, 1968. Vol.III, cap. XXVII, p.198.

Na Cipla, a nova cultura passa por retomar uma luta muito antiga dos trabalhadores, a da redução da jornada de trabalho. No dia 9 de abril de 2003, decidem em assembléia geral reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. Deste modo, os trabalhadores obtêm o sábado livre sem redução de salário, e em dezembro de 2006 decidem reduzir ainda mais a jornada de trabalho passando de 40 horas para 35 horas semanais. Esta conquista revela um aspecto importante da qualidade da luta instituída, ainda que este ganho seja relativizado, segundo o relato da trabalhadora Onélia, do setor de montagem desde 1977. Apesar de ser menor a quantidade de horas trabalhadas, estas são mais intensas em comparação com a gestão anterior, *“a jornada de trabalho diminuiu, antes trabalhava aos sábados, mas agora tem mais trabalho, então a gente trabalha mais. Durante a jornada pode conversar, mais não pode parar de trabalhar”*.<sup>129</sup> Ainda quanto à jornada de trabalho, ela diz que, mesmo sendo menor os trabalhadores sentem maior responsabilidade e têm mais trabalho.

De acordo com as palavras de Eudorico Gabriel, operador de máquina do setor de sopro desde 1990, percebemos o sentimento de monotonia e a repetição diária, ainda persistente no trabalho dele. Além disso, há a intensificação do trabalho, mesmo com redução da jornada de trabalho.

Meu tempo livre é escasso dentro da fábrica. Depois da greve nunca mais fui a almoçar, como um lanche. Hoje aumentou o trabalho e diminuiu o pessoal. Então eu trabalho a mesma quantidade de hora, só que mais intensas. Meu tempo de serviço aqui dentro mudou pouco, sempre trabalhando muito em benefício da empresa. Agora estou aposentado, mas eu continuo trabalhando porque não tenho outra coisa para fazer, ficar parado não quero, e também tenho todos meus direitos aqui dentro e jogar tudo pelo alto não dá. Continuo tentando ajudar. Eu quero ver se consigo meus direitos. No começo eu pensei que tinha dado uma melhoria, mas agora a situação está estabilizada, eu não vejo melhoria nem piora. O trabalho é repetitivo, todo o dia a mesma coisa: ligar a máquina, operar a máquina, tirar a peça, deixar a peça em situação de uso. A máquina faz isso hoje, e amanhã a mesma coisa, às vezes o molde muda.<sup>130</sup>

Onélia, operária há 18 anos, no setor de injeção, hoje coordenadora do setor de controle de qualidade das peças de cromagem, reafirma o os comentários anteriores: *“agora o trabalho é mais puxado, tem mais responsabilidade, maior compromisso”*.<sup>131</sup> Nestas duas entrevistas

---

<sup>129</sup> Eudorico Gabriel. Joinville, 26 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>130</sup> Rogério. Joinville, 24 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>131</sup> Onélia. , Joinville, 22 Agosto 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

percebemos que o trabalhador é levado a ter um maior compromisso com o produto de trabalho e tem a percepção de que se não produz, não ganha. Segundo outro trabalhador, Rogério, operário do setor de injeção há 20 anos “*se não trabalho e não sai uma peça boa o pagamento não sai*”. Os trabalhadores assalariados manifestam assim, maior compromisso com o processo de produção, além de estarem inseridos num processo de luta maior para garantir seus salários.

As formulações acima nos permitem colocar uma questão: seriam essas práticas manifestações de redução da distância entre o trabalhador e seu produto, revelando a realização do trabalhador enquanto indivíduo e coletividade? Com estas práticas estaria havendo o “re-encantamento do mundo”, como coloca o autor Ianni<sup>132</sup>, e portanto, estas seriam manifestações emancipatórias da classe? A resposta nos leva para duas direções: a primeira, a discutirmos o que entendemos por emancipação social e a segunda, de evidenciar já nessas práticas atitudes emancipatórias. Essas práticas podem converter-se em uma base de apoio para elevar o nível de consciência geral da classe trabalhadora, para acrescentar sua capacidade técnica e seu nível cultural e demonstrar a possibilidade de alcançar outro tipo de produção social baseada na solidariedade e na cooperação. Esta é uma questão complexa e o seu aprofundamento foge ao escopo deste trabalho. Por ora, apenas podemos dizer que emancipação é um processo social que resulta num novo homem.

Ainda com relação às novas práticas está a luta política que passou a ser um aspecto muito importante no cotidiano da fábrica. Trabalhar na Cipla inclui participar ativamente da luta geral para preservar o emprego e a fábrica, o que nem sempre é entendido como necessidade. Segundo Vitor,

A permanência da empresa precisa da luta política, mas sempre tem a ovelha negra, aquele trabalhador que não assimilou a importância dela. Sem a luta política não se consegue manter a fábrica. Eu sinto que estou lutando pela empresa quando eu estou trabalhando.<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> Segundo o autor Octávio Ianni, quando se reduz ou elimina a distância entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, de tal modo que o produto material ou espiritual do trabalho revela-se realização do trabalhador, como indivíduo e coletividade, a partir daí nascem outras formas de sociabilidade e outros jogos de forças sociais. Amplia-se a transparência no contraponto indivíduo e produto da sua atividade, criador e criatura, objetivação e realização, práxis e transfiguração. Nessa altura da história, desenvolvem-se as condições e as possibilidades de “re-encantamento do mundo”, quando a alienação cede lugar à emancipação, quando a emancipação compreende a transparência nas relações entre uns e outros. Conforme Novaro, a concepção de emancipação é: “as chances das classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes entidades, de construir, de forma autônoma, diversas formas de associação e representação de interesses e, o mais relevante, poderem adentrar o campo das disputas políticas a aí exercem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sócias adversários. IANNI, Octavio. Capitalismo, Violência e Terrorismo, Cap 1: Globalização, guerra e revolução. Civilização Brasileira. 32 p.

<sup>133</sup> Vitor. Joinville, 28 de agosto 2006. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.



Já outros trabalhadores assimilam esta necessidade e se envolvem com as novas formas de agir. Alguns operários passam a vender o jornal “O Trabalho”, outros a participar das caravanas, das manifestações e de protestos. Dessa forma sua subjetividade vai se transformando ante a mudança da conjuntura. Sentem-se parte do que estão construindo, como algo que lhes pertence.

João Manuel, trabalhador do setor de matéria prima na Cipla desde a greve de Outubro de 2002, relata,

Quando ocupamos, em 2002, resolvemos tocar a fábrica sozinhos. Elegemos uma comissão de fábrica para administrar a empresa, nos ficamos com os técnicos da gestão anterior. Continuamos com a fábrica. A gente faz parte da Comissão da fábrica, então a gente se preocupa muito na luta para manter os empregos, esta é a bandeira nossa. A gente corre atrás de ajuda do governo, pois a empresa tem uma dívida de 480 milhões herdadas dos patrões anteriores. Para a gente pagar essa dívida é praticamente impossível. A gente está na luta. Saímos às ruas, pedimos ajuda e quando a justiça quer penhorar nossas máquinas com ações judiciais, a gente não permite. Como trabalhadores, a gente procura sempre se unir, pois se não tivemos uma união, fica difícil vencermos. Nós aprendemos muito com essa experiência de tocar uma fábrica sozinhos, de manter os salários em dia. Hoje eu acho que a luta pela manutenção da empresa e do emprego é possível.<sup>134</sup>

Percebemos por meio deste trecho do relato a importância que a luta adquire para os trabalhadores. Desenvolve-se um sentimento de pertencimento à fábrica e envolvimento em todo o processo de luta da recuperação da fábrica, que vai da organização de protesto nas ruas (para impedir a realização de leilão) até reclamar junto ao governo soluções estatizantes. Com a participação dos trabalhadores na greve e a ocupação e recuperação das fábricas, os trabalhadores adquiriram a possibilidade de fazer parte de um movimento de luta para defender seus empregos. Passaram de uma situação de apaziguamento e de exploração a uma atitude ativa, liderados e apoiados por dirigentes políticos. Assim, anteriormente, nem imaginavam que existia a possibilidade de vivenciar essas experiências, defender seu lugar de trabalho e com isso, continuar com o funcionamento da fábrica. Por isso, o trabalho adquire outro significado no interior da empresa e fora dela, por compartilhar com seus companheiros um momento de luta, e situação crítica, onde prevalece a solidariedade.

---

<sup>134</sup> João Manuel. Joinville, 28 de agosto 2006. Entrevista concedida à Maria Alejandra Paulucci.

Tendo em vista que muitos dos trabalhadores da fábrica têm trabalhado muitos anos na empresa e agora se sentem à vontade dentro dela, eles têm a possibilidade de andar livremente pelos corredores, conversar entre eles e cuidar do trabalho de um companheiro se este precisa se ausentar. Ana Lorena diz sorrindo, eu *“passei a vaca gorda, a vaca mais ou menos, a vaquinha magrinha a vaquinha sequinha, passei todas as fases da vaca. Eu gosto de trabalhar aqui”*.<sup>135</sup>

O clima de trabalho é outro, considerando as relações de tensão e desmotivação entre os trabalhadores e os gerentes vivenciadas anteriormente, quando atravessaram uma situação difícil originada pelos conflitos provocados pela falta de pagamento. Atualmente os trabalhadores percebem uma mudança importante no relacionamento entre eles. Nesse sentido, para Ana Lorena,

A gente tem mais autonomia e o direito de se expressar, de falar quando a gente não concorda, quando concorda. Em termos de amizade, tenho certeza: mudou bastante. Porque hoje a gente é tratada igual, desde o mais simples até o grau mais elevado. Antes era bem diferente, antes não tínhamos amizade como hoje. A gente tinha medo do coordenador geral. Hoje ele, conversa no corredor, no meio da fábrica. É muito melhor, você sabe quem que é fulano que trabalha em cada setor e conhece as pessoas. Pode entrar, pode ver, é livre. Pode fazer o que você quiser, bem o que quiser...não, tem limite. Hoje em dia, em termos de relacionamento entre a turma, posso dizer que 90% melhorou em relação a antiga gestão. Hoje está bem melhor trabalhar, mas em outros aspectos mudou muito pouco, continuamos sem fundo de garantia. Tem coisas que está bom e tem coisas que não.<sup>136</sup>

De acordo com estas palavras, ao mesmo tempo em que percebemos a presença de uma certa liberdade para expressar-se e mobilizar-se dentro da fábrica, ainda há uma certa limitação.

Existe entre os trabalhadores satisfação geral acerca das relações sociais no interior da empresa, o que motiva o pessoal para continuar trabalhando na fábrica. Segundo Henrique Rafael *“Hoje é difícil o pessoal faltar, só se ele estiver doente. Eu tenho vontade de vim trabalhar. Hoje os próprios colegas ajudam-se. Se algum companheiro precisa sair eu cuido do trabalho dele”*.

<sup>137</sup> Vitor, também afirma o mesmo *“o trabalhador da noite é muito mais unido, por isso eu adoro trabalhar durante o turno da noite”*.<sup>138</sup> Jorge, coordenador de transporte diz,

---

<sup>135</sup> Ana Lorena. Joinvile, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>136</sup> Ana Lorena. Joinvile, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>137</sup> Henrique Rafael. Joinvile, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>138</sup> Vitor. Joinvile, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

Eu sinto hoje que o relacionamento entre as pessoas mudou muito. Eu não posso dizer que as pessoas estão 100 % felizes, ou concordam com a administração atual. Não existe isso, nas famílias de 4 pessoas não se consegue unanimidade, então porque haveria na Cipla? Existem pessoas que colaboram, existem pessoas contrárias, que atrapalham, mas sempre a gente tenta trazê-los para nosso lado. As pessoas têm memória curta, a Cipla não é o paraíso, mas já esteve muito pior. Se não fosse pelas pessoas que estão hoje frente e a ação política levada por eles a Cipla não existiria. Sem eles não teríamos como continuar funcionando. Não é só com trabalho e com produção que se sustenta, hoje, uma fábrica.<sup>139</sup>

De acordo com as palavras de Jorge, percebemos a importância dada aos dirigentes políticos e à luta política para continuar com o funcionamento da empresa, ao mesmo tempo em que há uma revalorização dos trabalhadores. Não obstante, existem trabalhadores que percebem estas relações sociais de outra maneira. Eudorico Gabriel relata “*O que mais tem na fábrica são conflitos, porque um quer assim outro quer de outra maneira. Discutem por causa de tudo. Existem arranca rabos*”.<sup>140</sup>

A fábrica é um espaço de satisfação de necessidades, mas também de tessitura dos laços de solidariedade. Os trechos dos depoimentos a seguir, com pequenas variações revelam a importância que tem a fábrica na vida dos trabalhadores e porquê é tão relevante a luta pela sua manutenção. A importância parece ser reforçada pelo tempo de serviço dentro dela. Sair dela representa, portanto, muito mais de que a perda de salário.

1) “*Eu adoro trabalhar na Cipla, ela é minha segunda mãe, é minha segunda casa. Quando eu entrei, não tinha casa, consegui construir-la. Eu sempre trabalhei durante o turno da noite, eu gosto do pessoal, da amizade com todo o mundo*”.<sup>141</sup> (Carolina)

2) “*Trabalho com muito prazer até porque esta empresa me deu tudo o que eu tenho. Eu não tinha nada, agora tenho minha casa, minha família, tudo que eu tenho pela empresa*”.<sup>142</sup> (Jose Manuel)

3) “*Eu me crie aqui dentro, faz 30 anos que trabalho aqui, eu quero estar 50, não quero nunca sair. Eu quero melhorar para conseguir manter a empresa e o emprego*.”<sup>143</sup> (Henrique)

---

<sup>139</sup> Jorge. Joinville 27 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>140</sup> Eudorico Manuel. Joinville 23 Agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>141</sup> Carolina Joinville 23 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>142</sup> José Manuel. Joinville 23 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>143</sup> Henrique. Joinville 23 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

4) “*A gente tem que se preocupar em manter e melhorar o parque fabril o máximo possível, para ver se a gente salva este patrimônio. Se a gente consegue melhorar o maquinário e aumentar a produção, o faturamento é bom também para nós*”.<sup>144</sup> (Vitor)

O enfrentamento político transcende a manutenção da fábrica. No mês de setembro de 2006 foram realizadas várias ações no sentido de discutir as eleições para presidente, senador, deputado estadual e federal. Nesse contexto o CAU decide colocar 30 trabalhadores da Cipla e da Interfibra à disposição para trabalhar na campanha política de Adilson Mariano, candidato para deputado federal, de Battisti para deputado estadual, sob a coordenação geral de Carlos Castro. No entanto, existem trabalhadores como João Manuel de 50 anos, operário no setor de matéria prima, que ressalta a importância destes vínculos:

Nós temos uma luta política, a influência política ajuda muito na manutenção da empresa. Nós temos Adilson Mariano, nosso vereador que está conosco desde o início da recuperação, onde nós vamos ele sempre está presente. Ele tem um compromisso com o trabalhador. Existe dentro da empresa uma equipe que está aprovada pela comissão de fábrica organizando e apoiando a campanha política dele para ser eleito a deputado estadual, e assim ter uma força política dentro do governo de estado. O deputado federal Battisti também está nos acompanhando. Ele tem história na luta para a classe trabalhadora. Nossa intenção é também assegurar apoio de fontes jurídicas para a gente poder ter força no governo. A situação é difícil porque temos muitas ações judiciais para fechar a fábrica. A gente só conta mesmo com a ajuda social. A nossa luta se tornou social, por isso boa parte de estado, do governo, da justiça, eles sabem de isso. Nós trabalhamos para sobreviver as dívidas não temos conseguido pagar. A gente foi para Brasília várias vezes porque, a promessa de nosso presidente Lula era ajudar. Ele vem da classe trabalhadora e a gente quer que ajude a estatizar a fábrica. Nós não estamos fazendo nada de errado, só protegendo os empregos. A gente recebe muita ajuda dos irmãos argentinos e, também, das parcerias estabelecidas com o governo de Chávez na Venezuela.<sup>145</sup>

A Cipla não devia funcionar apenas como unidade produtiva, deveria também promover encontros e palestras para articular-se com os movimentos em luta. Nesse sentido, o CAU chegou a elaborar, em 2004, um projeto cultural para ser desenvolvido dentro da fábrica, para os trabalhadores, e também fora dela com as famílias e comunidade de Joinville. Mas o projeto não se concretizou devido à falta de interesse e tempo disponível das pessoas dentro da fábrica. Gustavo, torneiro mecânico da Cipla, envolve-se com o projeto de teatro dentro do ambiente fabril. Ele relata, “*como eu fiquei mais sossegado, pois acabei meus estudos de letras, elaborei*

<sup>144</sup> Vitor. Joinville, 23 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>145</sup> João Manuel. Joinville, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

*um projeto com orçamento, com atividades para montar um espaço de arte dentro da fábrica, aberto à comunidade.*»<sup>146</sup>

Gustavo, além de continuar trabalhando como torneiro mecânico, converte-se em organizador e em divulgador de diversas atividades culturais dentro da fábrica, tais como concurso de contos para crianças, apresentação de teatro e shows de música, que se organizam uma vez por mês. Além disso, como atividade de lazer fora do trabalho os trabalhadores participam de um time futebol, no qual estão presentes tanto homens quanto mulheres.

### **3.1.4 O processo de produção**

A gestão empresarial capitalista se caracteriza pela administração científica criada por Taylor e aperfeiçoada por Ford, no começo do século XX. Ela provoca mudanças significativas no processo produtivo, gerando a separação entre o trabalho manual e o trabalho de concepção, o aumento da produtividade, o controle dos ritmos de trabalho com a incorporação da cadeia de montagem, provocando, assim, a mecanização e a repetição do exercício cotidiano no trabalho.

A autonomia responsable y el compromiso de involucramiento con el trabajo, actitudes caracterizaban a los artesanos de oficio, van a ser substituidos por la obligación de realizar de manera individual un trabajo, prescripto y definido en sus minimos detalles, con ritmos impuestos, submetidos al control directo de la intensidad del trabajo por parte de la dirección de las empresas.<sup>147</sup>

Dessa forma, durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista o trabalhador passa a ser subordinado à organização técnica da produção. Sob o paradigma da divisão de tarefas e operações, a intervenção humana é racionalizada ao máximo, comprimindo sua capacidade intelectual e cognitiva. O trabalhador passa a executar um determinado número de tarefas simples e repetitivas, que podem ser executadas por qualquer pessoa, perdendo a criatividade que caracteriza o trabalho artesanal. A idéia da precisão transforma-se numa paranóia de pontualidade, produtividade, competitividade, prazos, controles e avaliações.

Aparentemente, dentro da fábrica Cipla não se verifica uma modificação na organização do processo de produção em relação à concepção e execução das atividades produtivas. Depois de recuperada a fábrica os trabalhadores voltam a ocupar os seus postos e a executar as atividades

---

<sup>146</sup> Gustavo. Joinville, 28 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>147</sup> NEFFA, Julio César. Los paradigmas productivos Tayloristas y Fordistas y su crisis. Buenos Aires: Lúmen, 1998. p.104.

pautadas pela divisão capitalista do trabalho, com ritmo e meta decididos em uma instância que lhes é exterior, fixada pelo Departamento de Planejamento e Controle da Produção (PCP). As realizações das metas na esfera da produção são controladas pelos chefes de seção, que distribuem as tarefas e as fiscalizam. Dessa forma, continua se apresentando a separação rígida entre as esferas de concepção e de execução das atividades.

O processo de trabalho no interior da fábrica nos setores de sopro e injeção se constitui por operações simples e repetitivas, que não necessitam de força de trabalho qualificada nem conhecimento específico. Neste processo são utilizadas as máquinas e equipamentos disponíveis que ainda requerem do trabalhador o uso predominante de energia física, impedindo o surgimento de um processo de trabalho que propicie o desenvolvimento das faculdades intelectuais. No caso dos setores de injeção e sopro, os operários se situam do lado da máquina, retiram as peças e fazem o corte de rebarba do plástico de forma manual, utilizando como ferramenta de trabalho uma faca. Assim, o ritmo de trabalho em ambos os setores está determinado pelo funcionamento da máquina. Na realização de algumas peças de setor de injeção e sopro e rotomoldagem os trabalhadores têm controle sobre todo o processo de produção do produto que estão realizando. Na medida em que a peça vai saindo da máquina o mesmo trabalhador embala a peça. No geral o trabalhador não tem acesso ao processo produtivo como um todo, mas apenas parte dele. Por exemplo, no setor de injeção e sopro existem máquinas que realizam pequenas peças que são utilizadas para montar um produto final pelas mulheres no setor de montagem. Neste setor as mulheres se colocam ao lado da cadeia de montagem pela qual vão passando as pequenas peças, determinando o ritmo de trabalho, para armar o produto final. Na linha de montagem as trabalhadoras realizam o rodízio de lugares para que, dessa forma, o trabalho não seja tão repetitivo.

Dentro da fábrica existe a possibilidade de transferência de setor dos trabalhadores. Isto pode ocorrer por diferentes motivos, como doença ou conflitos com líderes ou supervisores. No transcurso dos anos, vários trabalhadores tiveram a possibilidade de trabalhar nos diferentes setores, sendo que geralmente eles não têm conhecimento prévio sobre a mudança. De fato, com a administração do CAU, as tomadas de decisão em relação às mudanças são realizadas pelo conselho ou por um pedido especial dos funcionários. Rômulo, trabalhador de setor de manutenção desde 1996, relata “*no caso de querer mudar de tarefa teria que conversar com as*

*peças que fazem parte da comissão, sempre tem acesso ao diálogo*".<sup>148</sup> Cláudio, operário desde 1996, relata a sua experiência,

Saí de injeção por motivo de falta de pessoal, fui para o sopro e depois para montagem por ordem médica. No sopro tem muito barulho, na montagem é bom, bem mais tranquilo. Agora eu quero mudar para o setor de processo da matéria prima, para isso eu estou fazendo um curso pago, por minha própria vontade, se depender da empresa, posso esperar tranquilo, porque não temos facilidade para fazer cursos de aperfeiçoamento.<sup>149</sup>

Após a recuperação da fábrica houve uma diminuição dos acidentes, de 153 casos de acidentes graves em 2002, para 18 acidentes em 2003. A maioria dos acidentes de trabalho durante a administração dos irmãos Batschauer acontecia no setor de injeção e sopro, devido ao mau funcionamento de alguma máquina, ou devido à utilização de facas para aparar as rebarbas dos produtos. Eudorico Gabriel é um dos trabalhadores que sofreu um acidente de trabalho, com a perda de um dedo da mão. Ele narra,

Foi um acidente, vai fazer um ano no dia 28 de outubro. Uma máquina fechou em cima de minha mão. As máquinas têm segurança, mas o problema foi muito esquisito, porque praticamente houve uma falha humana. Eu estava regulando a máquina, e outro cara fechou-a. O cara que fez isso não teve culpa alguma. Foi triste, terrível, vai fazer o quê... acontece.<sup>150</sup>

Em função disso a empresa se responsabiliza em cobrir os gastos de transporte, da fábrica para o hospital, na realização das sessões de fisioterapia. Estas são proporcionadas pelo plano de saúde, do qual os trabalhadores são subscritos por meio de pagamento de uma mensalidade.

Outra uma mudança importante após a recuperação ocorre com a possibilidade de tirar as férias sem a insegurança de perder emprego. Segundo Ana Lorena,

Antes, pegava férias, mas, às vezes, voltava a trabalhar e nem recebia o salário. Hoje eu peguei férias e meu dinheiro estava todo depositado. Para mim isso é um motivo de alegria. A gente sabe que é difícil que a situação da empresa é grave, mas está melhorando. Em alguma hora nosso barco pode afundar. Não é segredo para ninguém dentro da fábrica. A gente não ganha ajuda de ninguém. Não há interesse de parte da elite em ajudar-nos. Eles querem derrubar-nos.<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> Rômulo. Joinville, 22 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>149</sup> Cláudio. Joinville, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>150</sup> Eudorico Gabriel. Joinville, 26 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>151</sup> Ana Lorena, Joinville, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

Depois da recuperação a maioria dos trabalhadores recebeu o dinheiro correspondente aos salários atrasados e ao 13º salário. Henrique Rafael relata,

Antes da greve eu tinha três férias vencidas e não queria pegá-las, pois você não recebia nada. Depois de nosso comando eu não tenho mais férias vencidas e também eu tinha dois décimos de salário atrasados, mas agora eu tenho tudo em dia. A forma de pagamento está maravilhosa.<sup>152</sup>

Com a nova gestão outro ponto forte tem sido a transparência das contas. O CAF coloca um boletim informativo no mural dos corredores da empresa elencando todas as despesas mensais. Dessa forma, todos os trabalhadores da fábrica têm acesso à informação e podem acompanhar os movimentos financeiros e organizacionais da empresa, elemento que contribui para estimular a participação dos trabalhadores. Mais ainda assim, muitas dessas informações não se mostram inteligíveis para todos. Ana Lorena relata que é preciso perguntar ao chefe a tradução do boletim financeiro “*Sempre perguntamos para o líder ou chefe quanto que deu nosso faturamento. Sei que está no mural, muito bem explicado, o faturamento, as despesas, o que se pagou, e o que não se pagou*”.<sup>153</sup>

Existem também trabalhadores como Eudorico Manuel, que não se interessa por ter conhecimento sobre o que acontece financeiramente na fábrica. Ele diz,

Eu sou o último em saber das coisas, nunca olhei no mural para ver a informação sobre as contas, eu continuo trabalhando porque não tenho outra coisa para fazer. Ficar parado, não quero, e também, eu tenho direitos adquiridos, jogar tudo pelo alto, não dá, por isso vou tentando assegurar meus direitos.<sup>154</sup>

Quanto à organização do ambiente da fábrica, antes a situação era de desorganização e “sujeira”. Por isso, uma das primeiras medidas tomadas pelos trabalhadores após a recuperação foi reorganizar o espaço de trabalho, realizando tarefas de organização, limpeza, manutenção, pintando as paredes e o chão. No setor de ferramentaria mudaram toda a organização das máquinas. Nesse sentido, Gustavo relata algumas melhorias no interior da fábrica recuperada,

Deixaram o espaço um pouquinho mais apresentável. Hoje estão pintados o chão e as paredes. Agora está melhor a disposição das máquinas. Depois da

---

<sup>152</sup> Henrique Rafael. Joinville, 25 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>153</sup> Ana Lorena. Joinville, 24 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>154</sup> Gustavo. Joinville, 25 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.



ocupação a fábrica melhorou em alguns aspectos. As coisas ficaram mais claras, houve melhorias físicas, houve abertura para o trabalhador participar mais. Criaram-se, mais espaços. Agora temos dentistas, terapeuta, cabeleireiro, a imprensa. Isto ajudou a aumentar o faturamento. A gente aumentou bastante o faturamento da empresa. Hoje também existe outra perspectiva. Antes estava ali tudo jogado, não havia esperança. Depois mudou bastante a organização. No começo o trabalhador falava que eles podiam fazer tudo o que queriam, achavam que podiam tudo, mas depois vimos que não é assim, temos que obedecer a hierarquia da empresa, temos uma administração e uma organização melhor. Senão fica uma bagunça.<sup>155</sup>

Além disso, o lixo do setor de cromagem, material tóxico e nocivo para a saúde, era disposto de maneira pouco cuidadosa durante a gestão anterior. Assim, organizou-se uma retirada de lixo pela empresa Eletrofor-Reciclagem Ltda., localizada em Curitiba, responsável por reciclar grande parte deste material e o encaminhar para reaproveitamento industrial num processo que evita danos ao meio ambiente. Na atualidade, todo o resíduo gerado é colocado em bombonas que a empresa Flaskô fornece para a Cipla.

O CAU teve que fortalecer o vínculo comercial com clientes e fornecedores e, para levar adiante estes vínculos precisou superar os desafios de reconquista do espaço e legitimidade no mercado. Aos poucos veio novamente a confiança e eles foram adquirindo a possibilidade de fazer os pagamentos parcelados. Para Pedro Rodrigo, supervisor do setor de ferramentaria desde 1977, *“Hoje está melhor o relacionamento entre as pessoas. Hoje temos maiores facilidades para trabalhar, e os fornecedores têm confiança. Antes tínhamos que esperar pela falta de pagamentos, as máquinas ficavam paradas porque não tinha condições de arrumar”*.<sup>156</sup>

As articulações políticas externas à mobilização social e à negociação das dívidas contribuíram decisivamente para reconquista do mercado. Dessa forma, a fábrica conquista, no dia 27 de Junho de 2004, o certificado de qualidade ISO 9001:2000, (um documento válido até Junho de 2008, emitido pela SGS ICS, certificadora e pelo INMETRO). Esta certificação coloca a fábrica Cipla dentro dos padrões do sistema de qualidade internacional, o que representa uma vitória, pois abre novas portas para a comercialização, além de manter a confiança dos atuais clientes.<sup>157</sup>

---

<sup>155</sup> Pedro Rodrigo, Joinville, 21 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>156</sup> Pedro Rodrigo, Joinville, 21 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>157</sup> A ressaltar que a Interfibra também conseguiu o mesmo certificado. Ambas tinham o certificado, mas perderam devido à gestão anterior dos irmãos Batschauer.

Os trabalhadores conquistam o selo de qualidade e durante a Feira Internacional da Construção (FEICON)<sup>158</sup>, realizada em março de 2005, na cidade de São Paulo, reafirmam a marca no mercado, lançando novos produtos e fazendo novos contatos comerciais. A Cipla participa da FEICON há sete anos e só se fez presente nessa edição do evento por meio dos bons resultados e do esforço e desempenho da administração dos trabalhadores.<sup>159</sup>

Quanto ao faturamento da Cipla, este aumentou de 900 mil reais, em novembro de 2002, para 2 milhões 721 mil 836 reais<sup>160</sup>, no final de 2005. O setor de cromagem foi o que mais cresceu. Em menos de dois anos, chegou a ter um aumento de 600%, passando, de uma produção de 30.000 peças para 180.000.<sup>161</sup>

A geração de renda da fábrica se destina: em primeiro lugar, para o pagamento dos salários dos trabalhadores e em segundo lugar, para os fornecedores. Por último, fica o pagamento do impostos e dívidas com o governo. O FGTS dos trabalhadores não está sendo recolhido pela empresa, aumentando, dessa forma, a dívida acumulada, que no final de 2006 alcança R\$600 milhões.

### **3.2 Apoios e parcerias das fábricas recuperadas**

Para levar adiante o processo de recuperação das fábricas Cipla e Interfibra, desde o dia 10 de Novembro de 2002, foi fundamental o estabelecimento de relações de solidariedade, tanto no interior da fábrica quanto fora dela. O CAU fez vários pedidos para estabelecer acordos com as diferentes esferas governamentais, reivindicando a estatização da fábrica. A coordenação buscou apoio, tanto econômico quanto político, de outras entidades e de organizações sociais e religiosas, a fim de finalizar as ações judiciais e penhoras do parque fabril.

Um primeiro pedido de apoio externo foi feito logo no final do mês de janeiro de 2003, ao governador Luiz Henrique da Silveira de Santa Catarina. Carlos Castro, neste momento presidente da Comissão de Transição, vai junto com outros representantes da Cipla/Interfibra reunir-se em Florianópolis com o governador. Além da estatização, solicita recursos de capital para realizar o pagamento dos salários atrasados dos trabalhadores e negociar o pagamento das

---

<sup>158</sup> A FEICON é considerada a maior feira do setor de América Latina e a quarta no mundo, reunindo um público de 168 mil pessoas entre 8 e 12 de março.

<sup>159</sup> Jornal dos trabalhadores da Cipla/Interfibra, 8 de Abril de 2005.

<sup>160</sup> Jornal Já, Joinville, dezembro de 2005. p.4. Renan Antunes de Oliveira.

<sup>161</sup> A fábrica é a principal fornecedora da indústria automobilística Mercedes Benz.

dívidas acumuladas.<sup>162</sup> Como 80% da dívida acumulada (cerca de R\$480 milhões) era com os governos estaduais e municipais, no dia 5 de fevereiro de 2003, uma comitiva da Cipla/Interfibra marca um encontro, em Brasília, com o Ministro do Trabalho, Jacques Wagner. Nesse dia os trabalhadores são acompanhados da senadora Ideli Salvatti e do deputado federal Carlito Merss. Os representantes pedem a estatização da fábrica como medida para manter os postos de trabalho e como solução para que o governo possa receber o dinheiro correspondente às dívidas acumuladas pelos antigos donos. Mas o Ministro Wagner descarta a possibilidade do governo federal assumir a empresa, pois esta não era uma prioridade do governo de Luis Inácio da Silva. No entanto o Ministro se compromete em buscar uma solução para manter a continuidade das atividades das fábricas. Como condição solicita uma avaliação econômica das empresas para encontrar a forma de recuperá-las.<sup>163</sup> Além disso, o grupo de representantes aproveita a ocasião para conversar com o secretário do Ministério da Previdência Social, Álvaro Sólton de França, para conseguir uma trégua na execução fiscal e previdenciária contra as fábricas Cipla/Interfibra.

Os meses passam e a coordenação da fábrica não obteve resposta favorável à estatização. Para superar esse desafio e com a intenção de realizar uma maior pressão sobre o governo, no dia 11 de junho de 2003 os trabalhadores da Cipla e Interfibra, junto com outros movimentos sociais, organizam uma primeira marcha à Brasília. O objetivo da caravana era conseguir uma reunião com o Presidente da República, para pressioná-lo para que cumprisse a sua promessa de estatização, feita no comício em Florianópolis, no ano de 2002. Para realizar a viagem para Brasília o CAU obtém apoio econômico da Comunidade de Joinville, da Sociedade de Moradores, da Assembléia Legislativa, do governo Estadual e da Prefeitura, até de algumas Igrejas da cidade. Dessa forma, quando 350 trabalhadores chegam à porta do Palácio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abre um espaço em sua agenda oficial para atender uma comitiva de dez pessoas<sup>164</sup>. Durante a audiência com o presidente, no Palácio da Alvorada, os representantes reafirmam novamente o pedido de estatização, para que dessa forma o governo assumisse para si grande parte das dívidas, passando a empresa às mãos de Estado, com o objetivo de preservar todos os postos de trabalho. Neste dia os representantes entregam uma carta assinada por 70.000 pessoas em apoio aos trabalhadores das fábricas. De imediato, o

---

<sup>162</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 31 de Janeiro de 2003.

<sup>163</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 05 de Fevereiro de 2003.

<sup>164</sup> Formada por Onélia Marcelino de Oliveira (Trabalhadora da Cipla), Maureci Gonzaga Correa, Rogério Moreira de Lima, Evandro Pinto (Representante da Interfibra), Carlos Castro (Coordenador de Comunicações), Serge Goulart (Coordenador da Comissão de Fábrica), Carlos Alberto Silva Betinho (Gerente da Cipla), Francisco Lessa (Advogado), Adilson Mariano (Vereador), Carlito Merss (Deputado Federal) e Antonio Helio Pereira (Coordenador Imprensa da Cipla)

presidente descarta a possibilidade de estatização, mas se compromete a "*fazer tudo o que fosse possível*" para salvar os empregos. Como ação concreta, resulta a criação de um grupo de trabalho integrado por representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Estado de Santa Catarina (BADESC) e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), com um membro dos Ministérios do Trabalho, da Fazenda, Previdência e Indústria e cinco funcionários das empresas Cipla e Interfibra.<sup>165</sup> Este grupo tem como objetivo realizar um levantamento minucioso da condição econômica e jurídica da empresa, com o intuito de encontrar uma alternativa para as dificuldades da fábrica.

Após um mês, os estudos correspondentes foram realizados e o grupo de trabalho confirma a viabilidade das fábricas, estabelecendo uma proposta para o governo assumir as empresas. Deste modo, o relatório do grupo conclui,

Nossa sugestão é que, por decisão do governo federal e do governo estadual, seus créditos sejam transformados em ações, que seriam postas como capitalização pelo BNDES e por um dos agentes de desenvolvimento estadual, BRDE ou BADESC. A transformação deste passivo em ações permitiria ter um valor das ações equivalente ao que seria apurado nos leilões de bens e viabilizaria estas empresas mantendo os 1000 empregos.<sup>166</sup>

Porém, mesmo com a confirmação da viabilidade econômica das fábricas, no dia 11 de Julho de 2003, Sônia Krupta, secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Economia Solidária, reafirma que não existe a possibilidade do governo federal estatizar as indústrias Cipla e Interfibra. Em contrapartida propõe como solução a formação de uma cooperativa de produção, a exemplo de outras experiências de fábricas falidas ou processo pré-falimentar.<sup>167</sup> Por meio deste encaminhamento percebemos a adversidade do contexto em que esta proposta se situa. A proposta de cooperativa foi levada aos trabalhadores, mais eles não têm compreensão unificada sobre a formação de uma cooperativa. Eles não têm certeza se, sob a cooperativa, irão ser mantidos os postos de trabalho e se irão receber os seus direitos anteriores. Sabem que a escolha pela cooperativa implicaria em assumir as dívidas acumuladas pelos antigos donos, das quais os trabalhadores têm dúvidas se eles são responsáveis. Nesse sentido, Vitor, trabalhador da Cipla, relata,

---

<sup>165</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 12 de Junho de 2003.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Idem.

A gente assumiu a empresa, mas não as dívidas. O maior responsável desta crise toda, além do patrão, é o governo, porque ele não fiscalizou e deixou correr as dívidas. Não existe forma de pagar as dívidas acumuladas. O governo diz que a proposta de estatização está fora do cardápio. O governo diz que não tem condição de estatizar, mas também não dá outra saída. Para que o governo possa receber o dinheiro e garantir os empregos tem que estatizar. A gente quer poder garantir todos os postos de trabalho dentro da fábrica e com cumprimento dos direitos trabalhistas.<sup>168</sup>

João começou na Cipla como operador de máquina no setor de rotomoldagem há 13 anos, e na atualidade é coordenador do transporte. Segundo ele,

O mais importante dentro da empresa é a gente estar conseguindo manter os postos de trabalho e assim a gente consegue sustentar mais uma família. Essa é a dinâmica: se um trabalhador decide sair coloca-se outro no lugar dele. A gente recebe proposta de formar uma cooperativa, mas a gente sabe que as principais características dela são o enxugamento das máquinas e a demissão de funcionários. A gente não aceita isso de forma nenhuma, vamos todos para cima ou vamos todos para baixo. Estamos com essa linha de pensamento.<sup>169</sup>

Entretanto, as fábricas continuam funcionando e mantendo os empregos, ampliando a sua luta política com outras entidades sociais e enfrentando as dificuldades que se apresentam. Embora persistam as negociações para realizar acordos com os representantes Ministérios da Fazenda e da Previdência, aceleraram-se os leilões das máquinas e dos terrenos das indústrias para pagamento das dívidas tributárias acumuladas. Em 9 de dezembro de 2003, por exemplo, foram colocados em leilões 14 lotes de máquinas das empresas Cipla/Interfibra. Para enfrentar esta situação, por decisão aprovada no CAU, foi organizada uma passeata pelas ruas da cidade de Joinville, reivindicando-se o final dos leilões previstos para esse mesmo dia e os dias seguintes. Foi também solicitada ao governo uma solução. Nesse dia, os trabalhadores saíram da fábrica em direção à câmara de vereadores, seguindo até à justiça Federal e Estadual e finalizando a manifestação na Praça da Bandeira. Foi também distribuído um comunicado à sociedade, esclarecendo que no caso das máquinas serem vendidos, mil trabalhadores ficariam sem emprego.<sup>170</sup>

Frente aos leilões de máquinas, penhora de contas bancárias, execuções do INSS e da Fazenda Federal, no dia 5 de Maio de 2004 os representantes de todas as fábricas recuperadas que

---

<sup>168</sup> Vitor. Joinville, 26 de agosto de 2006. Entrevista concedida para María Alejandra Paulucci.

<sup>169</sup> João. Joinville, 26 Agosto de 2006. Entrevista concedida para María Alejandra Paulucci.

<sup>170</sup> Jornal A Notícia, 10 de Dezembro de 2003.

foram se incorporando ao movimento pela estatização<sup>171</sup> estiveram reunidos com o então Ministro de Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, em Brasília. Entre as reivindicações estava o levantamento das ameaças de prisão de dirigentes e advogados dos trabalhadores da Cipla. Nessa ocasião, Berzoini se compromete a encaminhar via BNDES um plano de viabilização econômica e reestruturação societária das empresas. Além disso, tenta dialogar com representantes do Tribunal Superior do Trabalho sobre a penhora das contas bancária, buscando encontrar um meio para realizar o pagamento das dívidas deixadas pelos proprietários.<sup>172</sup> Todavia, tudo não passou de promessas. O CAU decide realizar no dia 21 de Junho de 2004 uma segunda caravana para Brasília, saindo da cidade de Joinville. Em Brasília, os representantes das empresas Cipla/Interfibra são recebidos em audiência, pelo Ministro da Secretaria Geral da Presidência Luiz Dulci. Além de reivindicar a estatização das fábricas, pressionam para realizar um acordo com os Ministérios de Trabalho e Fazenda com a finalidade de pagar as dívidas acumuladas pela antiga gestão e finalizar com os leilões.<sup>173</sup> Diante dessa situação, Ana Lorena, trabalhadora da Cipla desde 1991 no setor de injeção diz,

O que dói é saber que a gente não tem respaldo dessas autoridades, nem do governo de Estado, nem governo de município nem federal. Onde estão eles que não nos ajudam? Deve-se dinheiro para eles, mas, se o governo não quer estatizar, como ele mesmo diz, não está no cardápio, então que invista, que ajude, que empreste dinheiro. Estou bem revoltada com a política, a gente vê muita mentira. Já foi feito um levantamento, já se sabe que a empresa é viável. Porque o governo não faz algo para ajudar nos? Nós temos que colocar gente nossa no governo, tipo o Mariano, para ajudar nós.<sup>174</sup>

De fato, muito embora tenha existido pressão pública e os representantes tenham tentado dialogar com representantes do governo, as dificuldades aumentaram.

No dia 6 de Outubro de 2004 houve uma tentativa de retirada de uma máquina vital, uma furadeira radial<sup>175</sup> da fábrica Cipla, usada na fabricação de moldes para peças plásticas para a Mercedes Benz<sup>176</sup>, que havia sido penhorada e levada a leilão para quitar os débitos com o INSS. Para impedir que a máquina fosse retirada, os trabalhadores paralisaram a produção e realizaram

<sup>171</sup> Serge Goulart, Carlos Castro e João Martins – Cipla/Interfibra, vereador Adilson Mariano (PT), Stefan Mantu –Flaskô, Misa Boito – Flakepet.

<sup>172</sup> Jornal dos Trabalhadores da Cipla/Interfibra, Chão de Fábrica. Joinville, 24 de Maio de 2004.

<sup>173</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 23 de Junho de 2004.

<sup>174</sup> Ana Lorena. Joinville, 23 de agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>175</sup> As máquinas são vendidas nos leilões a preços muito desvalorizados, o valor da máquina é de \$150 mil e foi arrematado por \$40 mil.

<sup>176</sup> A multinacional automobilística Mercedes Benz é o principal cliente da Cipla, responde por 70% do faturamento, responsável pela fabricação e manutenção dos moldes de ferramentaria. A ordem de retirada foi estipulada pelo juiz federal Leonardo Castanho Mendes.

uma manifestação de duas horas frente à porta da empresa para bloquear a passagem dos policiais militares. A retirada foi suspensa graças à interferência do governador Luiz Henrique da Silveira, e mediante telefonemas para responsáveis dos governos estadual e federal.<sup>177</sup> Esta conquista foi momentânea, pois após alguns dias os trabalhadores foram obrigados a entregar a furadeira. Como forma de repúdio frente a este acontecimento, o CAU organizou um protesto na cidade, que ocorreu no dia 25 de Novembro.<sup>178</sup>

De maneira semelhante, durante o mês de março de 2005, novamente apresentam-se dificuldades para a continuação do funcionamento da fábrica devido às cobranças de ações da Justiça federal referente às dívidas do INSS e da Fazenda. O juiz da Vara de Execução Fiscal de Joinville, Leonardo Castanho Mendes, devido à dívida de 7 milhões com a Previdência Social, promulgou um mandato de penhora de 15% do faturamento mensal das empresas Cipla/Interfibra. Não obstante, por deliberação em assembléia geral a determinação não foi cumprida, uma vez que o pagamento deste percentual de 15% inviabilizaria o pagamento dos salários dos trabalhadores. Sérgio Gomez, como responsável e administrador da Cipla/Interfibra, sofre pessoalmente ameaça de prisão e foi procurado por oficiais de justiça, pela falta de pagamento estipulado pelo Ministério.<sup>179</sup> Para enfrentar esta situação, em 1 de abril de 2005, a Comissão de Fábrica organizou uma manifestação na praça da Bandeira, no centro da cidade de Joinville. Dentre os manifestantes encontravam-se trabalhadores da Cipla e familiares, e representantes do MST.<sup>180</sup> A mobilização alcançou um resultado positivo, sendo que o Tribunal Regional Federal de 4<sup>ta</sup> região em Porto Alegre acatou o recurso apresentado pelas fábricas Cipla/Interfibra e suspendeu, momentaneamente, a penhora de 15% do faturamento.<sup>181</sup>

No entanto, os problemas continuavam, de modo que em Junho de 2005, os Ministérios de Fazenda e Previdência colocaram em leilão todo o parque fabril das empresas Cipla/Interfibra. Diante dessa situação alguns vereadores de Joinville decidem entrar em contacto com a Justiça Federal, Receita federal, Procuradoria da Fazenda e gerencia do INSS, além de agendar uma participação no Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília. Além deste apoio, as fábricas receberam a solidariedade da Igreja Católica, através do padre da Paróquia Cristo Ressuscitado de Joinville e coordenador diocesano de pastoral, Dulcio Antonio de Araújo.<sup>182</sup>

---

<sup>177</sup> Diário Catarinense, 6 de Outubro de 2004. p.20., Jornal A Notícia, Joinville, 6 de Outubro de 2004. p.6.

<sup>178</sup> Diário Catarinense, 31 de Novembro de 2004.

<sup>179</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 8 de Abril de 2005. p. 2. Jornal de Trabalhadores da Cipla/Interfibra, Chão de Fábrica. 8 de Abril de 2005.

<sup>180</sup> Jornal Gazeta de Joinville, 7 a 10 de Abril de 2005. p. 6.

<sup>181</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 9 de Abril de 2005.

<sup>182</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 2 de Julho de 2005.

Após tanta espera e promessas não cumpridas, no dia 13 de Julho de 2005 a fábrica Cipla fez a primeira negociação com o procurador geral da Fazenda Federal em Joinville, Marcio Florêncio. Deste modo, o acordo consiste em que as empresas depositem 1% do faturamento mensal nos cofres das procuradorias de INSS e Fazenda como forma pagamento das dívidas no longo prazo, e em troca seriam suspensas as penhoras, os leilões e as ameaças de prisão do coordenador Serge Goulart e de outros dirigentes.<sup>183</sup>

Em virtude disso, no dia 14 de Julho de 2005 organiza-se uma manifestação na praça da bandeira, para comemorar o acordo em defesa do emprego e do parque fabril, após tantas ações judiciais da Previdência Social e Fazenda em ameaça aos trabalhadores. Participaram da manifestação representantes da CUT, do centro de Direitos Humanos, da Câmara Municipal de Joinville e São José, além de diversas associações de moradores, e servidores municipais de Florianópolis.<sup>184</sup>

No entanto, após dois meses da negociação com o INSS, este se nega a cumprir o acordo e volta a cobrar o pagamento da dívida. Por conseguinte, os leilões continuaram afetando o funcionamento da fábrica Cipla/Interfibra, e no mês de Setembro de 2005, uma extrusora da empresa Interfibra e a subestação responsável pela energia da Cipla foram arrematadas.

Para superar o desafio das retiradas de máquinas, em maio de 2006 os coordenadores das fábricas Cipla/Interfibra se reuniram novamente com o Ministro do Trabalho Luiz Marinho, que os encaminhou ao secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas. O secretário atendeu Carlos Castro, Viviam Fischer, da Secretaria da Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, representando o governo do Estado (SC), e Adilson Mariano. Todavia, eles foram embora sem nenhuma solução.

Novamente, frente ao não cumprimento do acordo com os Ministérios, no dia 16 de Julho é realizada a 3º caravana para Brasília. Nessa ocasião é proposto levar uma máquina para deixá-la na porta do Palácio do Itamaraty, em Brasília, como forma simbólica de protesto. Esta caravana tem outro objetivo: exigir que o presidente Lula receba uma delegação para discutir a carta elaborada pela comissão de técnicos de BNDES/BRDE/BADESC realizada em 2003, a qual sugere a estatização das empresas.<sup>185</sup> Além disso, os trabalhadores denunciam os pedidos de prisão dos dirigentes. Nessa oportunidade o movimento de fábricas recuperadas foi ganhando

---

<sup>183</sup> Jornal, A Notícia, Joinville, 14 de Julho de 2005.

<sup>184</sup> Jornal dos trabalhadores da Cipla/Interfibra, Chão de Fábrica. 20 de Julho de 2005.

<sup>185</sup> A carta do grupo de trabalho conclui que as fábricas são viáveis e as dívidas com os governos devem ser convertidas em ações públicas.



apoio e adeptos a sua luta, acompanhada por ferroviários, metalúrgicos, vidreiros, petroleiros, químicos e plásticos. Também participam da caravana militantes do Movimento Negro Socialista (MNS), exigindo a retirada do projeto “Estatuto da Igualdade Racial” e o PL das Cotas. Além dos pedidos da Cipla e Interfibra, trabalhadores da Varig, da Vale do Rio Doce, e de ferrovias também clamam pela estatização. Serge Goulart no discurso do dia 16 de Julho na caravana em Brasília frente ao palácio diz,

O governo dos trabalhadores tem que governar para o conjunto da classe trabalhadora por isso é necessário que os trabalhadores do campo e da cidade venham até o presidente. Ele tem que atender suas reivindicações e não atender apenas os interesses da burguesia. É por isso que nós estamos aqui operários das fábricas ocupadas: Cipla, Interfibra, Flaskô, Flakepet, Sulfabril e nós dirigimos ao governo que nós elegemos, esperançados de que ele efetivamente atenda nossas reivindicações. Dizemos que para ter o voto da classe trabalhadora é preciso atender a classe trabalhadora e este é nosso combate.

Estamos trazendo uma máquina, uma daquelas tantas que o próprio governo federal tentou retirar. As fábricas vão fechar e acabar e isso não é possível. Isso não é admissível, e é por isso que nós trabalhadores do campo e cidade estamos aqui, servidores públicos, a trabalhadores das mais diferentes categorias envolvidos no mesmo objetivo de sensibilizar este governo que foi eleito pela classe trabalhadora para que ele, efetivamente, atenda as reivindicações da classe trabalhadora.<sup>186</sup>

Após uma longa espera em frente ao Palácio do Planalto, uma comitiva de representantes da Cipla/Interfibra, Flaskô, Flakepet e do Movimento Socialista foi recebida pelo assessor do gabinete da Presidência da República, Delcimar Martins.

A luta política que no início do processo de recuperação foi composta pela Cipla/Interfibra, incorpora outras fábricas, formando um movimento de luta mais amplo que abrange o campo, a cidade, a nação e o nível internacional. Nesse sentido, a luta política vai além da estatização das fábricas e contém interesses políticos e perspectivas ideológicas que em parte ajudam e em parte prejudicam o desenvolvimento produtivo das fábricas. Ajudam porque a luta pela estatização continua presente, no entanto, o governo descartou essa possibilidade em várias ocasiões, mostrando-se contrário aos interesses políticos do movimento. Por enquanto, para poder continuar funcionando as fábricas Cipla/Interfibra estão depositando 1% correspondente às dívidas com INSS e Fazenda para que assim sejam suspensa as ações judiciais. Segundo Rafael, operário da Cipla desde 1990 no setor de Sopro, “*A gente recebe com ânimo o movimento da*

---

<sup>186</sup> Gravação realizada por Maria Alejandra Paulucci.

*proposta de estatização, mas se vai dar resultado ou não, não sabemos. Estamos lutando para isso. Não depende de nós, depende do governo”.*<sup>187</sup>

Contudo, a continuação do funcionamento da fábrica não depende só do governo, sendo um movimento que abrange um projeto político e ideológico que busca conscientizar ao trabalhador na luta, tomando como referência elementos da IV internacional.<sup>188</sup> Por isso, além dos pedidos e negociações com as diferentes entidades governamentais, o movimento de fábricas recuperadas ao longo de todos os anos de luta buscou articulação com outras entidades sociais e políticas, regionais, nacionais e internacionais para ampliar o movimento.

No espaço nacional, o movimento contou com o apoio e a presença da Associação de Moradores de Joinville, algumas Igrejas da cidade e o MST na maioria das manifestações e caravanas. Internacionalmente, possuem apoio direto, tanto político quanto econômico, do governo venezuelano.<sup>189</sup> Deste modo, a coordenação da fábrica Cipla/Interfibra toma como referência e exemplo as políticas adotadas pelo governo do presidente Hugo Chávez na Venezuela, de expropriação de fábricas sob o controle operário. A parceria entre as fábricas Cipla/Interfibra e o governo Venezuelano vai além do nível político. Na verdade, a partir de Setembro 2005, iniciou-se um importante acordo econômico.<sup>190</sup> Em função disso, o cônsul da Venezuela no Brasil, Jorge Luis Durant, visitou a unidade da fábrica Interfibra para avaliar a possibilidade da Venezuela começar a importar os tubos para Petróleos da Venezuela S.A.<sup>191</sup> Para isso, nos dias 10 e 11 Novembro de 2005 a estatal venezuelana recebeu representantes da Cipla/Interfibra para acertar que tipos de produtos seriam vendidos a partir do ano de 2006. Logo depois, durante o primeiro encontro Latino Americano de fábricas sob o controle dos trabalhadores<sup>192</sup>, em Outubro de 2005, em Caracas, Venezuela, os representantes da Cipla e do governo venezuelano fecharam outro acordo econômico estratégico. Por um lado, a petroquímica estatal Pequiven fornece matéria-prima à empresa Cipla, necessária para a produção dos produtos

---

<sup>187</sup> Rafael. Joinville, 25 de Agosto de 2006. Entrevista concedida a María Alejandra Paulucci.

<sup>188</sup> Segundo Posadas, no sistema capitalista é preciso lutar para substituir o regime de exploração por uma sociedade baseada na estatização dos meios de produção e que permita o progresso social. (...) É preciso construir e desenvolver os estados operários. O estado operário é o instrumento para construir uma sociedade que provém do sistema capitalista. Elevar a vida e a cultura política da classe operária para que esta possa opinar e participar em assembléias. Levar uma vida política intensa, de reuniões, assembléias, comícios, nos quais todas as massas intervenham. Todas as fábricas devem ter a oportunidade de intervir e discutir todos os acontecimentos. Fazer reuniões no horário de trabalho: parar as máquinas e discutir, e depois recuperar o tempo não trabalhando. O que determina é a preparação política da classe, do contrário se forma uma nova equipe de burocratas, que se afasta do resto da população e pensa isoladamente.

<sup>189</sup> Segundo Posadas “*o desenvolvimento político revolucionário das massas do mundo, a estrutura social e política dos Estados operários, dependem da unidade mundial das lutas revolucionárias, do nível já alcançado pela revolução mundial*”.

<sup>190</sup> Diário Catarinense, 29 de Setembro de 2004.

<sup>191</sup> A Petrouiven é a quinta maior produtora mundial de petróleo, extraindo 3,1 milhões de barris por dia.

<sup>192</sup> Participaram o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas, da Argentina, o Movimento de Empresas Auto-gestionárias, do PIT-CNT, do Uruguai, as empresas estatizadas da Venezuela, a Venepal, Kadafê, a CNV. Além da UNT, a central sindical venezuelana.

da linha de materiais de construção: polietileno e polipropileno.<sup>193</sup> Por outro lado, em troca das matérias primas a fábrica Cipla transfere tecnologia e assessoria técnica para a instalação de uma empresa estatal de construção de casas em PVC, na Venezuela. Portanto, os técnicos da fábrica Cipla são os responsáveis pela escolha e indicação das máquinas e equipamentos para a empresa estatal.<sup>194</sup> O projeto do governo Venezuelano consiste em um investimento de R\$50 milhões para produzir 15 mil unidades de habitações por ano, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional que sofre a população venezuelana. A empresa começou a produzir em Setembro de 2006, e outros quatro serão construídos em um prazo de dois anos.

Desta maneira, entendemos que as fábricas Cipla/Interfibra não se constituem somente como uma unidade produtiva, transformando-se em um espaço político e social, que abrange diferentes forças sociais. A experiência histórica destas fábricas é dificultada pelas ações do governo, que utiliza todos os seus recursos e instrumentos para frear, desviar e afastar o processo de recuperação. Nesse sentido, a coordenação age de forma solidária com as lutas dos trabalhadores contra a exploração nacional ou internacional, estimulando e ajudando na discussão dos projetos novos levados adiante por trabalhadores de outras empresas em processo falimentar. Deste modo, a coordenação da fábrica busca o relacionamento com outros movimentos sociais, a fim de estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores e, ainda, auxiliar outros empreendimentos na conquista dos meios de produção. Nesse sentido, para ganhar força em sua luta e compartilhar experiências com outras entidades sociais, a Comissão de Fábricas recuperadas organizou vários encontros, conferências e palestras com apoio de outras organizações ao longo de toda a sua luta.<sup>195</sup>

Deste modo, a coordenação das fábricas Cipla/Interfibra e Flaskô, Flakepet, junto com o Movimento de Trabalhadores Sem Terra e Centro de Direitos Humanos de Joinville, realizam a cada ano, a denominada Conferência Nacional em Defesa do Emprego, Terra e Parque Fabril, com o principal objetivo de difundir e aprofundar a proposta de estatização das empresas.

A primeira Conferência foi realizada entre os dias 3 a 5 de outubro de 2003, em Joinville (SC).<sup>196</sup> A segunda foi no ano seguinte, entre os dias 24 e 25 de Junho de 2004, na sede da CUT

---

<sup>193</sup> Ambas conformam 70% da matéria prima usada na empresa, reciclando-se quase 99% da matéria prima. No mercado brasileiro só é vendida por uma empresa multinacional e a preços extremamente caros. A matéria prima recebida entre os meses de janeiro e março de 2006 já permitiu um aumento de 40% para 50% a capacidade da produção da Cipla.

<sup>194</sup> Jornal Diário Catarinense, 25 de Junho de 2006.

<sup>195</sup> Gustavo, trabalhador no setor de ferramentaria como torneiro mecânico de fábrica Cipla desde 2001, diz “*Aqui dentro se tornou um lugar onde as pessoas se reúnem, se organizam palestras sobre política, é lugar de encontro da Juventude Revolucionária*”. Joinville, 28 de agosto de 2006. Entrevista concedida a Maria Alejandra Paulucci.

<sup>196</sup> Jornal A Notícia, Joinville, 6 de Outubro de 2003.

Nacional (SP). Nesta última conferência o tema central foi a organização, mobilização e a luta pela garantia de todos os empregos das fábricas recuperadas. Participaram do evento 120 trabalhadores do campo e da cidade, estudantes e sindicalistas, para debater as reivindicações dos trabalhadores frente à conjuntura nacional de desemprego, de quebras do parque fabril, de flexibilização de direitos e da ausência da reforma agrária. Finalmente, a terceira conferência realizou-se entre os dias 16 e 18 de dezembro de 2005 na fábrica em Joinville. Nessa ocasião participaram cerca de 350 pessoas entre delegações de 5 países<sup>197</sup> e representantes de treze Estados. Durante os três dias ocorreram plenárias e grupos de trabalho sobre a luta do movimento operário e juventude do campo, a defesa das fábricas recuperadas, com relatos de delegações internacionais, a re-estatização das ferrovias, a reforma agrária e a articulação das fábricas.

No cenário internacional a Comissão de Fábrica participou de dois encontros muito importantes para o processo de expansão de sua luta. Em 17 a 20 de Março de 2005, representantes da Cipla e da Interfibra<sup>198</sup> viajaram para Madrid, a fim de participar da Conferência Mundial Aberta, organizada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores. Foi apresentada na conferência a proposta de uma campanha internacional pela estatização das fábricas recuperadas, aproveitando a presença de trabalhadores, sindicalistas e militantes de todo o mundo, que confirmaram a importância da luta mundial da classe trabalhadora, como também a defesa das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Durante a Assembléia Nacional de Trabalhadores para a Recuperação de Empresas, realizado nesta ocasião na cidade de Caracas, Venezuela, em Outubro de 2005, o tema do controle operário (“co-gestão”) tornou-se um assunto recorrente. O principal objetivo desta reunião, convocada pela União Nacional de Trabalhadores (UNT), foi reunir operários com experiência na ocupação de indústrias, formas de controle e gestão dos trabalhadores, buscando intercambiar experiências e conhecimentos entre representantes operários e ativistas sindicais dos diferentes países.

O apoio internacional foi ampliando-se, de modo que a Comissão de Fábricas Recuperadas convoca, juntamente com a central sindical uruguaia (PIT-CNT), o Movimento de Empresas Recuperadas da Argentina (MNER) e a Frente Revolucionária de Empresas Recuperadas em Co-gestão e Ocupadas da Venezuela (FRETECO), o Iº Encontro Pan-Americano

---

<sup>197</sup> Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e Venezuela.

<sup>198</sup> Serge Goulart, Marlene Oliveira, Valmir Bitencourt e Domingos de Rosa (Trabalhador da Interfibra há 15 anos, hoje faz parte da comissão de fábrica).

em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril, entre os dias 08 e 10 de dezembro de 2006, na Cipla em Joinville.

Neste contexto, o desenvolvimento de negociações, de acordos, de protestos, de parcerias e de divulgação do processo de recuperação de fábricas não ocorrem somente nos limites da empresa, entre os sujeitos capitalista e trabalhador, com as portas fechadas. Agora a luta amplia-se para fora da empresa, com a interação de outros atores sociais nacionais e internacionais, agindo e reclamando nas ruas, comunicando ao resto da sociedade o que está acontecendo em torno das empresas recuperadas pelos trabalhadores.

## Considerações finais

A proposta ao longo da dissertação foi realizar a análise sócio-histórica do processo de recuperação da fábrica Cipla, priorizando a perspectiva do desenvolvimento da luta política e das continuidades e rupturas do processo de trabalho e produção em relação à antiga gestão.

Com o desenrolar dos acontecimentos na fábrica Cipla identificamos a existência de duas racionalidades. De um lado a política, uma vez que a fábrica está sob direção de uma elite político-administrativa que reivindicava ao governo a estatização das fábricas recuperadas, uma proposta que aos poucos vai alcançando novos significados, sobretudo através de sua articulação com um projeto político mais amplo. Nesse sentido, no processo atual devemos compreender a consigna de “estatização” como uma reivindicação transitória e preparatória do proletariado para a expropriação completa da burguesia, o que pressupõe que não haja nenhum tipo de indenização. E de outro, a racionalidade econômica, manifestando-se por meio da continuação do funcionamento da fábrica como unidade produtiva, agora coordenada por uma nova organização administrativa sob o controle dos trabalhadores.

Nesse sentido, consideramos que existem no interior da empresa duas forças sociais com diferentes interesses. Por um lado, estão os coordenadores da comissão de fábrica interessados em obter reivindicações políticas e ampliar espaços políticos a fim de se engajarem na programação política internacional. Podemos observar na Cipla a existência de uma elite política-administrativa, que tem como figuras representativas Sergio Gómez e Esteban Carola, os quais ocupam uma posição fundamental no desenvolvimento da luta política da empresa. Eles estão envolvidos no processo de luta desde o início, participando, da organização dos trabalhadores para realizar a greve, e depois como administradores da empresa. A presença destes dois personagens representa, simultaneamente, uma alavanca e um risco para o desenvolvimento de todo o processo de luta. De fato, eles possuem o papel de alavancar a luta dos trabalhadores, pois por meio deles se consolidaram os laços externos dos trabalhadores da fábrica com os movimentos de fábricas recuperadas em geral. O risco se apresenta na permanência desta elite política-administrativa no poder, uma vez que detém a gestão, o controle do conjunto das tomadas de decisões estratégicas da organização, assim como mantém a hierarquização operada pela relação capital-trabalho e a diferenciação entre dirigente e dirigidos, em que os primeiros se apropriam do saber e tomam as decisões. Os dirigentes começam a converter-se em novos

patrões, iniciando-se uma cisão entre os seus interesses e os interesses dos trabalhadores. As decisões começam a serem tomadas em círculos fechados, dando início aos privilégios. Em outras palavras, a conservação, tanto no âmbito da estrutura organizacional como no processo de trabalho, das formas herdadas da antiga gestão constituem elementos de entrave ao desenvolvimento de uma luta consciente da classe trabalhadora.

A permanência dessa reprodução de formas instituídas pela antiga gestão, manifestadas pela continuidade das relações de dominação por meio da manutenção das hierarquias, da diferenciação nas remunerações, e da divisão técnica do trabalho, se apresentam como limitações as possibilidades de desenvolvimento de uma experiência emancipatória para a classe trabalhadora. Por outro lado, os trabalhadores da fábrica Cipla estão interessados em manter seu emprego, com a perspectiva de receber a totalidade de seu salário num só pagamento e poder receber seus direitos. A passagem da situação de empregados assalariados de empresa capitalista para a administração de um novo empreendimento próprio, por meio da recuperação da empresa em estado pré-falimentar foi a “opção” que lhes restava diante da falta de pagamento de seus salários e da possibilidade de perder seus empregos. O abandono e o desinteresse dos capitalistas colocam os trabalhadores frente a um desafio de tentar por eles mesmos salvar a unidade produtiva sem nenhum tipo de preparação prévia. A fábrica constitui-se como um espaço de trabalho, mas para muitos dos trabalhadores é como sua segunda casa, onde se desenvolvem relações sociais de solidariedade, amizade e companheirismo no dia-a-dia. Além disso, está a importância de sua participação para manter o funcionamento do parque fabril. Nesse sentido, em virtude do sucateamento da fábrica pelos antigos donos e do desgaste das máquinas, os trabalhadores afirmam que precisam adquirir máquinas mais novas para aumentar a produção. Defendem que a fábrica Cipla tem a possibilidade de produzir peças de alta qualidade, com alto nível tecnológico e com mercado para colocar os produtos, mas com o maquinário atual o aumento da produção se torna uma tarefa impossível.

Deste modo, vale ressaltar que no discurso dos trabalhadores aparecem os termos “a gente”, “nós”, como inclusivo, elucidando que de alguma maneira eles se sentem parte de todo o desenvolvimento da recuperação da fábrica e da luta política. Eles escolheram participar ativamente de todo o processo de luta, muitos deles ficaram nas ruas durante oito dias, lutando por uma empresa e um emprego que eles consideram como uma possibilidade para continuar mantendo sua própria subsistência. Por enquanto os trabalhadores se conformam com as

conquistas alcançadas: todos os postos de trabalho garantidos, a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, e o recebimento dos salários dentro do mês, apesar de ainda serem parcelados. No entanto o FGTS não está sendo recolhido pela nova administração. Além disso, alcançaram várias conquistas e benefícios, como plano de saúde e odontológico, efetivação de estagiários, seis meses de licença de maternidade, cabeleireiro, centro cultural. Ditas conquistas são divulgadas a fim de serem colocadas em prática nas outras empresas recuperadas. Sendo assim, podemos dizer que a experiência das fábricas recuperadas tem um forte sentido pedagógico, pois sendo um exemplo “bem sucedido”, evidencia para a classe trabalhadora o seu potencial de luta, mostrando à classe obreira organizada que ela pode assumir a gestão de uma empresa sem a necessidade da presença de um capitalista. Dessa forma, entendemos que esta iniciativa é importante e possível, apesar de todas as dificuldades que se vão apresentando desde o início da recuperação. Porém, por enquanto as negociações com as instâncias governamentais não estão resolvidas, e por isso, os trabalhadores não têm certeza do que será o seu futuro.

Os trabalhadores não estão interessados em construir um novo sistema social e político com perspectiva de transformação das relações sociais de produção capitalistas. No momento não colocam em questão a necessidade de desestruturação em relação à antiga gestão nos aspectos relacionados ao processo de trabalho. Nesse sentido, cabe ressaltar que, tendo a maioria dos trabalhadores da Cipla idade superior a 30 anos, eles tem uma forma de pensar e agir embasadas das práticas anteriormente instituídas pela antiga gestão. Muitos deles têm medo de falar e contradizer o que os integrantes da comissão de fábrica decidem, apresentando-se a dificuldade de superar a submissão e o apaziguamento geral dos trabalhadores.

Para que estas experiências se transformem em um instrumento de transformação social é necessário que desde o início de processo os trabalhadores que participam destas experiências tenham plena consciência de seus objetivos. O problema é que no momento em que eles realizam a greve, que logo culmina com a ocupação da fábrica, não existe a idéia de transformação da sociedade, como uma questão ideológica, senão que é uma saída defensiva frente a uma situação crítica. É importante reconhecer o caráter defensivo da luta que empreendem os trabalhadores em manter seu posto de trabalho e a própria sobrevivência, e também considerar os esforços realizados no sentido de garantir a continuidade da fábrica. Antes da recuperação, a preocupação central era realizar o seu trabalho e garantir sua própria existência e a de sua família. Porém, logo se encontram encarando um conflito e assumindo sua identidade de classe. Frente à necessidade



de criar uma organização que possa garantir não somente a produção, mas que também seja capaz de resistir às pressões dos distintos poderes do Estado (judicial e policial), os quais buscaram sufocar estas experiências por meio de diferentes ameaças e pressões. Assim as empresas transcendem a produção e se constituem, em alguns casos, como eixos de organização popular através da articulação das distintas formas de luta.

A fábrica Cipla se constitui como um fenômeno econômico, político e social particular que se apresenta como uma alternativa à unidade econômica produtiva, assim como também geradora de novas subjetividades e relações sociais no interior da empresa e fora dela. Dita experiência pode transformar-se num centro de formação e organização social para toda a classe trabalhadora, no seio do capitalismo e da sociedade burguesa, podendo cumprir um rol fundamental de aprendizado, formação e expansão das redes de organização obreira, fundamentando as bases culturais para uma nova sociedade. Esta experiência é produto do desenvolvimento de relações de degeneração do capital e que, por sua vez, engendra um processo de luta que se expande para outras entidades sociais nacionais e internacionais. De fato, a fábrica Cipla não se apresenta como um caso isolado, mas está inserida dentro de um movimento social e político, articulando-se com outras fábricas recuperadas do Brasil e outros países de América Latina, e também com outros movimentos sociais em luta, como o MST, que propõe um modelo de sociedade alternativo ao sistema capitalista.

## **Bibliografia sobre as fábricas recuperadas**

- BECCARIA, L. e López, N. (comps.) Sin Trabajo. Las características del desempleo y sus efectos en la sociedad Argentina. UNICEF, Losada, 1997.
- CARPINTERO, Enrique e HERNANDEZ, Mario (comps.) Produciendo realidad. Las empresas comunitarias. Buenos Aires: Topia, 2002.
- COSTA, Maria Ignacia, HAIMIVICI, Nora M. Recuperadores de trabalho, resistência aos processos de exclusão - extinção social. Plural, Publicação da Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Seção Sindical do Andes-Sindicato Nacional N°15 - Ano 12 - Outubro de 2006.
- GIRALDEZ VIEITEZ, Candido e DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado, cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- GODOY, Raúl. Crisis del neoliberalismo, movimientos sociales y alternativas en América Latina. Panel realizado en la Facultad de Ciencias Sociales UBA, Buenos Aires, 2002.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In.: Vietez, Cândido Giraldez. A empresa sem patrão. Marília: UNESP, 1997.
- HOLZZMAN, Lorena da Silva. Operários sem Patrões. Tese de Doutorado - FFLCH-USP. São Paulo, 1990.
- MARTINEZ, Oscar e VOCOS, Federico. Las empresas recuperadas por los trabajadores y el movimiento obrero. In: [www.iisg/labouragain/publications.htm](http://www.iisg/labouragain/publications.htm)
- MATTINI, Luis. Sujeto y trabajo. In: En Contrapoder. Argentina: Ediciones De mano en mano, 2001.
- PICCHETTI, Valentina. Fábricas tomadas, fábricas de esperanzas. Las experiencias de Zanón y Brukman. In: CARPINTERO, Enrique e HERNANDEZ, Mario (org.) Produciendo realidad. Las Empresas Comunitarias. Buenos Aires: Topia, 2002.
- PEIXOTO de ALBUQUERQUE, Paulo. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David. A outra Economia. São Paulo: Veraz, 2003.
- QUITÉRIO, Janaína. Fábrica quebrada...é fábrica estatizada. Livro-reportagem. 2004.

- REICH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SALLES, Vania. El trabajo, el no trabajo: un ejercicio teórico-analítico preliminar desde la sociología de la cultura. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (org.) Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 1999.
- SARDA DE FARIA, Mauricio. “...se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Florianópolis: UFSC, 1997.
- SARDÁ DE FARIA, Maurício. Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC, 2005.
- SCHARZER, Jorge. Agentes económicos y relaciones sociales hacia el 2000. In: Implantación de un modelo económico, la experiencia Argentina entre 1975 y 2000. Buenos Aires: Ed. A-Z, 1998.
- SINGER, Paul e DE SOUZA, André Ricardo (org.) A economia solidária no Brasil, A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Economia Contexto, 2003.
- STANCANELLI, Pablo. Apropiarse de la fuente de trabajo. In: Le Monde Diplomatique, año IV, número 38. Buenos Aires, 2002.
- TAUILE, José Ricardo, RODRIGUES, Huberlan, VILUTIS, Luana, SARDA DE FARIA, Maurício Referências conceituais para ações integradas: Cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou estado pré-falimentar. Relatório Final do projeto “Uma tipologia da economia solidária e autogestão”. Convenio MTE/ IPEA/ANPEC – 01/2003.
- TEDESCO, João Carlos. Economia Solidária e Reestruturação Produtiva. UPF, 2001.
- TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura de trabalho. In: Economia Solidária como resposta ao desemprego.
- VILAS, Carlos. Actores, sujetos, movimientos: ¿dónde quedaron las clases? In: NEUFELD, M. R., GRIMBERG, M., Tiscornia, S. e Wallace, S. (comps.). Antropología social y política. Hegemonía y Poder: el mundo en movimiento. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

## Bibliografia Geral

- ANTEAG. Como salvar o emprego. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio, 1995.
- ANTEAG. Reestruturação industrial e autogestão. Documentos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão. Maio, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5ª Edição. São Paulo: Editorial Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do trabalho. 7ª edição. Cortez Editora, 2000.
- ARRUDA, Marcos. Trabalho emancipado. In: CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- AUED MALVALZZI, Idaletto. Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador. Trabalho apresentado como Seminário no GT: “Trabalho e pensamento social no século XX, no Programa de pós-graduação em Sociologia da UNESP - Araraquara (SP), 2005”.
- AUED MALVALZZI, Idaletto. Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho. Trabalho apresentado como Seminário no GT: “Trabalho e pensamento social no século XX, no Programa de pós-graduação em Sociologia da UNESP - Araraquara (SP), 2004”.
- BIALAKOWSKY, Alberto, CAMPOS, Horacio, GRIMA, José Manuel, ROSENDO, Ernestina, BROKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha. A central de Joinville sua configuração atual e aspectos de seu processo de expansão entre 1950 e 2001. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2002.
- CARVALHO, Murilo Teixeira. Dados básicos de Joinville. Joinville: IPPUJ, 1996.
- CASTEL, Robert. La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del asalariado. Buenos Aires: Paidós, 1996.
- DA CUNHA RESENDE, Marco Flávio e OLIVEIRA GOMES, Jefferson. Competitividade e potencial de crescimento do cluster de moldes para a indústria do plástico em Joinville. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.
- DEMAZIÈRE, Didier. Ser desempregado para os sociólogos. Extraído do livro: Le chômage comment pet-on etre chomeur?. Paris: Berlin, 2003.

FICKER, Carlos. História de Joinville. Joinville: Ipiranga, 1965.

FIGARI, Claudia, JABBAZ, Marcela e LOZANO, Rubén. Estratégias empresariais de los 90' frente a la crisis y su impacto sobre el trabajo. In: MARTINEZ, Oscar e XIMENEZ, Daniel. Reconversión y movimiento obrero. Buenos Aires: CIPES, 1994.

FROM, Erich. Marx y su concepto del hombre. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

GIL, Antônio. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1994.

GORZ, A. Historia y Enajenación. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

GRAMSCI, Antonio. Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno. México: Juan Pablo Editor, 1995.

GRAMSCI, Antonio. El instrumento de trabajo. In: Antología Siglo XXI. Madrid, 1992.

GRAMSCI, Antonio. El Consejo de Fábrica. In: Antología Siglo XXI. Madrid, 1992.

HOLYOAKE, George Jacob. Os 28 tecelões de Rochdale. Porto Alegre: Unimed, 2000.

IÑIGO CARRERA, Nicolás. La estrategia de la clase obrera. 1936. Buenos Aires: Ediciones PIMSA-La Rosa Blindada, 2000.

DE OLIVEIRA ROCHA, Isa. Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações. Florianópolis 1997.

JACOB, Annie. La noción de trabajo, relato de una aventura sociológica-antropológica-histórica. Buenos Aires: PIETTE, 1995

JEAN-JACQUES, Marie. Trotsky e o Trotskismo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

KARL, Marx. Manuscritos econômicos - filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.

KARL, Marx. O capital. Livro I, II, III. Rio de Janeiro: Civilização, 1968.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo: Kairós, 1980.

LESSA, Sérgio. Mundo dos homens - trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução?. São Paulo: Expressão Popular Ltda., 1999.

MARCUSE, Herbert. Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARINHO, Pedro. A pesquisa em ciências humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

MATTINI, Luis. Sujeto y trabajo. In: En Contrapoder. Argentina: Ediciones De mano en mano, 2001.

NAVARRO, Zande. Mobilização sem emancipação -as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. Artigo a ser publicado em Santos, Boaventura de Sousa. Reinventando a emancipação social. São Paulo: Lisboa, 2001.

NEFFA, Julio César. Los paradigmas productivos Tayloristas y Fordistas y su crisis. Buenos Aires: Lúmen, 1998.

OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OFFE, Claus. La sociedad del trabajo, problemas estructurales y perspectivas de futuro. España: Editorial Alianza Universidad, 1992.

POSADAS, J. Os ensinamentos da Polônia, para o progresso socialista da humanidade, coletânea de textos 1970-1981. São Paulo: Editora Ciência, Cultura e Política Ltda.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. São Paulo: Makron Books, 1995.

RICHTER, Klaus. A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. [2. ed. rev. e ampl.]. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1992.

SALLES, Vania. El trabajo, el no trabajo: un ejercicio teórico-analítico preliminar desde la sociología de la cultura. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (org.) Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 1999.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Editora Nacional USP, 1968.

TEIXEIRA, A. Utópicos, Heréticos e Malditos. São Paulo: Record, 2002.

TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

M. R., GRIMBERG, M., Tiscornia, S. e Wallace, S. (comps.). Antropología social y política. Hegemonía y Poder: el mundo en movimiento. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WRUBLEVSKI AUED, Bernardete e CHAVES, Luiz Carlos. O desemprego não é inexorable. In: Plural (Publicação da Associação dos Professores da UFSC- SSIND- Nº 13- Ano 9- Dezembro 2003).

WRUBLEVSKI AUED, Bernardete e TURRA, Neide Catarina. Desenvolvimento Industrial, gênero e educação profissionalizante, em Synthesis, Revista de Produção Científica da FACVEST, Ano 1- Nº 1- Jan/Jun 2002.

ZANELLI, José Carlos. Trabalho, saúde, e construção de qualidade de vida. In: Interação Humana e Gestão. Artmed, 2005.